

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

ROSELE MARQUES VIEIRA

**A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NO ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL-MS, NO PERÍODO DE 1990 A 2010:
UMA APLICAÇÃO DO MÉTODO ESTRUTURAL-DIFERENCIAL**

**Porto Alegre
2012**

ROSELE MARQUES VIEIRA

**A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NO ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL-MS, NO PERÍODO DE 1990 A 2010:
UMA APLICAÇÃO DO MÉTODO ESTRUTURAL-DIFERENCIAL**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Economia, com ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Dathein

Porto Alegre

2012

Marques Vieira, Rosele

A dinâmica do mercado de trabalho formal no estado de Mato Grosso do Sul-MS, no período de 1990 a 2010: uma aplicação do método estrutural-diferencial /Rosele Marques Vieira-- 2012.

135 f.

Orientador: Ricardo Dathein

Tese (Doutorado em Economia)--Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2012.

1. Crescimento, 2. Emprego, 3. Método estrutural – diferencial.I .Dathein, Ricardo, orient. II. Título.

ROSELE MARQUES VIEIRA

**A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NO ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL-MS, NO PERÍODO DE 1990 A 2010:
UMA APLICAÇÃO DO MÉTODO ESTRUTURAL-DIFERENCIAL**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Economia, com ênfase em Economia do Desenvolvimento

Aprovada em: Porto Alegre, 06 de setembro de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Maria Alice Lahogue
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Dr. Adayr da Silva ilha
Universidade Federal de Santa Maria- UFSM

Prof. Dr. Daniel Arruda Coronel
Universidade Federal de Santa Maria- UFSM

Às minhas filhas, Ana Carolina e Juliana.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe (*in memorian*) e ao meu pai pelo incentivo na busca incessante do conhecimento.

Às minhas filhas Ana Carolina e Juliana, que me deram base para vencer esse desafio. A minha irmã Gilsônia e ao meu cunhado Flávio, pelo carinho e apoio sempre.

Ao meu orientador professor Ricardo Dathein, pela sua compreensão, objetividade e contribuições valiosas no processo de elaboração deste trabalho, fica a minha gratidão.

À UFRGS e aos professores e funcionários do PPGE pelo conhecimento transmitido e atendimento cordial e eficiente.

Ao meu colega de trabalho Prof. Fabrício José Missio por compartilhar sabedorias intelectuais e da vida, pelos desafios colocados, pelas contribuições e correções e, principalmente por me incentivar nos momentos mais difíceis que a construção desse trabalho demandou. A quem em tão poucas linhas é insuficiente para agradecer.

Aos colegas e amigos pelo apoio e incentivo. Por fim, agradeço a todos que contribuíram, mesmo que de forma indireta para conclusão desse trabalho.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a dinâmica do emprego formal no estado de Mato Grosso do Sul (MS) por setores de atividades e por microrregiões, no período de 1990 a 2010. Para atingir esse objetivo, buscou-se conciliar algumas medidas de desenvolvimento regionais com a análise estrutural-diferencial (*shift-share*) a partir do modelo tradicional e ampliado. Dados secundários da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) são utilizados como referência. Analiticamente, em primeiro lugar retoma-se o contexto histórico sobre a trajetória da economia brasileira nas últimas duas décadas, enfatizando as principais transformações na conjuntura macroeconômica e, por conseguinte, no mercado de trabalho. Como observado, as sucessivas mudanças na condução das políticas monetária, cambial e fiscal, associadas aos processos de abertura econômica, reestruturação produtiva e mudança da base técnica promoveram dinâmicas nacionais e regionais diferenciadas na estrutura produtiva. Levando em consideração essa diferenciação espacial, faz-se uma breve revisão das teorias do desenvolvimento regional com o objetivo de elucidar as principais explicações quanto às causas e aos meios que determinam dinâmicas de crescimento divergentes entre as regiões. Essas teorias respaldaram a implementação de algumas políticas em prol do desenvolvimento regional no Brasil. Em seguida, são analisados os aspectos econômicos do MS a partir das taxas de crescimento e da composição no PIB dos setores de atividades econômicas e suas contribuições para o desempenho do MS. Posteriormente, é apresentada a metodologia a ser empregada no exercício empírico, envolvendo as medidas de desenvolvimento regional e o modelo estrutural-diferencial. Por fim, são apresentados os resultados empíricos. Por um lado, é possível observar que, utilizando o método de análise regional através do coeficiente de localização, os resultados apontam para uma tendência de dispersão entre os setores nas microrregiões, ao passo que o setor de agropecuária tende a se concentrar, destacando-se em todas as microrregiões, exceto na MRG de Campo Grande, o que indica baixa capacidade de se alterar o perfil da estrutura produtiva do estado. Por outro, a partir da aplicação do método estrutural-diferencial, verificou-se que, no que se refere à variação *estrutural*, a mesma foi positiva para o total dos setores, exceto para MRG de Campo Grande e Baixo Pantanal, influenciados, principalmente, pelos setores de serviços. Quanto à variação *diferencial*, as microrregiões que apresentaram variação positiva de emprego para todos os setores foram Alto Taquari, Paranaíba, Três Lagoas e Nova Andradina e Dourados. Quanto se aplica o método estrutural-diferencial ampliado decomposto entre os efeitos *setorial*, *competitivo* e de *alocação*, observa-se que: i) as MRGs se especializam em setores mais dinâmicos (efeito setorial positivo); ii) a maioria dos setores apresentou um efeito competitivo negativo, indicando que há setores que cresceram a taxas inferiores ao crescimento em nível estadual; e iii) verificou-se maior quantidade de setores com vantagens competitivas especializadas, bem como menor número de setores com vantagens competitivas não especializadas (efeito alocação). Ademais, quando se decompôs o efeito alocação, verificou-se que a agropecuária foi o setor de destaque na maioria das microrregiões, resultando em vantagem competitiva especializada. Já no que se refere às MRGs, Campo Grande apresentou baixo dinamismo em relação ao conjunto dos setores econômicos. Por fim, de maneira geral, quanto aos setores, a agropecuária se mostrou mais dinâmica em termos de crescimento de emprego.

Palavras-chave: Crescimento. Emprego. Método estrutural - diferencial.

ABSTRACT

The aim of this thesis is to analyze the formal employment dynamics in the state of Mato Grosso do Sul (MS) by activity sectors and microregions, in the period between 1990 and 2010. To achieve this goal, we sought to conciliate some measures of regional development with the shift-share analysis through the traditional and amplified model. Secondary data of the Annual Relation of Social Information (*RAIS*) are used as reference. Analytically, in the first place, we recover the historical context about the trajectory of Brazilian economy in the last few decades, highlighting main transformations in the macroeconomic situation and, subsequently, in the job market. As observed, the successive changes in the conduction of monetary, exchange-rate, and tax policies associated to the processes of economic openness, productive restructuring and change in technical basis have promoted differentiated national and regional dynamics in the productive structure. Taking this spacial differentiation into account, we present a brief review of regional development theories with the aim of elucidating the main explanations about the causes and means that determine different growth dynamics among regions. These theories supported the implementation of some policies which favor regional development in Brasil. After, the economic aspects of MS are analyzed through the growth taxes and the GDP composition in the economic activity sectors and their contributions to the MS performance. Afterwards, the methodology to be used in the empirical exercise is presented, involving the regional development measures and the differential-structural method. Finally, the empirical results are presented. On the one hand, it was possible to observe that, by using the regional analysis method through the location coefficient, the results point to a spreading tendency between sectors in the microregions, whilst the agricultural sector tends to concentrate, becoming salient in all microregions, except in Campo Grande MRG, which indicates low capability of altering the productive structure profile in the state. On the other hand, through the application of the differential-structural method, we have verified that, in relation to the structural variation, it was positive to the total of sectors, except to Campo Grande and Baixo Pantanal MRG, which are influenced mainly by service sectors. As far as differential variation is concerned, the microregions that presented positive employment variation in all sectors were Alto Taquari, Paranaíba, Três Lagoas and Nova Andradina and Dourados. When the amplified structural-differential method decomposed between the setorial, competitive and allocation effects was applied, we observed that: i) the MRGs get specialized in more dynamic sectors (positive sectorial effect); ii) the majority of sectors presented a negative competitive effect, indicating that there are sectors which grew in taxes which are inferior to growth in the state level; and iii) there was a higher quantity of sectors with specialized competitive advantages as well as a lesser number of sectors with non-specialized competitive advantages (allocation effect). In addition, when the allocation effect was decomposed, we verified that the agriculture was the prominent sector in most microregions, resulting in specialized competitive advantage. Concerning Campo Grande MRG, it presented low dynamism in relation to the set of economic sectors. Finally, in general, concerning the sectors, agriculture showed to be more dynamic in terms of employment growth.

Keywords: Growth. Employment. Differential-Structural Method.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Taxa de variação do PIB e do emprego no Brasil 1990-2009.....	29
Figura 2 - Participações no PIB brasileiro dos setores da economia de 1995 a 2009	38
Figura 3 - Concentração do PIB do Brasil e tendência de 1994 a 2008	40
Figura 4 - PIB e IHH do PIB para o Brasil de 1994 a 2008	41
Figura 5 - Tendências das Concentrações (IHH) por Regiões do País de 1994 a 2008 .	42
Figura 6 - Taxas médias de desemprego nas grandes regiões	43
Figura 7 - Distribuição da PEA por setores de atividades, 1980-2009.	47
Figura 8 - Taxa de crescimento real do PIB do MS e do Brasil no período de 1996 a 2009.	50
Figura 9 - Matriz de Informações	61
Figura 10 - Divisão Política Administrativa e microrregional do estado de Mato Grosso	75
Figura 11 - Polos de Desenvolvimento	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação no PIB brasileiro nas grandes regiões geográficas, no período de 1994 a 2008	36
Tabela 2 - Participação no PIB brasileiro das regiões por setores da economia brasileira em 1994 e 2008	37
Tabela 3 - Participação no PIB dos setores por regiões na economia brasileira em 1994 e 2008	39
Tabela 4 - Sinais dos possíveis efeitos alocação	67
Tabela 5 - Contribuição das microrregiões geográficas no PIB/MS, 1997-2009 (em %)77	
Tabela 6 - Evolução da participação dos setores de atividades na composição do PIB/MS-2002 – 2009.	79
Tabela 7 - Evolução das principais culturas agrícolas no estado de Mato Grosso do Sul83	
Tabela 8 - Evolução das principais culturas agrícolas no estado de Mato Grosso do Sul no período de 1990-1995	84
Tabela 9 - Evolução das principais culturas agrícolas no estado de Mato Grosso do Sul no período de 1996 a 2000	85
Tabela 10 - Evolução das principais culturas agrícolas no estado de Mato Grosso do Sul no período de 2001 a 2005	85
Tabela 11 - Evolução das principais culturas agrícolas no estado de Mato Grosso do Sul no período de 2006 a 2010.	86
Tabela 12 - Variação percentual do setor MS e Brasil-2000-2010	86
Tabela 13 - Participação da cultura da cana-de-açúcar no Brasil e no Estado de Mato Grosso do Sul-2010	86
Tabela 14 - Produção agrícola dos principais grãos, segundo as MRGs-1980-2010.....	87
Tabela 15 - Produção de cana-de-açúcar no estado de MS, segundo as MRGs -2008 e 2010.	88
Tabela 16 - Quociente de Localização do Emprego Formal por Microrregiões e Setores de Atividade de Mato Grosso do Sul de 1990.....	88
Tabela 17 - Quociente de Localização do Emprego Formal por Microrregiões e Setores de Atividade de Mato Grosso do Sul de 2010.....	90
Tabela 18 - Coeficiente de localização do emprego formal por setores para o estado de Mato Grosso do Sul de 1990 a 2010.	91
Tabela 19 - Coeficiente de redistribuição do emprego formal por setores para o estado de Mato Grosso do Sul de 1990/2010.	92
Tabela 20 - Coeficiente de especialização do emprego formal, por microrregiões do estado de Mato Grosso do Sul de 1990 a 2010.....	93
Tabela 21 - Coeficiente de reestruturação do emprego formal por microrregiões do estado de Mato Grosso do Sul de 1990/2010	93
Tabela 22 - Matriz das taxas de crescimento do emprego formal por setores de atividades econômicas nas microrregiões do MS, 1990 /2010.....	96
Tabela 23 - Decomposição setorial da variação diferencial do emprego formal por setores de atividade nas microrregiões do MS, 1990/2010	96
Tabela 24 - Decomposição setorial da variação estrutural do emprego formal por setores nas microrregiões do MS, 1990/2010	97
Tabela 25 - Padrões regionais de crescimento do emprego formal nas microrregiões do MS, 1990/2010	98
Tabela 26 – Taxas de crescimento do emprego formal de 1990 a 2010 por setores de atividades e microrregiões de Mato Grosso do Sul	98

Tabela 27 - Efeito setorial nas microrregiões do estado de Mato Grosso do Sul por setores de atividade	99
Tabela 28 - Efeito competitivo nas microrregiões do estado de Mato Grosso do Sul por setores de atividade, 1990-2010.	101
Tabela 29 - Efeito Alocação nas microrregiões do estado de Mato Grosso do Sul por setores de atividade.....	102
Tabela 30 - Vantagem competitiva especializada (alternativa 1).....	102
Tabela 31 - Vantagem competitiva não especializada (alternativa 2).	103
Tabela 32 - Desvantagem competitiva especializada (alternativa 3).	104
Tabela 33 - Desvantagem competitiva não especializada (alternativa 4).....	104
Tabela 34 - Aplicação do método estrutural-diferencial para o estado de Mato Grosso do Sul decomposto nos efeitos setorial, competitivo e alocação de 1990/2010	106

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 DINÂMICA ECONÔMICA BRASILEIRA DE 1990 A 2010, TEORIAS E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MERCADO DE TRABALHO NO MS..	18
2.1 Introdução	18
2.2 Reestruturação Produtiva, Abertura Comercial e Mercado de Trabalho.....	19
2.2.1 Mudanças nas Políticas Macroeconômicas e o Comportamento do Mercado de Trabalho.....	21
2.3 Desenvolvimento Regional	31
2.3.1 Teorias do Desenvolvimento Regional e Políticas Adotadas.....	31
2.4 Formação do Mercado de Trabalho no Estado de Mato Grosso do Sul (MS)	43
2.4.1 Contextualização Histórica e Política da Formação do MS	43
2.4.2 Aspectos Econômicos: População Economicamente Ativa e os Principais Setores de Atividades	46
2.4.3 - Dinâmica do Emprego e do Produto Interno Bruto por Setores de Atividades no MS	50
2.4.3.1 Dinâmica do Produto Interno Bruto	50
2.4.3.2 Dinâmica do Emprego	55
2.5 Considerações Finais	57
3 METODOLOGIA.....	59
3.1 Introdução	59
3.2 Medidas de Análise Regional	60
3.3 O Modelo Estrutural-Diferencial (Shift-Share).....	64
3.3.1 Método Estrutural-Diferencial Ampliado.....	66
3.3.2 Estudos e Aplicações	69
3.4 Considerações Finais	73
4 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS PARA MATO GROSSO DO SUL: medidas regionais e aplicação do modelo shift-share para as microrregiões.....	74
4.1 Introdução	74
4.2 Perfil das Microrregiões	74
4.3 Contribuições das Microrregiões no PIB/MS.....	77
4.4 Polos de desenvolvimento no estado de Mato Grosso do Sul no contexto das microrregiões	81
4.5 Evolução Recente das Principais Culturas Agrícolas no MS e nas suas Microrregiões	83
4.6 Aplicações do Modelo	88
4.6.1 Coeficientes de Localização e Medidas Regionais.....	88
4.6.2 A análise estrutural-diferencial no estado e nas microrregiões de Mato Grosso do Sul 1990-2010	94
4.6.2.1 Método Estrutural-Diferencial Simples.....	94
4.6.2.2 Método Estrutural-Diferencial para os Setores e Subsetores da Indústria de transformação	105
4.7 Considerações Finais	107
5 CONCLUSÃO.....	110
6 REFERÊNCIAS	115

7 ANEXOS	122
Anexo H – Especialização das MRGs do MS, 1990/2010	130

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas, a economia brasileira passou por profundas transformações, entre as quais o processo de abertura comercial, a alteração do papel do Estado, a reestruturação produtiva e a estabilização da moeda, que acabaram por repercutir no mercado de trabalho. A reestruturação produtiva impôs uma rápida reconfiguração na forma de produzir e, paralelamente, trouxe implicações significativas para a estrutura industrial, diante da busca incessante da competitividade imposta pela abertura comercial e pelo processo de globalização¹.

A partir dessas transformações, tornou-se consensual que o mercado mundial está cada vez mais globalizado e que a indústria, a produção e a fábrica estão deixando de ser fenômenos nacionais, passando a ser fortemente integradas e coordenadas globalmente. Isso porque, a partir do chamado processo de reestruturação industrial, que está baseado em novos processos produtivos, em um modelo de automação flexível e em novas formas de organização da produção, as empresas têm buscado se adaptar à evolução da base técnica que cada vez mais se caracteriza pela automação de processos. Essa automação determina uma nova forma de concorrência: a concorrência baseada, fundamentalmente, na produtividade.

Estas e outras mudanças que caracterizam o que se denominou de Terceira Revolução Industrial e que se intensificaram a partir da década de setenta vêm trazendo consequências profundas para a economia nacional. Verifica-se a ocorrência de um amplo conjunto de transformações baseado em uma nova forma de produzir bens e serviços a partir da introdução de tecnologia de base microeletrônica, da reorganização das técnicas organizacionais e da crescente globalização dos mercados.

A aceleração da velocidade do processo de automação e a crescente substituição da eletromecânica pela tecnologia digital de base microeletrônica revolucionaram os processos de produção e acabaram atingindo o mundo do trabalho. Por um lado, diminui-se a oferta de empregos, por outro, o sistema passa a exigir trabalhadores cada vez mais escolarizados, participativos e polivalentes, como condição necessária para que ocupem as novas funções que vão surgindo com a mudança da base tecnológica do sistema produtivo. Em síntese, as modificações tecnológicas, com reflexos diretos sobre a organização do processo de trabalho,

¹ Para Santos (1993), o processo de globalização resulta do aumento da comunicação entre os homens e leva à internacionalização do sistema produtivo e dos serviços. No entender de Lacerda (1998), a globalização assume características distintas nas diferentes esferas das relações econômicas internacionais - produtiva, monetária, financeira, comercial e tecnológica. Independentemente da esfera, existem dois elementos comuns à dinâmica do sistema econômico mundial: a aceleração da internacionalização e o acirramento da competição.

somadas à reestruturação dos mercados nacionais e internacionais, diminuíram gradualmente a capacidade de absorção de mão de obra pelo mercado.

Essas mudanças observadas na economia brasileira, principalmente a partir da década de 1990, impactaram de maneira diferenciada o mercado de trabalho, pois, ao mesmo tempo em que extinguiram alguns segmentos “menos” competitivos, estimularam ações para a aproximação de outros aos novos paradigmas técnicos de produção. Essa década compreendeu um período de bastante diversidade no cenário econômico brasileiro. A abertura comercial, acompanhada das inovações tecnológicas, provocou uma reestruturação empresarial com a emergência de novos setores em detrimento de outros. Os que não se adaptaram à concorrência externa se enfraqueceram, mas os que permaneceram no mercado, em geral, se fortaleceram, uma vez que tiveram acesso a novos insumos e a novas tecnologias importadas.

Com a abertura da economia no início da década de 1990, a economia brasileira passou por um processo de privatização, reduzindo as tarifas e outras restrições de importações, além da apreciação da taxa de câmbio entre os anos 1994 e 1998. Mais especificamente, no ano de 1994, foi implementado o Plano Real, que conteve a espiral inflacionária por meio da criação de um indexador, a unidade real de valor (URV), e pela articulação de políticas macroeconômicas (monetária e cambial) que, num primeiro momento, juntamente com a conjuntura internacional favorável, criaram condições propícias à sua implementação, e, num segundo momento, garantiram sua sustentação, pelo menos nos primeiros anos de sua implementação.

Posteriormente, a política econômica mostrou-se baseada em duas âncoras- a cambial e a monetária. A primeira delas faria o papel de estabilizar os preços internos e a âncora monetária funcionaria no sentido de conter o ímpeto da economia no curto prazo, principalmente no que se refere à expansão do consumo, ocasionada pela redução da inflação. O eixo da política econômica foi a âncora cambial assentada numa política de manutenção elevada da taxa de juros, o que gerou uma supervalorização da moeda nacional, propiciando maior competitividade dos produtos importados em detrimento dos produtos nacionais. Essa política teve importantes implicações sobre a produtividade nacional, o que acabou repercutindo no comportamento do mercado de trabalho (RAMOS e BRITO, 2004).

A partir de 1999, ocorre uma mudança no regime cambial, que passa ser flutuante. Esse período passa a ser caracterizado pela elevada volatilidade cambial e, por conseguinte, pelo maior grau de incerteza na execução dos planos de investimentos. Ademais, esse período também é caracterizado por uma série de crises econômico-financeiras em diferentes países

(Asiática, em 1997, Russa, em 1998; Brasileira, em 1999; e, Argentina em 2001), que afetaram o desempenho da economia nacional.

É nessa conjuntura que a temática do desemprego, tanto no mundo acadêmico quanto nas instâncias políticas, vem provocando reações e despertando debates sobre como reverter essa tendência de perda de postos de trabalho. Constatam-se a existência de grandes divergências entre as pesquisas que abordam o assunto. Por um lado, as pesquisas apontam que o desemprego é resultado da automação microeletrônica, como uma questão estrutural, configurando o uso de uma tecnologia sofisticada e fragmentada, altamente poupadora de mão de obra. Por outro lado, é atribuído a questões conjunturais, provocadas por crises localizadas e temporárias, decorrentes das flutuações de atividade econômica.

No entanto, outras vertentes discutem que, embora o desemprego seja um fenômeno mais visível no Brasil, a partir da década de 1990, sua origem está relacionada com a crise do modelo de desenvolvimento que vigorou até os anos 1980, em que o Estado perde sua função no processo de acumulação de capital. A crise financeira do Estado levou à redução dos seus investimentos, não compensada pela atuação do setor privado, determinando a estagnação econômica.

Dessa forma, as mudanças no padrão de desenvolvimento econômico, a inserção internacional e as políticas macroeconômicas nas duas últimas décadas promoveram dinâmicas nacionais, regionais e locais diferenciadas no modo de organização e gestão da produção, bem como no comportamento do mercado de trabalho (POCHMANN, 2008). Portanto, é de grande relevância a realização de estudos mais específicos sobre o desemprego, no intuito de conhecer melhor sua composição, bem como suas causas e consequências, para que seja possível delinear políticas que promovam a retomada do desenvolvimento não excludente em um contexto de crescente competitividade.

Mais especificamente, frente à conjuntura que impõe o aumento dos níveis de produtividade e de eficiência na economia brasileira, entende-se necessário o estudo do mercado de trabalho sob a ótica nacional/regional, no sentido de identificar os dinamismos regionais e orientar a definição de políticas voltadas para as regiões menos desenvolvidas. Ou seja, este trabalho pretende analisar diversos aspectos da literatura teórica e, mais especificamente, contribuir empiricamente com novas informações sobre a dinâmica do mercado de trabalho regional. Em outras palavras, o objetivo deste trabalho é analisar a dinâmica do mercado de trabalho formal por setores de atividades nas microrregiões do estado de Mato Grosso do Sul (MS), no período de 1990 a 2010.

Nesse sentido, a contribuição esperada é o aprofundamento da compreensão sobre as questões relevantes para análise do comportamento do mercado de trabalho, principalmente no que se refere à dinâmica desse mercado no MS, numa perspectiva regional/setorial. Essa tese pretende, portanto, sugerir respostas empíricas para questões que formam lacunas não preenchidas por pesquisas anteriores.

Assim, por meio dos resultados obtidos pela aplicação do método estrutural-diferencial (*shif-share*), será possível identificar os diferenciais regionais de crescimento do emprego e de dinamismo e, dessa forma, justificar a promoção de políticas públicas que visem a amenizar as causas e as consequências das possíveis distorções existentes no mercado de trabalho.

Para cumprir com o objetivo, este trabalho foi dividido em quatro capítulos, além deste capítulo introdutório. O Capítulo 2 tem como principal objetivo discutir a conjuntura macroeconômica brasileira na década de 1990, num contexto de reestruturação produtiva e abertura comercial e em um contexto de alteração do papel do Estado na economia. A análise das políticas macroeconômicas a partir da década de 1990 e da implantação do Plano Real mostra que a conjuntura macroeconômica brasileira foi marcada por mudanças na condução das políticas monetária, cambial e fiscal, que, invariavelmente, afetaram o mercado de trabalho. Ademais, é possível observar que a inserção internacional e as políticas macroeconômicas promoveram dinâmicas nacionais, regionais e locais diferenciadas no que se refere ao modo de organização e gestão da produção, bem como ao comportamento do mercado de trabalho.

Nesse contexto, inicialmente são recuperadas algumas teorias do desenvolvimento regional, com o objetivo de dar suporte às investigações feitas ao longo deste trabalho. Mais especificamente, revisa-se as teorias do desenvolvimento regional a fim de elucidar quais fatores fazem com que determinadas regiões se tornem mais dinâmicas do que outras e quais foram as políticas adotadas que proporcionaram a desconcentração das atividades produtivas. Nesse período, foram implementados uma série de programas governamentais que tinham como meta o desenvolvimento das regiões mais remotas (atrasadas). O objetivo era reduzir as disparidades regionais tendo em vista o perfil econômico, a estrutura produtiva e os fatores de localização. Para mensurar as disparidades nas regiões, foi feita uma breve análise do PIB e do emprego nas grandes regiões geográficas - Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sul e Sudeste com o objetivo de compreender o comportamento do emprego regional, em especial, na região Centro-Oeste.

Ainda na perspectiva regional, foi feita uma contextualização histórica da formação de Estado de Mato Grosso do Sul, enfatizando os aspectos econômicos, bem como as políticas adotadas (programas) para o seu desenvolvimento, como forma de justificar o comportamento dos setores de atividades econômicas. Para mensurar esse comportamento, foram usados indicadores do emprego e do PIB.

Posteriormente, o Capítulo 3 apresenta a descrição da metodologia utilizada para analisar os padrões de crescimento no MS e nas suas microrregiões. Essa análise foi realizada por meio de dois métodos descritivos: i) pelo cálculo de medidas regionais serão calculados os coeficientes de localização, redistribuição, especialização e reestruturação; e ii) pela aplicação da análise estrutural-diferencial (*shift-share*), utilizando como referência a variável emprego formal.

Em um primeiro momento, serão utilizadas medidas de localização e especialização de natureza descritiva e exploratória² com o objetivo de identificar padrões de concentração e/ou dispersão espaciais do emprego setorial, enquanto as medidas de especialização se concentrarão na análise da estrutura produtivas das microrregiões e no grau de especialização das economias regionais. Como essas medidas não são as mais apropriadas para a identificação dos fatores e das variáveis que levam às mudanças nesses padrões, foi empregado o método estrutural-diferencial simples e ampliado. O objetivo do método é identificar os componentes de crescimento econômico microrregional em função de sua estrutura produtiva entre dois períodos, analisando o crescimento como consequência da existência de setores dinâmicos na estrutura produtiva das microrregiões.

Nesse capítulo também é apresentada uma revisão bibliográfica dos trabalhos que utilizam este método, evidenciando a importância da aplicação do método estrutural-diferencial na identificação de setores dinâmicos na estrutura produtiva nacional, regional e microrregional. Por fim, são apresentadas as definições das variáveis e as fontes dos dados.

O Capítulo 4 trata da aplicação do método para as onze microrregiões do MS, procurando descrever o crescimento do emprego formal por setores de atividades econômicas, tendo como suporte as medidas regionais da distribuição espacial das atividades. Em primeiro lugar, contextualiza-se o perfil das microrregiões quanto aos seus municípios componentes, bem como no que se referem à estrutura produtiva, os setores de atividades e a existência de pólos de crescimento. Posteriormente, foi aplicado o método estrutural-diferencial e analisados os principais resultados alcançados.

² Estas medidas possuem limitações técnicas e conceituais, contudo, são úteis nas fases iniciais do estudo (HADDAD,1989).

Por fim, o Capítulo final apresenta uma síntese das conclusões alcançadas ao longo desta tese, bem como uma análise integrada das principais questões abordadas. Em especial, a análise integra as questões teóricas abordadas no segundo capítulo com os resultados encontrados na análise empírica (capítulo quatro). A partir dessa análise, é possível conectar e analisar a dinâmica do emprego e do produto da economia sul-matogrossense no período estudado.

2 DINÂMICA ECONÔMICA BRASILEIRA DE 1990 A 2010, TEORIAS E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MERCADO DE TRABALHO NO MS

2.1 Introdução

O objetivo deste capítulo é contextualizar o comportamento do produto e do emprego em três dimensões: sob a ótica nacional, regional e setorial. Para tanto, o capítulo é dividido em três seções: na primeira, mostram-se os efeitos das mudanças no cenário macroeconômico, tanto no que se refere a um movimento mais geral, de mudança na base técnica e dos paradigmas organizacionais, como do ponto de vista das políticas econômicas nacionais adotadas no período; na segunda seção, recuperam-se alguns *insights* das teorias do desenvolvimento regional juntamente com alguns programas de desenvolvimento regional efetivamente realizados pelo Governo Federal, com o objetivo de mostrar o comportamento do Brasil e das grandes regiões no que se refere à composição e à participação setorial no PIB, bem como a alguns indicadores de concentração da atividade produtiva; por fim, a terceira seção tem o objetivo de analisar a formação do mercado de trabalho no MS a partir da contextualização histórica, política e econômica do estado.

Do ponto de vista da estrutura, a primeira seção utilizar-se-á do método histórico-estrutural, com o intuito de investigar o comportamento do mercado de trabalho nas suas dimensões temporal e espacial. Assim, realiza-se uma revisão bibliográfica para caracterizar o período recente da economia, destacando o papel das distintas políticas macroeconômicas adotadas no período, bem como da abertura comercial, da reestruturação produtiva e da mudança no papel atribuído ao Estado na economia.

A segunda seção analisa o comportamento do mercado de trabalho sob a ótica regional. Para tanto, são retomados alguns dos aspectos essenciais das principais teorias do desenvolvimento regional (PERROUX, 1955; MYRDAL, 1957; HIRSCHMAN, 1958), que analisam os fatores de aglomeração na tentativa de explicar as causas e os principais meios responsáveis pela expansão econômica e pela dinâmica de crescimento específica de cada região. Posteriormente, resgatam-se as políticas que foram adotadas no âmbito de desenvolvimento regional, especificamente para regiões menos desenvolvidas. Nesse contexto, realizou-se uma análise descritiva da participação do PIB nos setores de atividades de agricultura, indústria e serviços para as grandes regiões geográficas- Centro-Oeste, Norte,

Nordeste, Sul e Sudeste - e utiliza-se o Índice de Hirschman-Herfindal (IHH) para medir o grau de concentração inter-regional e intrar-regional. Para analisar a concentração/desconcentração do emprego, utilizou-se a taxa de desemprego.

Por fim, a terceira seção analisa a formação do mercado de trabalho no estado de Mato Grosso do Sul, levando em consideração sua formação histórica e as políticas de incentivos recebidas ao longo do período analisado. Da mesma forma, faz-se uma discussão sobre os aspectos econômicos, enfatizando os setores de atividades e suas contribuições, bem como as potencialidades do estado e os pólos de desenvolvimento e sua distribuição espacial (microrregional). Posteriormente, efetua-se uma análise descritiva dos setores de atividades, utilizando como indicadores o comportamento do emprego e do PIB.

Ressalta-se que, embora as seções possam ser lidas com certo grau de independência (separadamente), há um sequenciamento lógico entre elas que permite um aprofundamento e um desdobramento da temática tratada nesta tese: a dinâmica do mercado de trabalho formal por setores de atividades nas microrregiões do Estado de Mato Grosso do Sul.

2.2 Reestruturação Produtiva, Abertura Comercial e Mercado de Trabalho

A chamada Terceira Revolução Industrial, caracterizada pela substituição da eletromecânica pela tecnologia digital de base microeletrônica, rompe com o padrão de desenvolvimento estabelecido no pós-guerra, alterando, principalmente, a estrutura da produção industrial. Essas transformações resultam, de um lado, do esgotamento da capacidade de inovar do paradigma científico e tecnológico taylorista-fordista e, de outro, do crescimento de novos setores intensivos em tecnologia. Nesse sentido, à medida que as transformações se difundem para os diferentes setores da economia, invariavelmente surgem novos produtos e novos processos produtivos que, por sua vez, passam a reconfigurar a estrutura produtiva e, por extensão, a do mercado de trabalho.

Vale lembrar, portanto, que esse novo paradigma tecnológico teve sua origem nos países desenvolvidos em meados da década de 1970 e se estabeleceu definitivamente nos anos 1980, consolidando, principalmente nas economias mais desenvolvidas, um processo de transição para um novo padrão de crescimento com ênfase nas novas tecnologias - principalmente a microeletrônica, a biotecnologia e os novos materiais no desenvolvimento de técnicas de gerenciamento, novas formas de organização industrial e estratégias de mercado.

A ênfase na inovação tecnológica e o surgimento de novos paradigmas organizacionais tornam-se, segundo alguns autores, as premissas básicas para a sobrevivência

das empresas. Para Chahad (1998, p. 257-58), essas mudanças têm significativos efeitos sobre a indústria, entre as quais, destacam-se: i) encurtamento dos ciclos de produção, de inovações e de negócios; ii) consolidação das tecnologias da informática e da computação, que se transformam em instrumentos hegemônicos de uma nova era econômica; iii) novas formas de gestão dos negócios de trabalho; iv) mudanças na divisão do trabalho e na alocação da mão de obra intra e entre empresas, com o advento da terceirização; e v) novos requisitos demandados ao trabalhador em termos de sua polivalência, adaptabilidade, participação, iniciativa, cooperação e conhecimento dentro dos novos processos produtivos.

Cabe ressaltar, entretanto, que a imposição por ganhos de produtividade se traduz em uma pressão contínua por reduções de custos, comprometendo, sistematicamente, o nível de emprego industrial. A retração desse segmento do mercado de trabalho é acentuada pela destruição dos segmentos industriais menos competitivos e pelo avanço da subcontratação da produção de bens e serviços pelas grandes empresas.

É possível identificar, portanto, que esse novo padrão possui duas implicações básicas sobre a ótica da geração de empregos: por um lado, diminui sensivelmente os requisitos de trabalho por unidade de capital utilizado, assim como o produto gerado, por outro, demanda cada vez mais trabalho de melhor qualificação, como forma de se obterem rapidamente ganhos de produtividade. Essas implicações trazem consequências profundas na postura adotada pelas empresas em busca da competitividade e da produtividade.

Para Dedecca (1998; 2005), a reestruturação produtiva dos anos de 1990 impõe uma rápida reconfiguração da estrutura produtiva com implicações significativas sobre a estrutura industrial, uma vez que os ganhos de competitividade se tornam o elemento chave para o bom desempenho das empresas em um contexto de abertura comercial e de globalização. Essa nova perspectiva caracteriza uma reorganização econômica que não possui mais como foco a montagem de um aparelho produtivo complexo, mas sim a especialização de setores e de segmentos produtivos dinâmicos, principalmente os que apresentam vantagens competitivas.

Diante das profundas transformações da economia nacional, Pochmann (1998) faz uma análise sobre os problemas do mercado de trabalho brasileiro e identifica, em linhas gerais, que a economia brasileira tem um duplo problema a enfrentar neste mercado, definido como velhos e novos problemas.

Nos velhos problemas, duas distintas dimensões caracterizavam o mercado de trabalho até o final da década de 1980. A primeira estava associada à permanência de problemas de mercado de trabalho tradicionais em economias periféricas, decorrentes fundamentalmente de um processo incompleto de estruturação do mercado de trabalho que, embora estivesse se

desenvolvendo desde o início da industrialização nacional, não chegou a se completar ainda nos anos 1980. A segunda refere-se à presença de sinais de desemprego estrutural no Brasil, típico de uma economia industrializada. Isto é, ao longo do processo de desenvolvimento, foi sendo mantido um elevado excedente de mão de obra incapaz de ser absorvido plenamente pelo movimento de rápida e profunda modernização das forças produtivas.

No Brasil, considerando o que o autor identifica como novos problemas, destacam-se: i) a desestruturação do mercado de trabalho; e ii) um novo desemprego estrutural. O movimento de desestruturação do mercado de trabalho compreende dois fenômenos que combinam entre si altas taxas de desemprego aberto e geração insuficiente de postos de trabalhos. As combinações dessas diferentes realidades econômicas repercutiram no mercado de trabalho.

Vale ressaltar que a queda ocorrida no emprego formal ao longo desse período esteve associada à forma de inserção da economia no âmbito da economia internacional. Nesse contexto, houve um relativo aumento na taxa de desemprego no início da década de 1990, condizente com a situação de desestabilização econômica do período.

2.2.1 Mudanças nas Políticas Macroeconômicas e o Comportamento do Mercado de Trabalho

A dinâmica das políticas macroeconômicas sobre o desempenho econômico brasileiro, portanto, sobre o desempenho do mercado de trabalho, a partir dos anos 1990, apresentou uma grande instabilidade. Para fins de análise, pode-se admitir que este período foi caracterizado por três fases distintas: a primeira, na qual se destaca um esforço de política fiscal no intento do ajuste orçamentário do governo; a segunda, através da implementação do Real, na qual as políticas cambial e monetária são os principais instrumentos, tendo como objetivo neste período, respectivamente, combater a inflação e equilibrar o setor externo; e uma terceira fase, em que as funções da política cambial e da política monetária se invertem com relação ao período anterior.

A análise de cada uma dessas fases permite que se entendam quais eram os mecanismos de política econômica e quais foram os principais resultados alcançados em cada período, bem como fornece uma visão geral do comportamento do mercado de trabalho.

O Brasil inicia a década de 1990 em um contexto de mudanças impostas pela agenda neoliberal inspirada no “Consenso de Washington”³ e em um cenário internacional de mudança no paradigma tecnológico. A ciência e a técnica são consideradas elementos essenciais para as economias. As sociedades são caracterizadas pelo processamento rápido das informações, por alto nível de conhecimento, por escalas de produção grandiosas, por “internacionalização do capital”, ou seja, por um processo de globalização que passa a caracterizar o novo cenário econômico internacional⁴. É no governo Collor, portanto, que, efetivamente, as políticas neoliberais são iniciadas no país, e o ciclo econômico anterior é quebrado. Segundo Mercadante (1998, p.132):

um ciclo que do ponto de vista econômico foi marcado por uma longa estagnação, acompanhada de taxas de inflação altas, crise cambial pressionada pelo endividamento externo e esgotamento do modelo de desenvolvimento inspirado nas substituições de importações.

Entretanto, a experiência deste governo acaba por deixar incompleta a agenda neoliberal iniciada. Desta maneira, é a partir do governo Itamar Franco, mais especificamente, na gestão de Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda, em 1993, que o país se insere definitivamente na ideologia neoliberal. No entender de Ferrari-Filho (2002), neste momento a economia brasileira se encontrava aberta, com mercados financeiros desregulamentados e em franco processo de privatizações.

A partir desse período, as reformas liberais que estavam fundamentadas na defesa do livre mercado como forma de garantir o desenvolvimento econômico e a acumulação de capital ganharam força⁵. Ademais, a redefinição do papel do Estado buscava cumprir três objetivos: reduzir os gastos públicos, promover a abertura econômica e estimular a livre concorrência.

Assim, uma nova função foi atribuída ao Estado, conforme Faria (2008, p. 28):

³ Segundo Mercadante (1998), o Consenso de Washington previa a abertura comercial completa, desregulamentação geral da economia, reconhecimento irrestrito de patentes, privatizações, Estado mínimo e flexibilização dos direitos trabalhistas para garantir a primazia do mercado entre outros.

⁴ Para Santos (1993), o processo de globalização resulta do aumento da comunicação entre os homens e leva à internacionalização do sistema produtivo e dos serviços. No entender de Lacerda (1998), a globalização assume características distintas nas diferentes esferas das relações econômicas internacionais-produtivas, monetária, financeira, comercial e tecnológica. Independentemente da esfera, existem dois elementos comuns à dinâmica do sistema econômico mundial: a aceleração da internacionalização e o acirramento da competição.

⁵ No início da década de 1990, os sinais de exaustão e de crises das finanças públicas indicavam que a intervenção estatal não poderia ser conduzida pelos mesmos moldes que houvera sido na fase desenvolvimentista de crescimento econômico, com elevados investimentos governamentais em infraestrutura econômica e social (NETO, 2006).

A criação e a manutenção do ambiente “amigável aos mercados”, no centro do qual está o orçamento público como mecanismo de redistribuição do excedente. Essa nova função do Estado foi decisiva para atrair o investimento estrangeiro, que então se imaginava como única força capaz de liderar um novo ciclo econômico.

O cenário internacional foi um fator determinante para viabilizar a estratégia de estabilização adotada por esse governo. Vale lembrar que a década de 1990 - precedida de uma crise da dívida externa - é caracterizada pela liberalização financeira e por alta liquidez internacional. É, portanto, neste contexto que o Brasil volta a ser receptor de capitais estrangeiros, mesmo antes de alcançar a estabilização⁶.

Neste sentido, a partir de 1993, a economia passa a viver uma nova dinâmica, mais precisamente uma fase de preparação para o novo plano de estabilização. Para Bacha (1998), neste período, a equipe econômica decidiu então adotar uma política bastante conservadora e apresentou o Programa de Ação Imediata (PAI)⁷, com ênfase total no ajuste das contas do setor público, cujos desequilíbrios eram identificados como a causa fundamental da inflação no Brasil. Observa-se, assim, que o principal objetivo da política do governo era o combate a inflação, considerada consequência dos desequilíbrios orçamentários do governo e da indexação generalizada. As altas taxas de inflação neste período representavam um grande entrave ao crescimento.

Portanto, o PAI foi uma das primeiras ações do governo na tentativa do ajuste fiscal. Na sequência deste programa, no final do ano de 1993, é anunciado um novo programa de estabilização, o Plano Real, composto de três estágios. Segundo Bacha (1998) e Ferrari-Filho (2002), o primeiro estágio previa um equilíbrio orçamentário de curto prazo; o segundo objetivava o ajustamento dos preços relativos pela introdução de uma unidade real de valor, a URV; e a terceira estabeleceria a conversão desta unidade de conta em uma nova moeda, o Real, realizando, assim, a reforma monetária.

A respeito do primeiro estágio, Baer (2002, p. 221) conclui que:

As principais medidas do ajuste fiscal consistiam em: (1) um aumento coletivo dos impostos de 5%; (2) criação do Fundo Social de Emergência (FSE), que recebeu

⁶ Estes recursos teriam sido atraídos fundamentalmente pela arbitragem de juros, que no país eram atrativos e continuariam sendo durante a década. Aqui é importante enfatizar que esta característica foi uma das principais diferenças entre os planos de estabilização anteriores e o Plano Real, que sustentaria a valorização cambial dos primeiros anos através destes recursos internacionais.

⁷ Para Mercadante (1998, p.143): “A linha clássica de argumentação (do PAI) era a necessidade de ajustar os gastos públicos financiados com o imposto inflacionário, em especial o orçamento, que era administrado a partir do processo inflacionário”. Segundo Lanzana (2001, p.49), o imposto inflacionário “recai sobre os detentores de moeda, em períodos de inflação elevada, uma vez que o poder de compra da moeda está sendo corroído pela inflação, impondo uma perda (real) ao proprietário da moeda, como se ele estivesse pagando um imposto”.

15% de toda receita fiscal e deveria ajudar a realizar o ajuste fiscal temporário⁸; (3) cortes nos gastos com investimentos públicos, pessoal e empresas estatais de cerca de US\$7 bilhões.

Assim, seria possível equilibrar o déficit público pelo aumento de receitas e redução de gastos do governo, combatendo, desta forma, uma das principais causas da inflação⁹. Cabe ressaltar que no período a política fiscal foi restritiva, uma vez que se identificava o déficit fiscal como responsável pela elevação do nível de preços. Contudo, apesar da redução dos gastos do governo, a economia obteve um bom desempenho a partir de 1993, embora os anos iniciais da década (1990-1992) tenham sido caracterizados por uma recessão.

A partir de 1994, para conter as elevadas taxas de inflação, foi implementado um plano de estabilização, o Plano Real, que tinha como principal objetivo a estabilização do valor da moeda, ou seja, a inflação. Para isso, ele se centrou na política de abertura comercial e num programa de estabilização com âncora cambial. Em outros termos, a partir desse período, o país passaria a viver uma nova dinâmica macroeconômica. Para fornecer condições de sustentação ao Plano e para manter o controle da inflação, as políticas cambial e monetária passam a assumir funções primordiais.

O bom desempenho do Real no que se refere ao controle da inflação foi inegável. Através da quebra dos mecanismos de indexação, o plano alcançou seu primeiro e principal objetivo, a estabilização do nível de preços, determinando a queda imediata e acentuada da inflação brasileira. Nesta perspectiva, a partir do ano de 1994, a taxa de inflação reduziu-se drasticamente, chegando à casa de dois dígitos já em 1995. Não obstante, a consolidação desta estabilidade e a retomada do crescimento dependiam da eliminação de outros gargalos, quais sejam, do déficit orçamentário e do balanço de pagamentos, e o estabelecimento de um mecanismo seguro para a fixação de preços que não fosse influenciado pela indexação remanescente (GIAMBIAGI ; RIGOLON, 1999).

Para tanto, a partir da reforma monetária que introduziu a nova moeda, a política econômica mostrou-se baseada em duas âncoras - a cambial e a monetária. A primeira delas faria o papel de estabilizar os preços internos e a âncora monetária funcionaria no sentido de conter o ímpeto da economia no curto prazo, principalmente no que se referia à expansão do consumo, ocasionada pela redução da inflação.

⁸ O fundo era apenas uma medida temporária. Reformas constitucionais eram previstas para que o ajuste fiscal se desse no longo prazo. Entretanto, conforme nota de Giambiagi e Rigolon (1999), “É importante ressaltar que a primeira etapa do Plano Real foi cumprida apenas parcialmente. Em 1994, houve equilíbrio operacional do setor público (inclui pagamento de juros corrigidos pela inflação), mas entre 1995 e 1998, foram observados déficits operacionais”.

⁹ Para Lanzana (2001), o aumento da carga tributária previa antecipação do prazo de recolhimento de impostos, do IPMF, Cofins, aumento do IOF etc.

A política cambial determinou neste período inicial do Plano Real o câmbio como âncora nominal para a fixação dos preços. De maneira simplificada, pode-se entender que o câmbio controlado e sobrevalorizado se traduzia na queda dos preços das importações, o que por sua vez forçava os preços internos para baixo devido à concorrência externa que, por conseguinte, combatia a inflação.

Neste sentido, inicialmente, a partir da reforma monetária em junho de 1994, adotou-se uma banda cambial assimétrica, uma vez que apenas seu limite superior era oficialmente fixa, em paridade com o dólar, $R\$1 = US\1 ¹⁰. Obtendo sucesso na estabilização dos preços, a valorização da moeda foi uma consequência lógica, visto que as autoridades monetárias, neste contexto, elevaram a taxa de juros com a intenção de conter o consumo, o que acabou determinando, por sua vez, um influxo de capitais externos, ainda que em sua maioria de caráter especulativo.

Apesar de alcançada a estabilização dos preços, a taxa de câmbio tornou-se extremamente valorizada, o que nos primeiros períodos de circulação da nova moeda acabou por determinar um saldo negativo no Balanço de Pagamentos. Com a moeda forte, cresceram as importações e reduziram-se as exportações, provocando déficits na balança de transações correntes.

Neste sentido, o financiamento do déficit em conta corrente, segundo Falcão Silva (2002), só poderia ocorrer através de superávits na conta de capital, ou seja, pela entrada de capitais externos sob a forma de Investimento Externo Direto, no caso brasileiro, através das privatizações, capital de portfólio de curto prazo, ampliação da dívida externa, ou ainda pela “*queima*” das reservas internacionais. Portanto, o volume de reservas internacionais era fundamental para viabilizar a estabilidade e efetividade da âncora cambial.

Desta forma, a política monetária, que já vinha sendo restritiva no intento de evitar a possível “bolha de consumo” determinada pela quebra do regime inflacionário, passou a funcionar como uma segunda âncora do Plano Real. A taxa de juros requerida para atrair os capitais externos e conter o consumo mostrou-se significativamente elevada, ficando em torno de 56,4% a.a em dezembro de 1994. Mesmo em um contexto de certa liquidez internacional, a economia apresentava-se altamente suscetível às alterações econômicas do cenário mundial.

¹⁰ As bandas cambiais caracterizam-se pelo estabelecimento de limites superiores e inferiores para variações do câmbio, pressupondo-se que dentro desses limites a taxa de câmbio flutua livremente em torno de uma taxa de referência, subentendida como a taxa que asseguraria os equilíbrios interno e externo da economia. Quando o governo anuncia o estabelecimento de um regime de banda cambial, ele está anunciando a disposição de sustentar os limites anunciados mediante a correção dos ‘fundamentos’. A ideia é de que os agentes vão antecipar as intervenções do governo de forma que o ajustamento ótimo de câmbio pelo mercado será muito mais suave do que o que se observaria na ausência de banda. (FALCÃO SILVA, 2002).

Neste contexto, a “economia das âncoras” acabou por determinar um cenário macroeconômico de extrema vulnerabilidade externa para o Brasil. Os déficits se tornaram cada vez maiores e a capacidade de financiamento externo deles se tornava mais difícil e exigente. O risco de uma crise cambial era iminente, tendo em vista a alta volatilidade do fluxo do capital internacional para os países “emergentes”. Isso se torna mais claro quando a sucessão de crises internacionais, ao deteriorar os fundamentos da economia, determina a crise cambial brasileira no início de 1999.

Assim, logo nos primeiros meses do Plano Real, a crise do México determinou significativa redução do fluxo de capitais externo para o Brasil. O governo, entretanto, temeroso de uma volta do processo inflacionário, não permitiu a desvalorização cambial, mas adotou um regime de câmbio denominado *crawling peg*, ou seja, minidesvalorizações cambiais, intra-banda, a partir de março de 1995. A desvalorização promovida foi algo em torno de 5,6% em março de 1995, seguida de pequenas e sucessivas desvalorizações desde então, através de um regime de bandas deslizantes. Para contrabalançar os efeitos das minidesvalorizações, fez-se altamente ortodoxa e restritiva a política monetária, elevando marcadamente a taxa básica de juros, que em março de 1995 foi de 65% a.a. Tais políticas evitaram, no momento, uma crise cambial, embora a sobrevalorização do câmbio e a elevada taxa de juros permitissem que a economia continuasse instável e altamente vulnerável a choques externos.

Sob estas condições, no segundo semestre de 1997, uma nova crise internacional, agora na Ásia, promoveu um novo ataque especulativo à moeda brasileira. Novamente, as reservas internacionais foram utilizadas pelas autoridades monetárias, seguidas de políticas conservadoras de elevações drásticas na taxa de juros e de aperto fiscal. Essas políticas, de alguma forma, retomam a confiança dos investidores estrangeiros e permitem a recomposição das reservas cambiais, muito embora o cenário econômico de alta volatilidade permanecesse o mesmo.

A crise russa em 1998 promoveu um novo efeito contágio e evidenciou claramente para os investidores os sérios desequilíbrios da economia brasileira. No entanto, as medidas adotadas nas crises anteriores não surtiram o mesmo efeito quando deflagrada a crise e nem mesmo um acordo com o Fundo Monetário Internacional foi capaz de restabelecer a confiança no país e no Plano Real, determinando, assim, a saída de capitais internacionais e a supressão das reservas. Para Giambiagi e Rigolon (1999, p.14):

o contágio das crises asiática e russa, em 1997 e 1998, encontrou o programa brasileiro com fundamentos bastante frágeis, (...) fugas de capitais produziram rápida desacumulação de reserva. A manutenção da política cambial exigiu elevações dramáticas na taxa de juros, com efeitos indesejáveis no nível de atividade, no emprego e nas contas públicas.

Em um contexto de crise cambial e de alta vulnerabilidade externa presenciado pelo país ao final de 1998 e início de 1999, a “alternativa” escolhida pelo governo foi a desvalorização cambial. A partir de 15 de janeiro de 1999, o câmbio, que funcionava como âncora até então, foi flexibilizado com a adoção de regime de câmbio flutuante.

Cabe ressaltar, entretanto, que a dinâmica funcional das políticas econômicas, neste caso política cambial e monetária, é invertida, mas o objetivo primeiro deste novo *mix de políticas*, assim como o objetivo da política econômica antecedente, continua a ser o combate à inflação. Anteriormente, buscava-se o controle dos níveis de preços através da sobrevalorização cambial. Entretanto, com a adoção do regime flutuante para o câmbio, tal estratégia não é mais possível, transferindo-se, portanto, para a política monetária a função de estabilizar o nível de preços. Neste sentido, a fim de cumprir com seus objetivos, o Bacen implementou em junho de 1999, no Brasil, o sistema de metas de inflação - *inflation targeting*¹¹.

O regime de metas inflacionárias, por sua vez, é caracterizado pelo anúncio oficial de uma banda para a flutuação da taxa de inflação e pelo reconhecimento explícito de que o principal objetivo da política monetária deve ser a manutenção de uma taxa de inflação baixa e estável. O controle da inflação ocorre, fundamentalmente, pelo ajuste da taxa básica de juros, a Selic, em um valor compatível com as metas inflacionárias fixadas.

O regime de metas de inflação tem sido bem sucedido no que tange à estabilização do nível de preços, muito embora haja dúvidas quanto a sua eficácia no que concerne ao crescimento econômico. Muitos estudiosos têm afirmado que o regime de metas acaba impedindo que a economia cresça a seu nível potencial, uma vez que a estabilização do nível de preços tem requerido altas taxas reais de juros, o que, por sua vez, impede a realização de novos investimentos.

Entre o período de desvalorização cambial de 1999 e meados de 2003, apesar do arranjo de política econômica restritiva - câmbio semi-flutuante, elevados superávits fiscais, taxas de juros elevadas e metas rígidas de inflação - a economia brasileira operou num

¹¹ De acordo com informações do Banco Central do Brasil, o Decreto 3.088, em 21 de junho de 1999, implantou no país a sistemática de metas para a inflação como diretriz de política monetária. Desde então, as decisões do Copom (Conselho de Política Monetária) passaram a ter como objetivo cumprir as metas para a inflação definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

contexto de comércio internacional favorável, o que permitiu certo arrefecimento das tendências anteriores para as principais variáveis do mercado de trabalho (CARDOSO JR *et al*, 2009).

No ano de 2003, com a instabilidade dos preços e as expectativas em relação ao comportamento da taxa de câmbio, foram adotadas políticas fiscal e monetária restritivas pelo novo governo, enquanto do ponto de vista externo a balança comercial apresentou significativas melhorias, registrando superávit. Dessa forma, o mercado de trabalho brasileiro começa apresentar melhor desempenho e expectativas de crescimento, ocasionados pelos resultados da balança comercial e transações correntes.

É neste cenário de mudança no padrão monetário, de crises internacionais, de ataques especulativos e do avanço do processo de liberalização que o mercado de trabalho busca ajustar-se. Neste período, contudo, observa-se que houve um comportamento ambíguo, de certa forma, acompanhando o desempenho econômico do país.

No que se refere especificamente ao comportamento do mercado de trabalho neste período, conforme dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do IBGE (2003), é possível observar, tomando por base o ano de 1990, que a taxa de desemprego dessazonalizada era de 4%, passando para um patamar de 6% no segundo semestre de 2002, quando houve um aprofundamento da recessão. Entretanto, ao longo do período, essa taxa de crescimento foi moderada e em nenhum período atingiu níveis próximos àqueles da recessão dos anos 1980.

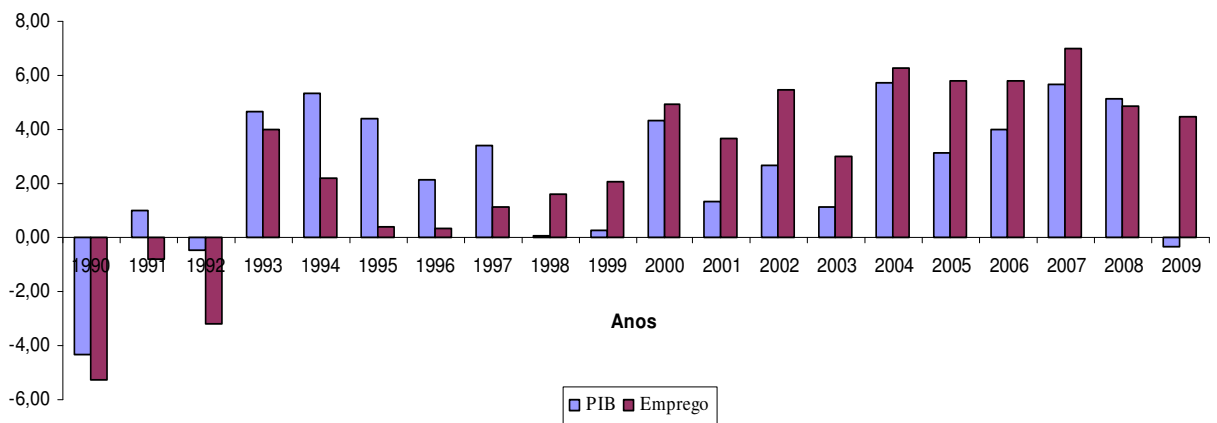
Ademais, é possível associar, ainda que preliminarmente, que a taxa do desemprego aberto e a estagnação do nível de emprego estão diretamente associadas à redução do emprego industrial. A redução deste nível, por sua vez, é resultado do processo de abertura comercial e do aumento da concorrência desencadeado pela abertura econômica do país. Esta abertura econômica modificou a estrutura industrial, pois foram implementadas novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho, tendo em vista o aumento da produtividade.

Os dados do PME/IBGE (2003) mostram que o emprego industrial tende a cair a partir de 1995, apesar do crescimento do produto, enquanto nos setores comércio e serviços, ele mantém uma tendência positiva até 1996 quando, a partir de então, apresenta sinais de estagnação. Portanto, no início do processo de estabilização, o crescimento do emprego nos setores comércio e serviços atua no sentido de compensar a queda no setor industrial, fato que não mais ocorre a partir de 1997.

A Figura 1 apresenta a relação entre a variação do PIB e do Emprego no Brasil, sendo possível constatar que o período sofreu fortes oscilações. No início da década de 1990, o país

enfrentava uma grande crise inflacionária que se prolongava desde os anos de 1980, seguida de variações negativas no PIB, tendo no ano de 1990 sofrido uma variação de -4,35%. Em 1993, ano que antecede a implantação do Plano Real, o PIB apresentou uma melhora com saldo positivo de 4,87%, mas foi no ano de 1994 que ele registrou uma variação expressiva de 5,33%, enquanto o emprego formal apresentou um decréscimo de 2,17%. No ano de 1995, o PIB e o emprego apresentaram uma variação de 2,15% e 0,31%, respectivamente. Esse último resultado, segundo Ramos (2009), pode sugerir distintos diagnósticos factíveis. Por exemplo, a hipótese de um extraordinário aumento da produtividade, resultado da abertura da economia, é uma hipótese plausível capaz de explicar por que o aumento do PIB não se concretizou em novas vagas de trabalho.

Figura 1 – Taxa de variação do PIB e do emprego no Brasil 1990-2009



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Rais e Ipea.

No ano de 1998, ocorreu uma queda drástica na taxa de variação do produto, passando de 3,38% em 1997 para 0,04% em 1998, acompanhado por uma redução na taxa de variação do emprego formal. Os anos de 1997 e 1998 foram caracterizados por uma profunda instabilidade no cenário internacional, como observado anteriormente quando do choque ocasionado pelas crises econômico-financeiras de países emergentes.

No Brasil, a partir do ano de 1999, com a mudança no regime cambial e a desvalorização do real, o emprego voltou a crescer, apresentando nesse ano uma variação positiva de 2,06%. No ano de 2000, houve maior recuperação nas taxas de variação do PIB e do emprego, que registraram crescimento de 4,31 e 4,94%, respectivamente.

Segundo Baltar (2007), a desvalorização do real prejudicou o poder de compra dos salários ao mesmo tempo em que aumentou a elasticidade do emprego em relação ao produto. O desempenho do PIB, entretanto, foi contido pela política macroeconômica que tinha por objetivo, entre outros, impedir a fuga de capital através da manutenção dos juros elevados. Sendo assim, a recuperação de meados de 1999 até 2000 foi consequência do abandono da âncora cambial e da adoção de câmbio flutuante, ou seja, a abertura, somada à âncora cambial, limitava o raio de manobra das empresas brasileiras (RAMOS ; BRITO, 2004).

Já no ano de 2001, a economia brasileira não conseguiu repetir o bom desempenho de 2000, tendo a variação do emprego e do produto crescido a taxas de 3,66 e 1,31%, respectivamente. O que contribuiu para esse fraco desempenho foram às restrições internas e externas. Internamente, as restrições ao crescimento da economia se iniciaram com a crise energética. Já externamente, a crise Argentina afetou duramente a economia brasileira, pois contribuiu para que o dólar se valorizasse frente ao real, conjuntura que, somada ao atentado terrorista de 11 de setembro, promoveu um desaquecimento da economia americana e, por conseguinte, da economia internacional, o que prejudicou o desempenho das exportações brasileiras.

No ano de 2002, com a valorização da moeda americana, promoveu-se um aumento na competitividade das exportações brasileiras, ocasionando uma melhora no saldo da balança comercial. O desempenho do PIB foi melhor que em 2001, registrando uma taxa de variação de 2,66%. Quanto ao emprego formal, no ano de 2002, a taxa de variação foi de 5,50%. Nesse ano, o mercado recuperou a confiança dos investidores, em grande parte pela valorização cambial e pela queda dos juros reais que melhoraram o desempenho do mercado de trabalho brasileiro.

Em 2003, com as expectativas de uma taxa de inflação mais elevada e a instabilidade gerada pela Guerra no Iraque, a economia brasileira se desacelerou e o produto apresentou um decréscimo na sua taxa de 1,15% em relação ao ano anterior, enquanto no emprego, esse decréscimo foi de 3,08%.

Em 2004, houve uma reversão da tendência inflacionária, o que permitiu a redução taxa Selic, tendo o bom desempenho da economia internacional favorecido o crescimento do saldo da balança comercial. Este bom desempenho econômico se refletiu no crescimento de diversos setores da produção nacional, tendo o produto e o emprego apresentado taxas de variação positivas expressivas, comparadas com os anos anteriores de, aproximadamente, 5,71 e 6,30%, respectivamente. Já no ano de 2005, o produto registrou um leve aumento de

3,16%, enquanto o emprego formal sofreu uma queda na sua taxa de variação em relação ao ano anterior, registrando uma taxa positiva para este ano de 5,83%.

Conforme Dedecca e Rosandiski (2007), as características que diferenciam a recuperação posterior daquela observada durante o Plano Real se encontram na raiz da determinação do crescimento do produto com recomposição ponderável do emprego formal. Em 1995-98, as importações provocaram redução da produção ou uma modernização a qualquer custo, com consequências fortemente negativas sobre o emprego formal. Entre 2003-2005, o superávit comercial externo estimulou positivamente a atividade interna, favorecendo a produtividade sem gerar um processo de sucateamento.

No ano de 2007, verificou-se que tanto o PIB quanto o emprego apresentaram desempenho favorável, registrando taxas de variação positivas de 6,98 e 5,67%, respectivamente. No entanto, nos anos subsequentes, esse bom desempenho não foi reproduzido, sendo que no ano de 2009 o emprego registrou uma taxa de variação de 4,48% e o PIB, uma taxa negativa de -0,33%. Esse baixo desempenho pode ser atribuído à crise financeira internacional que se iniciou em 2007/2008.

Neste contexto, verifica-se que, após a implantação do Plano Real, houve um processo de estagnação no que se refere à criação de novos postos de trabalho que permaneceu até aproximadamente o ano de 2001. A partir deste ano, a economia brasileira começou a mostrar sinais de melhora, com a elevação dos saldos na balança comercial e a expansão do mercado interno, entre outros fatores, que acabaram ocasionando a criação de novos postos de trabalho formais ao país.

2.3 Desenvolvimento Regional

2.3.1 Teorias do Desenvolvimento Regional e Políticas Adotadas

O desafio da teoria do crescimento e desenvolvimento econômico é explicar as diferenças de desempenho econômico entre países ou regiões, no sentido de identificar os fatores que fazem com que algumas regiões sejam mais dinâmicas do que outras. Dessa forma, historicamente, o que se observa é uma crescente demanda por políticas voltadas para o desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas do país.

Nessa perspectiva, as definições de políticas públicas no Brasil voltadas para o desenvolvimento regional ao longo dos últimos anos dependiam do maior conhecimento das

especificidades de cada região. O debate sobre o desenvolvimento das regiões estagnadas provocou discussões tanto no mundo acadêmico quanto nas instâncias políticas.

Do ponto de vista teórico e conceitual, os princípios do modelo de intervenção desenvolvimentista estavam atrelados às políticas de crescimento econômico. Alguns teóricos da época voltaram sua atenção para as “teorias de desenvolvimento regional”, desenvolvidas a partir dos anos 50, que enfatizavam os fatores de aglomeração, tentando explicar suas causas e os principais meios para desencadear um processo de expansão econômica.

As teorias dos polos de crescimento (PERROUX, 1955), causação circular cumulativa (MYRDAL, 1957) e efeitos encadeadores (HIRSCHMAN, 1958) serviram de embasamento para respaldar as políticas de desenvolvimento regional, implementadas pelas instituições federais criadas para atuar em prol das áreas menos desenvolvidas, exercendo um efeito significativo sobre a expansão produtiva das regiões periféricas.

A teoria de polos de crescimento surgiu como tentativa de explicar os desequilíbrios espaço-setoriais. O argumento básico apresentado era que o crescimento econômico é espaço-temporalmente diferente (não homogêneo), o que origina os chamados “polos de crescimento”. Segundo Perroux (1955, p. 146), o crescimento “manifesta-se em pontos ou pólos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais com efeitos finais variáveis sobre toda a economia”. Dessa forma, o autor propõe-se a explorar as relações que se estabeleceriam entre as indústrias motrizes. Essas indústrias, exercendo um papel indutor do crescimento de outras firmas (indústrias movidas) pela compra de bens de natureza diversa, teriam a capacidade de fomentar a formação de um complexo de indústrias localizadas próximas umas das outras, promovendo a formação de um pólo regional. O dinamismo de um polo era determinado pela existência de uma ou mais indústrias motrizes que exercem papel dominante e geram efeitos de intensificação devido ao surgimento e encadeamento de novas necessidades coletivas (PERROUX, 1955).

De forma semelhante, MYRDAL (1957) demonstrou que o desenvolvimento econômico promove um processo de causação circular cumulativa¹². Nesse sentido, nega o equilíbrio estável como forma de explicar as mudanças no sistema social, ou seja, não há uma tendência automática de autoestabilização. De acordo com o autor, haveria mecanismos que,

¹² O processo de causação circular é válido para explicar uma infinidade de relações sociais, como, por exemplo, a perda de uma indústria em determinada região. Os efeitos imediatos desta perda são o desemprego e a diminuição da renda e da demanda locais. Estes, por sua vez, provocam uma queda da renda e da demanda nas demais atividades da região, o que já configura um processo de causação circular cumulativa em um ciclo vicioso (LIMA ; SIMÕES, 2009).

uma vez iniciados, seriam reforçados pelas forças de mercado e conduziriam as regiões por caminhos divergentes de desenvolvimento.

O crescimento de um polo urbano-industrial poderia desempenhar efeitos propulsores sobre as regiões menos dinâmicas devido aos efeitos de encadeamento nas demais regiões, isso porque as regiões polarizadas podem ver aumentadas suas exportações, principalmente de alimentos, matérias-primas e algumas manufaturas para os polos urbano-industriais. Não obstante, nada leva a crer que os “efeitos propulsores” permitam o estado de equilíbrio, visto que eles podem ser superados pelos “efeitos regressivos”.

Os movimentos regressivos decorrem das relações de comércio e condições desfavoráveis de trocas entre as regiões mais ricas, exportadoras de mercadorias com alto valor agregado, e as regiões mais pobres, produtoras de insumos básicos provenientes do setor primário com baixo valor agregado, como matéria-prima, produtos agrícolas e alimentos. Os movimentos propulsores oriundos de um polo industrial dinâmico, por exemplo, induzem o crescimento econômico com encadeamentos positivos sobre as exportações e a produção de insumos e mercadorias nas quais as regiões subdesenvolvidas possuem maiores vantagens comparativas.

O processo de estagnação ocorre quando os efeitos provocados pelos movimentos regressivos são maiores que os movimentos propulsores, estabelecendo-se, assim, uma relação desfavorável e um processo cumulativo de transferência de recursos das regiões pobres para as regiões ricas.

Para HIRSCHMAN (1958), o desenvolvimento econômico ocorre de forma desequilibrada e concentradora nas regiões mais dinâmicas e pressupõe uma mudança estrutural incompatível com o conceito de equilíbrio. Seguindo essas ideias, o autor ressalta que o foco principal era seguir uma política deliberada de crescimento não balanceado, isto é, promover o desenvolvimento de certos setores chave da economia. Nesse sentido, defende a atuação do Estado com o objetivo de promover e estimular o desenvolvimento, principalmente, das regiões mais atrasadas.

Dessa forma, em torno do pensamento destes teóricos, foi estabelecido um consenso que passou a influenciar significativamente a condução da política econômica nacional. Muitos trabalhos se basearam em estudos sobre a polarização da produção econômica e sobre as economias externas e de aglomeração, evidenciando a irregularidade do processo de desenvolvimento econômico, o que justificou a intervenção estatal em prol do desenvolvimento regional através de políticas públicas ativas (LIMA; SIMÕES, 2009).

Em síntese, essas teorias do desenvolvimento regional suportam muitas das questões que são abordadas ao longo dessa tese, em especial, no quarto capítulo, quando busca-se identificar os fatores que fazem com que determinadas microrregiões do MS se tornem mais dinâmicas do que outras, bem como quando se analisa as políticas governamentais adotadas para fomentar o desenvolvimento das regiões estagnadas, tendo em vista o perfil econômico, a estrutura produtiva e os fatores de localização. A seguir, faz-se uma breve síntese das principais formulações propostas e das políticas adotadas.

De acordo com os trabalhos de Diniz (2001) e Neto (2006), na década de 1950, foram criadas as primeiras políticas e instrumentos no intuito de conter as desigualdades regionais. A grande seca que se abateu sobre os estados nordestinos foi elemento decisivo para que o governo viesse a considerar o desenvolvimento das regiões mais atrasadas como um problema nacional de suma importância. Dessa forma, foi elaborado por Celso Furtado em 1950 o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTND), que teve papel crucial na fundamentação das bases para a política de desenvolvimento regional, que se consolidaria posteriormente nas décadas de 1960 e 1970.

De acordo com Siqueira e Siffert Filho (2001), as ações em prol do desenvolvimento regional ganharam importância a partir dos anos 1950, com as grandes obras de infraestrutura, o apoio à industrialização no âmbito do Plano de Metas e a criação de instituições como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). A criação da Sudene, em 1959, foi o principal instrumento de compromisso institucional para conduzir as políticas de promoção do desenvolvimento e tinha como objetivo formular uma política de desenvolvimento para o Nordeste, com ativa participação do Estado. Na década de 1960, os mecanismos governamentais estavam voltados para o estímulo à transferência de capitais das regiões mais desenvolvidas para as menos desenvolvidas.

A implementação das políticas regionais realizadas no país durante a década de 1960 objetivava estabelecer contrapesos aos efeitos espacialmente concentradores das políticas macroeconômicas e setoriais mais gerais. Todavia, foi somente nos anos de 1972-1979, quando foi implementado o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e nos anos de 1975-1979 o II (PND), que um grande montante de investimentos foi direcionado para as regiões mais estagnadas, no intuito de amenizar as desigualdades regionais e alterar o perfil concentrado da distribuição espacial da atividade produtiva.

A crise mundial do final dos anos 1970, desencadeada pelo segundo choque do petróleo e pela grande instabilidade do sistema monetário internacional, impôs a adoção de

medidas restritivas que encerravam as pretensões desenvolvimentistas e redirecionaram as prioridades nacionais. O rápido crescimento da dívida externa, os seguidos desequilíbrios da balança comercial, a espiral inflacionária e os crescentes déficits públicos, ao lado das dificuldades fiscais e financeiras do Estado, associavam-se a medidas de contenção de investimentos públicos, determinando a decadência do intervencionismo estatal e, por conseguinte, do modelo desenvolvimentista a ele associado (UDERMAN, 2006).

Na década de 1980, o ajustamento macroeconômico do país, coordenado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), reverteu a trajetória da expansão dos investimentos das estatais, bem como das administrações públicas do governo. Esse período foi chamado de “década perdida”, devido ao reduzido crescimento econômico, grande instabilidade econômica e perda do controle sobre o processo inflacionário. No que se refere à questão regional brasileira, somente alguns investimentos foram concluídos ao longo da referida década, enquanto outros não se realizaram em decorrência das restrições fiscais impostas pelo processo de ajustamento macroeconômico.

De acordo com Neto (2006), na década de 1990, as preocupações com o recrudescimento das desigualdades voltaram novamente ao cenário nacional. As políticas de abertura comercial e financeira para o exterior e de restrições a intervenção estatal na economia passaram a moldar perspectivas negativas quanto à continuidade da desconcentração espacial da atividade produtiva. Apesar de a adoção das reformas macroeconômicas ter permitido a estabilidade de preços, estas reformas não foram capazes de alterar o quadro vigente de desigualdade regional, mostrando efeitos pouco positivos sobre a trajetória de crescimento observado nas regiões.

Estudos como os de Siqueira e Siffert Filho (2001) identificaram esse comportamento de tendência de declínio da concentração do PIB nas regiões geográficas ao longo da década de 1990, ainda que em alguns anos desse período -1992,1995 e 997 - o grau de concentração tenha aumentado. Apenas em 1997 houve coincidência entre maior concentração e crescimento econômico.

De acordo com Pochmann (2001), os efeitos decorrentes dessa realidade para o emprego regional podem ser analisados sob diversas formas, as quais seguem duas tendências: por um lado, o avanço da desconcentração das atividades vinculadas ao uso intensivo de mão de obra com o objetivo de redução de custos, como nas indústrias têxteis, calçados e alimentícias, estimulou as empresas a buscar regiões onde o custo da mão de obra fosse menor; por outro, verificou-se a presença do movimento de reconcentração do emprego nas atividades econômicas intensivas em capitais. Ao buscar maior competitividade, as

empresas se deslocam para as regiões mais desenvolvidas do país, implicando uma nova concentração regional.

Sendo assim, nos setores de atividades econômicas intensivos em trabalho, ocorreu, em geral, uma desconcentração regional, dos estados mais industrializados para os menos industrializados. Ou seja, em setores como calçados, têxtil, brinquedos e alimentos podem ser identificados sinais de desconcentração da produção e, por consequência, da ocupação (empregos).

Para discutir essas questões de concentração/desconcentração regional, foi feito um estudo das grandes regiões geográficas brasileiras - Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste - nos anos de 1994 a 2008, com o intuito de identificar o comportamento do PIB e do emprego formal, tendo sido verificada uma desaceleração da concentração nas últimas duas décadas, ou seja, ainda que com efeitos reduzidos a tendência seja maior de idade participação das regiões menos desenvolvidas.

A Tabela 1 apresenta as mudanças na composição do Produto Interno Bruto nas grandes regiões geográficas, no período de 1994 a 2008. Observa-se que, após o ano de 1994, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste mantiveram uma tendência de elevação da participação no PIB, em contraposição à região Sudeste, que perdeu participação no período, principalmente a partir de 2002.

Tabela 1 - Participação no PIB brasileiro nas grandes regiões geográficas, no período de 1994 a 2008

Ano	Centro-oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste
1994	7,09	4,83	12,44	17,99	57,66
1995	6,53	4,56	12,77	17,87	58,27
1996	6,62	4,69	13,16	18,07	57,45
1997	6,80	4,34	13,08	17,70	58,08
1998	7,11	4,47	13,05	17,62	57,74
1999	6,80	4,47	13,06	17,85	57,81
2000	7,18	4,61	13,04	17,64	57,53
2001	7,28	4,73	13,02	17,80	57,17
2002	9,06	4,82	13,25	17,14	55,73
2003	9,21	4,88	13,03	17,97	54,90
2004	9,41	5,08	13,02	17,76	54,73
2005	9,11	5,10	13,34	16,78	55,67
2006	8,95	5,20	13,34	16,55	55,97
2007	9,14	5,14	13,33	16,90	55,49
2008	9,48	5,26	13,50	16,82	54,94

Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do Ipeadata.

Comparativamente, a região que apresentou menor participação foi à região Norte, com uma taxa média de 4,34%; em contraposição, as regiões Sudeste, Sul e Nordeste tiveram taxas médias de participação no período de 57, 17,50 e 13%, respectivamente. O Centro-Oeste é quarta região em termos de participação, com uma taxa média de 7,99%, superior apenas à da região Norte. Essa região tem apresentado uma tendência crescente de participação no PIB, alcançando 9,48% em 2008.

A necessidade da adoção de planos de estabilização econômica nas décadas de 1980 e 1990 não permitiu que a tendência de maior desconcentração do produto, iniciada em grande escala no governo Juscelino Kubitschek com o Plano de Metas, se efetivasse, ainda que seja possível observar que algumas regiões menos desenvolvidas ainda assim aumentaram sua participação no PIB. Não obstante, como pode ser observado, existe grande concentração da atividade econômica na região Sul e Sudeste. Ademais, pode-se identificar no período um movimento de concentração do tipo de atividade produtiva, com destaque para a indústria na região Sudeste e a Agropecuária na região Centro-Oeste. A Tabela 2 apresenta algumas evidências da participação de cada setor por região no PIB a partir da implementação do Plano Real.

Tabela 2 - Participação no PIB brasileiro das regiões por setores da economia brasileira em 1994 e 2008

Regiões	Serviços		Indústria		Agropecuária		Total	
	1994	2008	1994	2008	1994	2008	1994	2008
Centro-Oeste	9,82	10,61	2,98	5,04	9,09	17,83	7,09	9,14
Norte	4,30	4,71	4,53	5,78	8,82	8,94	4,83	5,14
Nordeste	12,73	13,73	10,94	11,64	16,83	19,68	12,44	13,33
Sul	14,46	15,74	20,06	17,19	28,32	27,11	17,99	16,90
Sudeste	58,68	55,20	61,49	60,35	36,94	26,44	57,66	55,49

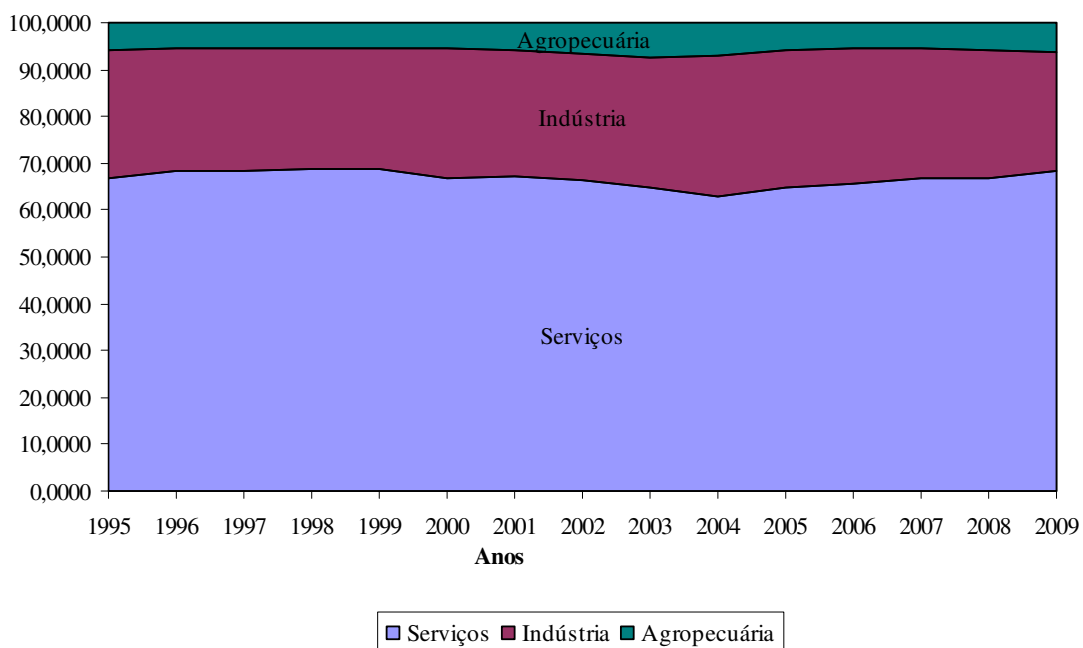
Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do Ipeadata.

Como pode ser observado, o ano de 1994 a indústria tinha uma participação de 61,49% no produto da região Sudeste. Essa participação, juntamente com a do setor de serviços, sofre uma pequena redução no ano de 2008. A agropecuária é o setor nessa região que perde maior participação, com uma redução superior a 10 pontos percentuais. A região Sul, por sua vez, tem como característica nesse período a perda relativa na participação industrial e agropecuária e o crescimento da participação do setor de serviços. A região

Centro-Oeste e Nordeste obtiveram crescimento na participação relativa de todos os setores no ano de 2008, com destaque para o setor da agropecuária. A região Norte também teve crescimento relativo de todos os setores, mas com menor intensidade.

A mudança na composição setorial brasileira por regiões aponta para uma polarização na região Sudeste que permanece como região polar, núcleo central da economia brasileira. Mesmo com o aparecimento ou fortalecimento de diversas sub-regiões no interior das cinco regiões brasileiras, grande parte do dinamismo econômico de parcela significativa do PIB permanece concentrada. Assim, quando se analisa a dimensão espacial do processo de desenvolvimento neste período, notam-se inércia e rigidez que virtualmente paralisaram os movimentos mais significativos que pudessem determinar mudanças decisivas nas posições relativas das regiões brasileiras (Figura 2).

Figura 2 - Participações no PIB brasileiro dos setores da economia de 1995 a 2009



Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do Ipeadata.

Na Figura 2, é possível verificar certa estabilidade na participação relativa dos setores no PIB, sendo o setor com participação mais expressiva o de serviços. Com leve aumento em 2004, a agropecuária ainda é o setor com menor participação relativa no valor agregado no

PIB. A indústria tem mantido sua participação mesmo que alguns autores argumentem sobre a existência de um movimento de “desindustrialização” no Brasil¹³.

As mudanças significativas na participação do PIB dos setores por regiões apresentadas na Tabela 3 permitem identificar uma especialização de determinadas regiões em certos setores, ainda que se observe um movimento em direção a uma estrutura produtiva mais homogênea, ou seja, menos concentrada em determinada região.

Analisando o setor de serviços, observa-se tendência dentro de todas as regiões de aumento na participação relativa desse setor, sendo essa tendência mais forte nas regiões Sul e Norte. Ademais, é possível observar a perda de participação relativa da indústria e da agropecuária no período de análise.

Mais especificamente, a participação relativa da indústria dentro das regiões teve uma queda de 2008 em relação a 1994. A região Centro-Oeste tem a menor taxa de participação desse setor em relação às outras regiões, decrescente ao longo do período analisado. Já no setor agropecuário, a região Centro-Oeste se destaca, pois tem a maior participação relativa entre as regiões.

Tabela 3 - Participação no PIB dos setores por regiões na economia brasileira em 1994 e 2008

Regiões	Serviços		Indústria		Agropecuária	
	1994	2008	1994	2008	1994	2008
Centro-Oeste	71,17	74,08	16,34	14,83	12,48	11,09
Norte	45,76	59,29	36,45	30,67	17,78	10,03
Nordeste	52,61	67,33	34,21	24,07	13,18	8,61
Sul	41,30	61,96	43,37	28,52	15,33	9,51
Sudeste	52,29	66,51	41,47	30,65	6,24	2,84

Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do Ipeadata.

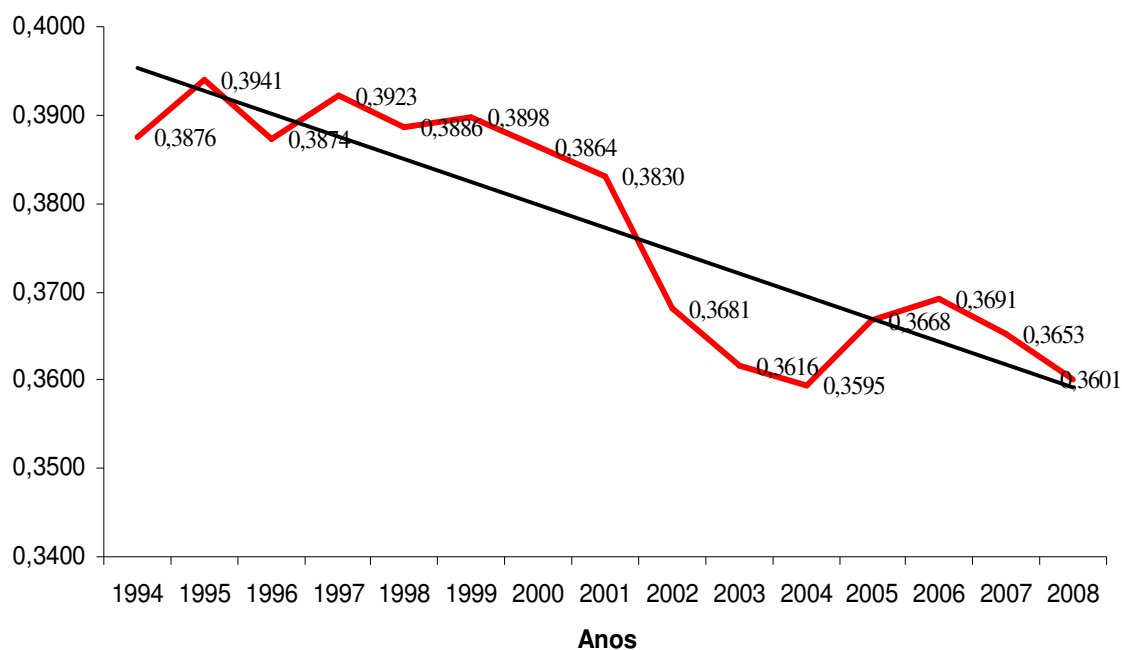
Para analisar o processo de concentração dos setores nas regiões e nas regiões em relação ao país, Siqueira (2001) sugere a utilização do Índice de Hirschman-Herfindal (IHH) para medir essas disparidades e sua mudança ao longo do tempo. O índice expressa o grau de concentração de um dado conjunto de elementos, podendo ser usado para identificar o grau de concentração de um agrupamento de empresas de um determinado setor ou de um conjunto de

¹³ Esse processo de desindustrialização, segundo alguns autores, teve origem na segunda metade dos anos 1980, com a crise da dívida externa, e foi aprofundado pela hiperinflação e por políticas macroeconômicas hostis à produção, que tentavam combater a escalada dos preços (Rowthorn, 1994).

regiões de um país, por exemplo. O IHH é o resultado do somatório do quadrado das participações dos integrantes de um determinado conjunto¹⁴.

De modo semelhante à aplicação desse autor, realizou-se uma análise do IHH para o período de 1994 a 2008 para verificar alterações na concentração do PIB brasileiro (Figura 3).

Figura 3 - Concentração do PIB do Brasil e tendência de 1994 a 2008



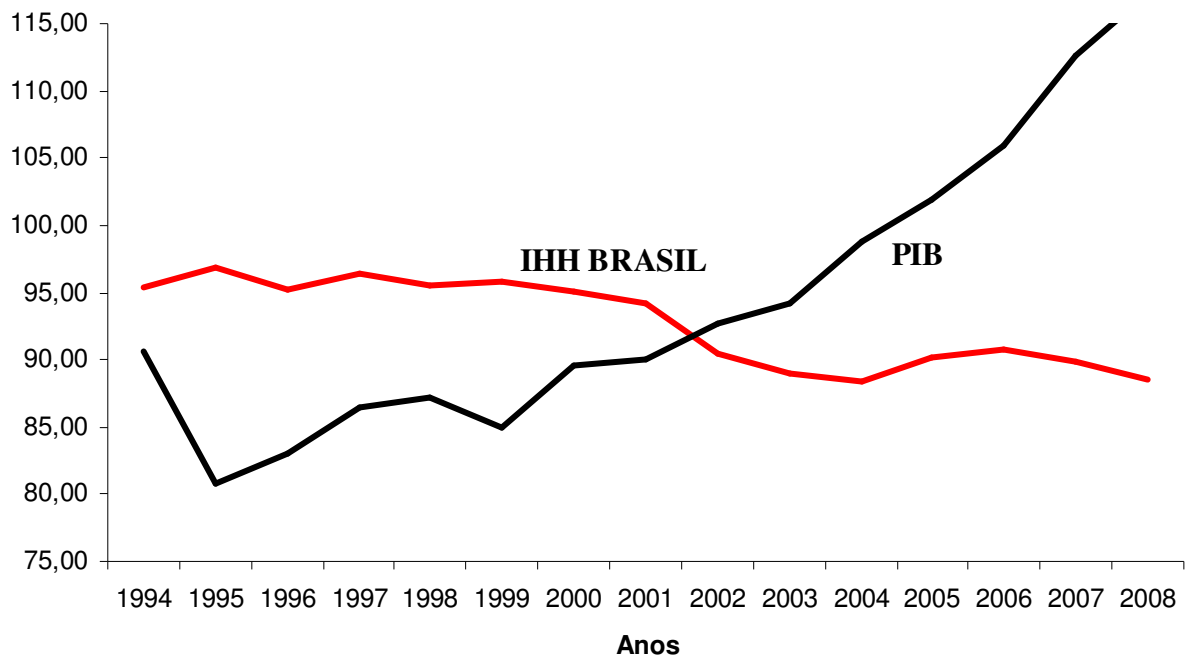
Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do Ipeadata.

Como observado, há tendência de queda na concentração medida pelo índice IHH para o PIB brasileiro no período analisado. Essa queda tem maior intensidade a partir de 2000 quando o IHH inter-regional se torna decrescente, com exceção do período de 2004 a 2006, quando o índice apresentou leve aumento na concentração.

Para associar as variações na concentração do PIB inter-regional com as variações do PIB brasileiro, foi utilizado um número índice para verificar se há associação do movimento de desconcentração detectado na Figura 3 com as variações no PIB mostradas na Figura 4.

¹⁴ Formalmente, $IHH = \sum_{i=1}^n S_i^2$.

Figura 4 - PIB e IHH do PIB para o Brasil de 1994 a 2008

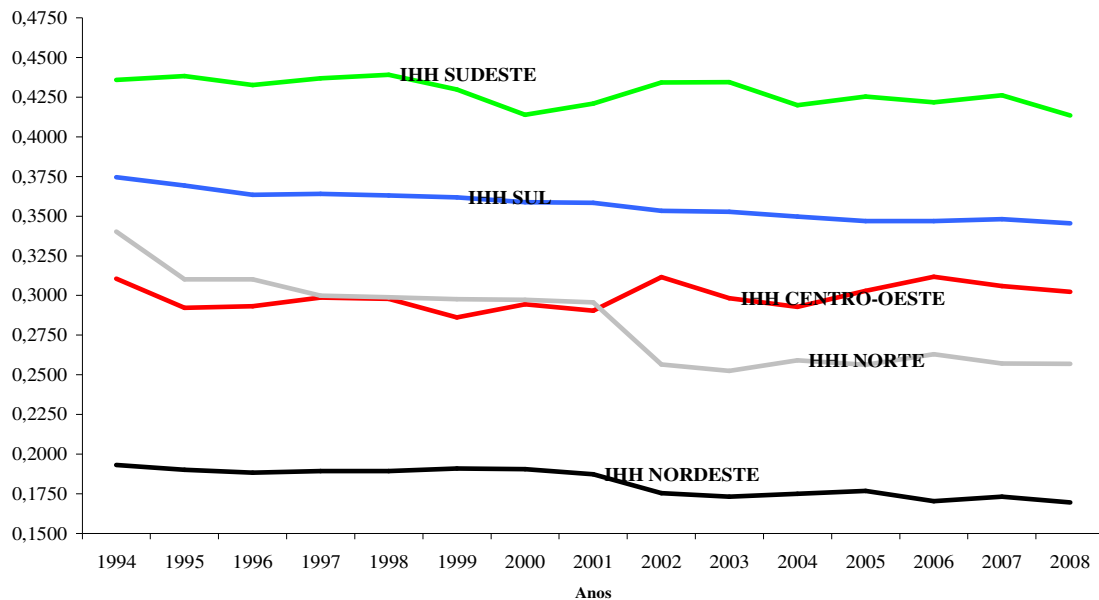


Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do Ipeadata.

Como pode ser observado, para o período de análise, conforme o PIB aumenta, há tendência de redução da sua concentração, que pode ser mais bem visualizada no período de 1995 a 2004. Partindo dessa ótica, tal comportamento mostra que a expansão econômica não contribuiu para amenizar as desigualdades regionais.

A Figura 5 mede a concentração intrarregional. Como observado, verifica-se que as regiões Norte, Nordeste e Sul apresentaram claro declínio na concentração intrarregional, ao contrário das regiões Centro-Oeste e Sudeste.

Figura 5 - Tendências das Concentrações (IHH) por Regiões do País de 1994 a 2008

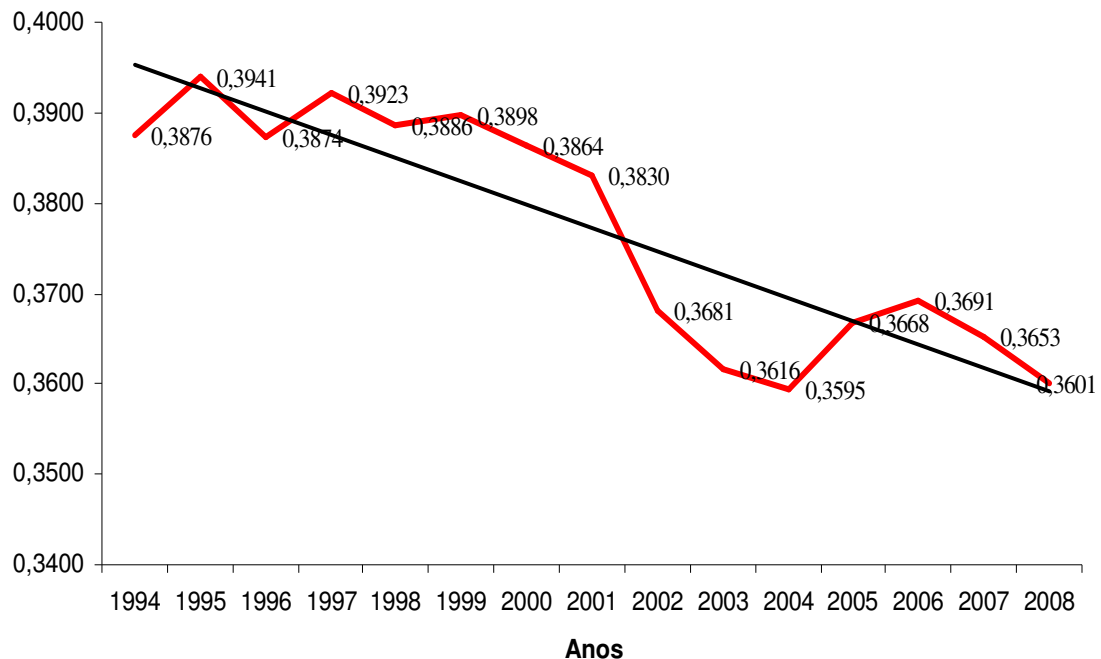


Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do Ipeadata.

As regiões que apresentaram graus de concentração semelhantes foram a Centro-Oeste e Norte, até 2001. A região Norte teve queda significativa em decorrência do aumento na participação relativa de Tocantins e Rondônia associado a uma queda na participação do estado do Pará. Já a região Nordeste é a que apresentou menor grau de concentração.

Para analisar o processo de concentração/desconcentração do emprego nas grandes regiões, utilizou-se a taxa média de desemprego. Conforme mostra a Figura 6, no período de 1992-1994, as regiões que apresentaram maiores taxas de desemprego foram às regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste. Já no período 1995-1999, ocorreu um aumento de desemprego em todas as regiões, com destaque para as regiões Norte e Sudeste, que registraram taxas médias de 10,2 e 10,1% a.a. Na comparação entre os dois períodos, verifica-se que em 2000-2004 nas regiões Norte e Sudeste a taxa de desemprego aumentou, enquanto na região Sul, ela diminuiu, e no período de 2005-2009 a taxa de desemprego se reduziu em todas as regiões.

Figura 6 - Taxas médias de desemprego nas grandes regiões



Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do Ipeadata.

De modo geral, ao analisar o período de 1992 a 2009, observa-se tendência de elevação na taxa de desemprego nas regiões Sudeste, Norte e Nordeste. Nas regiões Sul e Centro-Oeste, essa taxa teve maior oscilação, sendo que na região sul apresentou níveis inferiores em todos os períodos analisados. O que pode explicar essa dinâmica, sobretudo para as três primeiras regiões citadas, é o fraco desempenho nas taxas de crescimento do PIB, Tabela 1, e/ou a redução acentuada nessas regiões da participação do setor industrial na atividade econômica. Como esse setor é, em geral, também intensivo em trabalho, sua redução implica diminuição dos empregos formais.

2.4 Formação do Mercado de Trabalho no Estado de Mato Grosso do Sul (MS)

2.4.1 Contextualização Histórica e Política da Formação do MS

O estado de Mato Grosso do Sul era constituído até 1977 de forma conjunta com o estado de Mato Grosso. Dada sua localização, o sul do até então estado do Mato Grosso possuía vantagens sobre o Norte devido a suas fronteiras com outros países e com a região

sudeste, o que influenciava estrategicamente no escoamento da produção¹⁵. A separação dessa área sul originou o Estado de Mato Grosso do Sul, que se consolidou como fronteira agrícola a partir da produção de matérias-primas e alimentos para exportação¹⁶.

O desenvolvimento econômico da região sul de Mato Grosso era o principal motivo para a pressão dos sulistas, para o desmembramento do Mato Grosso. Além do desenvolvimento econômico, ocorria o crescimento do conjunto de cidades existentes na região, como Campo Grande, Dourados, Corumbá, Três Lagoas, Ponta Porã e Aquidauana, principalmente devido ao vínculo com a economia paulista, cujos intercâmbios permitiam o desenvolvimento comercial e da agropecuária da região (PAVÃO, 2005, p.165).

Dessa forma, a evolução urbana demográfica do estado de Mato Grosso do Sul ocorreu acompanhando a conformação da economia do Sul de Mato Grosso, baseada na produção pecuária. Com a perspectiva de crescimento que tinha o estado de Mato Grosso, o Centro-Oeste foi incluso dentro de programas federais que possibilitariam a expansão da fronteira agrícola e a modernização da agricultura.

Como mencionado, o atual estado de Mato Grosso do Sul conta com uma localização privilegiada, integrando-se, assim, aos corredores de exportação de São Paulo e Paraná. Em função das condições climáticas e do potencial hídrico, a atividade de maior destaque é a agropecuária. Essa atividade é a principal base econômica do estado, beneficiada pelas imensas áreas de chapadas, planaltos e vales. Ressalta-se, ainda, que em áreas de maior fertilidade do solo prevalece a agricultura, enquanto em áreas de menor fertilidade se destaca a pecuária.

Do ponto de vista das políticas de desenvolvimento implementadas pelo governo federal, destaca-se que, de uma maneira geral, nas décadas de 1970 e 1980 foram intensificados os investimentos a fim de desenvolver as regiões menos desenvolvidas e, com isso, muitas dessas políticas passaram a incorporar o MS. Juntamente com o I e II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), criou-se a Superintendência de Desenvolvimento de Centro Oeste (Sudeco)¹⁷. Essa superintendência foi criada para promover o desenvolvimento da região ou, mais especificamente, para promover a expansão da fronteira agrícola. Essa região também obteve uma série de incentivos que proporcionaram, entre outras, a melhoria na

¹⁵ A parte Sul de Mato Grosso era estrategicamente mais bem posicionada pelas suas divisas com os estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Goiás e com a Bolívia e Paraguai. Além disso, o Sul do estado de Mato Grosso se desenvolvia numa velocidade maior que o Norte devido a sua vegetação serrana propícia para a agricultura e a pecuária.

¹⁶ Os Planos de Fronteira Agrícola tinham o objetivo de expandir e modernizar a produção no estado do MS e em outros estados com grandes áreas para produção

¹⁷ Criada em 1º de dezembro de 1967.

infraestrutura através de programas específicos como Prodegran (Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados), Polocentro (Programa de Desenvolvimento das áreas do Cerrado) e Prodepan (Programa de Desenvolvimento do Pantanal), que foram os programas que mais colaboraram para o crescimento e desenvolvimento da agricultura e pecuária no Mato Grosso do Sul e Centro-Oeste.

Mais especificamente, segundo Abreu (2001) e Pavão (2005), os programas podem ser assim identificados;

a) Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados (Prodegran) - lançado em Abril de 1976 com o objetivo de modernizar a agricultura e a pecuária na região de Dourados (abrangia vinte e dois municípios)¹⁸. Na justificativa da Sudeco, essa era uma área com elevada produtividade que se encontrava sob influência direta do estado de São Paulo. Vislumbrava-se, pois, a ampliação da agropecuária, objetivando a exportação em consonância com os objetivos do II PND.

b) Programa de Desenvolvimento do Pantanal (Prodepan) - desenvolvido pela Sudeco no período de 1974 a 1978 com o objetivo de expandir estradas, pontes, armazéns e frigoríficos, entre outros.

c) Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Polocentro) - criado em 1975, abrangia inicialmente quatro áreas selecionadas: Campo Grande/Três Lagoas; Bodoquena; e Xavantina e Parecis. No último trimestre de 1979, foi criada também a área de Cuiabá-Rondonópolis. O objetivo era desenvolver áreas desocupadas através da modernização agropecuária e das atividades florestais. Não obstante, na agricultura, incentivava-se o cultivo da soja.

d) Programa Nacional do Álcool (Proálcool) - criado em 1975, foi o último programa na década de 1970 e tinha como objetivo principal a substituição do petróleo importado. O governo subsidiou a instalação das destilarias para a produção do álcool etílico nas regiões Norte e Leste de Mato Grosso do Sul.

¹⁸ Sendo eles: Amambaí, Anaurilândia, Antonio João, Bataguassu, Bataiporã, Bela Vista, Caarapó, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Guia Lopes da Laguna, Iguatemi, Itaporã, Ivinhema, Jardim, Jateí, Maracaju, Navirai, Nova Andradina, Ponta Porã, Rio Brillhante e Sidrolândia.

Em síntese, o processo de modernização da agricultura teve início durante os governos militares (1964-1985). Contudo, se por um lado se admite que esses programas tenham aportado desenvolvimento e expansão para a produção agropecuária no MS, por outro, é possível identificar que tais programas não foram capazes de fornecer crédito aos pequenos proprietários, determinando um caráter seletivo dessas políticas que beneficiaram, em especial, os grandes proprietários de terras. Evidentemente, essas políticas têm forte influência até hoje, sobretudo, no que se refere à distribuição de renda e à concentração da propriedade (latifúndios).

Segundo Reis Neto (2000), nesse período é possível constatar ainda que a região do atual estado do MS experimenta importantes transformações com o aumento da área plantada de soja, trigo, pastagens e no melhoramento e aumento do rebanho de corte. Ainda segundo o autor, o estado teve no desenvolvimento da agropecuária, em conjunto com a nova indústria sucroalcooleira, oportunidade para o crescimento e o desenvolvimento da agroindústria.

Dessa forma, é possível observar que nesse período o MS apresentou um crescimento substancial influenciado pelas políticas de modernização agrícola e pelos investimentos em infraestrutura realizados pelos governos estaduais e federais, ocasionando a expansão do setor primário. Em outros termos, as principais políticas de desenvolvimento são responsáveis em grande parte pela inserção econômica do estado no âmbito nacional. Enquanto a economia brasileira, em meados dos anos 1980, passava por um ajuste recessivo e pela desaceleração de investimentos, o estado iniciava a fase de modernização da agropecuária comercial.

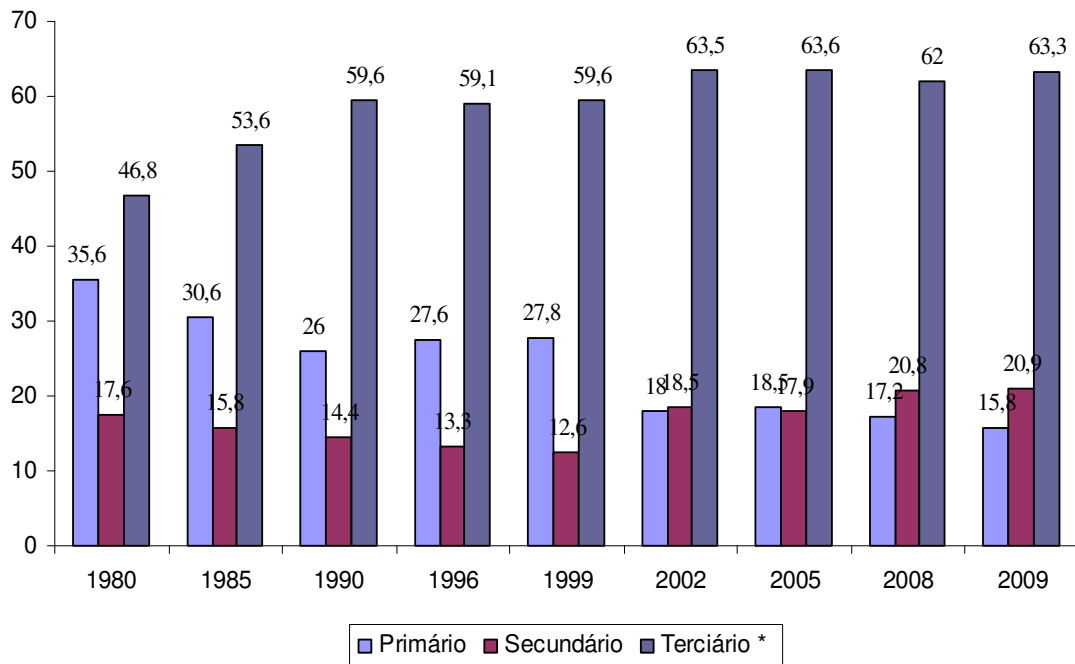
Em outras palavras, enquanto em âmbito nacional a infraestrutura existente nas áreas da produção “envelhecia”, o MS iniciava um processo de concretização das oportunidades em termos da competitividade regional. Notadamente, em termos atuais, o estado busca, através da modernização e de incentivos fiscais, a excelência em setores estratégicos de maior valor agregado, sobretudo dentro das cadeias produtivas de maior potencial como carnes, grãos, minérios, siderurgia e florestas, turismo e no setor sucroalcooleiro.

2.4.2 Aspectos Econômicos: População Economicamente Ativa e os Principais Setores de Atividades

Analisando a Figura 7, é possível identificar a distribuição da população economicamente ativa (PEA) ocupada por setores de atividade do MS de 1980 a 2009. Observa-se que em 1980, 35,6% da PEA estavam ocupadas no setor primário, sendo que, em 2009, esse percentual era menos do que a metade (15,8 %). Ademais, é possível observar que

a taxa de ocupação aumentou no setor terciário no período de 1980/2009, passando de 46,8% em 1980 para 63,3% no ano de 2009.

Figura 7 - Distribuição da PEA por setores de atividades, 1980-2009.



Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da PNAD/IBGE

A Figura 7 também mostra que, em alguns subperíodos, houve alguns movimentos em direção oposta às tendências mais gerais do período. Por exemplo, no intervalo de 1996/1999, a participação da PEA no setor primário cresceu, o que pode ser explicado pela escala comercial das atividades de suinocultura e avicultura. No período 1990/2002, essa taxa de participação da PEA aumentou no setor secundário e terciário, enquanto diminuiu no setor primário. Essa queda pode ser atribuída às políticas macroeconômicas desfavoráveis à agropecuária adotadas no período e ao elevado grau de mecanização da atividade agrícola.

No período de 2005/2009, também se observa a redução significativa na absorção de mão de obra pelo setor primário, em grande parte, em decorrência do aprofundamento do grau de mecanização em algumas culturas, como, por exemplo, a da cana-de-açúcar. Nesse mesmo período, a PEA alocada no setor secundário aumentou sua participação, passando de uma taxa de 18,5% para 20,9%, enquanto no setor terciário essa participação se manteve relativamente estável, reduzindo-se de 63,6% para 63,3%. A participação da PEA neste setor registra certa estabilidade desde 2002.

No que se refere especificamente aos setores econômicos, cumpre observar que no MS o setor primário apresenta como destaque a cultura da soja, seguida pelas culturas de milho, arroz, trigo, mandioca, algodão, feijão, sorgo e cana-de-açúcar, presentes nas principais regiões agrícolas do estado. Por outro lado, a pecuária é constituída em sua maior parte pela criação de bovinos, aves e suínos.

O setor secundário, por sua vez, é o principal responsável pelo fornecimento de matéria-prima para a agroindústria. Mais especificamente, o setor industrial está direcionado para o beneficiamento de produtos advindos principalmente do setor agropecuário como grãos, algodão, carnes, leite, couro, cana, mandioca e minérios. Na agroindústria de transformação, destacam-se as cadeias de frigoríficos. Não obstante, a expectativa é de que a industrialização do estado possa ser diversificada em breve pela maior exploração das reservas minerais encontradas em Porto Murtinho, Bodoquena e Corumbá¹⁹.

Atualmente, o parque industrial do estado é constituído basicamente por quatro polos em fase de expansão, que podem ser assim distribuídos, conforme dados da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia – Semac (2011).

- i) **Pólo de Campo Grande** - com segmentos industriais de frigoríficos, farinhas, farelos e óleos, curtumes, indústrias de madeira, mobiliária, vestuário etc., liderado pelos municípios de Campo Grande, Terenos e Sidrolândia.
- ii) **Polo de Dourados** - com indústrias de farelo e óleos vegetais, frigoríficos (carne bovina, aves e suínos), indústria do álcool e do açúcar, erva-mate, têxtil, curtumes, beneficiamento de arroz, destacando os municípios de Dourados, Fátima do Sul, Itaporã e Rio Brilhante;
- iii) **Polo de Três Lagoas** - com indústria frigorífica, láctea, biscoitos, cerâmica, embalagens, álcool e açúcar, curtime, papel e celulose, indústrias de bebidas e de madeira etc., com maior expressão nos municípios de Três Lagoas, Paranaíba e Aparecida do Taboado; e
- iv) **Polo Industrial de Corumbá** - com indústria extrativo- mineral, indústria de cimento, siderurgia, calcário, láctea, frigorífica e estaleiros, nos municípios de Corumbá e Ladário.

¹⁹ Conforme indica Seplanct (2004), nos próximos anos, haverá um potencial produtivo nas áreas do turismo ecológico e da pesca desportiva, com aproveitamento da pecuária extensiva e dos rios no Pantanal, bem como o desenvolvimento de pólos industriais de alimentos e bens de capital e de consumo, em posições estratégicas do Estado, nas regiões em torno das cidades de Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Paranaíba.

Existe grande possibilidade de desenvolvimento da indústria de extração no estado já que ele conta com uma série de potencialidades minerais como as enormes jazidas de ferro, calcário calcítico e dolomítico, manganês e mármore, entre outros. Ainda em fase inicial de exploração, este segmento industrial está localizado principalmente nos municípios de Corumbá e Ladário, onde se destacam a extração e beneficiamento de ferro, manganês e calcário, em Bodoquena, com a indústria de cimento, e em Ribas do Rio Pardo, com uma indústria de produção de ferro-gusa.

Conforme Oliveira (2003), a agroindústria se instalou no Mato Grosso do Sul a partir da metade da década de 1980, resultante, em grande parte, do movimento de interiorização da indústria nacional e, também, em decorrência dos incentivos fiscais e da criação de linhas de financiamentos, principalmente para a instalação de unidades de beneficiamento de soja. Esse movimento mudou o perfil de estado agrário-exportador.

Recentemente, ocorreu a consolidação da expansão sucroalcooleira. Nesse contexto, criou-se uma estratégia para promover a atração das usinas sucroalcooleira, por meio principalmente de incentivos fiscais, como a isenção ou descontos nas alíquotas de impostos, entre outros benefícios. Além disso, deve-se destacar que o MS apresenta condições favoráveis à produção de cana-de-açúcar com disponibilidade de terras a preços competitivos, solos apropriados, localização estratégica e proximidade a grandes centros consumidores.

Em síntese, o setor sucroalcooleiro está cada vez mais presente na economia do MS, em especial no que se refere à produção do etanol e do açúcar, que atualmente conta com 22 unidades industriais em operação. Essas unidades se localizam em 18 municípios, sendo a maioria situada na região centro-sul do estado, com exceção das unidades que estão localizadas nos municípios de Sonora, Aparecida do Taboado e Chapadão do Sul nas regiões norte/nordeste (Anexo 1).

Por fim, observa-se que o setor de serviços tem apresentado taxas de crescimento positivas, em especial no que se refere aos subsetores de prestação de serviços de assistência para a agricultura, pecuária, agroindústria e, principalmente, de turismo. Ademais, destaca-se que grande parte da mão de obra ocupada neste setor está associada às atividades de comércio. Os investimentos em áreas essenciais oferecidas, em grande parte, pelo poder público, como a educação, saúde e transporte, também têm aumentado, contribuindo para o aumento da participação na PEA desse setor. Por fim, vale ressaltar o desenvolvimento de outras atividades como a comunicação e serviços especializados e auxiliares.

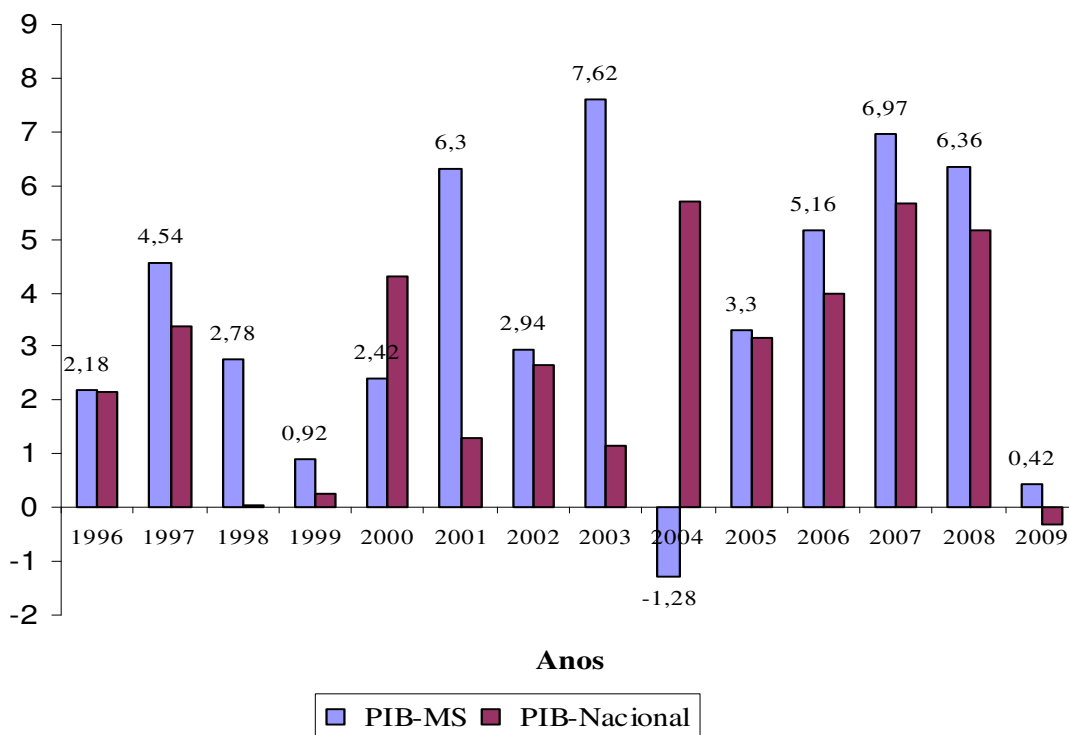
2.4.3 - Dinâmica do Emprego e do Produto Interno Bruto por Setores de Atividades no MS

2.4.3.1 Dinâmica do Produto Interno Bruto

Quanto à participação dos setores de atividades econômicas²⁰, ao compararmos a taxa de crescimento do PIB real do MS em relação ao PIB nacional, é possível observar que o primeiro cresceu a uma taxa superior ao segundo no período de 1996 a 2009, com exceção do ano de 2004 (Figura 8).

No ano de 1997, o PIB-MS registrou crescimento expressivo de 4,54% e o PIB-Nacional cresceu 3,37%. Contudo, no ano de 1999, o PIB/MS apresentou uma taxa de crescimento de apenas 0,92%, acompanhando o baixo desempenho da economia nacional, dado que nesse período houve significativa alteração na política econômica, principalmente com a mudança de regime cambial, que contribuiu para aumentar o grau de incerteza em relação às decisões de investimentos.

Figura 8 - Taxa de crescimento real do PIB do MS e do Brasil no período de 1996 a 2009.



Fonte: Elaboração com base nos dados da Semac-MS e Ipeadata

²⁰ A subdivisão dos setores é dado no Anexo 4.

No ano de 2003, a taxa de crescimento do PIB/MS foi de 7,62%, a maior taxa alcançada no período, sendo que a taxa de crescimento do Brasil foi de apenas 1,14%, o que mostra certo descolamento do desempenho econômico do estado em relação ao desempenho nacional. Segundo a Semac (2009), no período entre 2002 e 2003, o PIB do MS cresceu impulsionado principalmente pela produção agrícola. Já nos anos de 2004 e 2005, o desempenho oscilou registrando taxas de crescimento de -1,28% em 2004 e 3,30% em 2005. No período 2006 / 2008, a economia do estado voltou a acelerar o seu ritmo de crescimento, registrando um aumento na taxa real média do PIB de 5,79%. No entanto, no ano de 2009 sofreu uma queda brusca na taxa de crescimento de 0,42%.

A seguir, apresenta-se a taxa de crescimento real dos setores de atividades econômicas no PIB do MS e a participação desses setores na composição do PIB, nas Tabelas 4 e 5, respectivamente.

Tabela 4 - Taxa de Crescimento real dos setores de atividades econômicas no PIB/MS, 1996-2009.

Anos	Setores de Atividades		
	Primário	Secundário	Terciário
1995	-	-	-
1996	-0,39	4,51	1,92
1997	2,72	6,94	3,67
1998	1,39	2,37	3,15
1999	3,82	-0,29	0,88
2000	-8,6	8,81	3,63
2001	19,03	2,59	3,66
2002	-5,15	7,82	5,24
2003	24,84	6,68	2,16
2004	-20,97	5,13	3,73
2005	-1,92	5,12	4,14
2006	7,92	3,80	4,56
2007	9,93	6,64	5,93
2008	3,61	12,41	4,65
2009	-13,47	2,93	2,69

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do IBGE/Semac-MS

Como pode ser observado, o setor primário tem fortes oscilações ao longo do período, enquanto os demais setores apresentam taxas positivas de crescimento, exceção para o setor secundário no ano de 1999.

Tabela 5- Evolução da participação dos setores de atividades na composição do PIB/MS, 1995-2009.

Anos	Primário	Secundário	Terciário
1995	19,93	19,00	61,07
1996	18,68	17,95	63,37
1997	17,98	18,88	63,14
1998	17,72	19,33	62,95
1999	20,43	17,43	62,14
2000	19,52	18,81	61,67
2001	23,02	17,58	59,39
2002	22,31	16,71	60,99
2003	24,72	15,70	59,58
2004	20,93	19,21	59,86
2005	15,45	17,24	67,31
2006	14,53	18,46	67,01
2007	15,80	16,68	67,52
2008	16,60	17,64	65,76
2009	15,53	18,48	65,99

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do IBGE/Semac-MS

Analisando em conjunto as Tabelas 4 e 5, é possível observar que no ano de 2002 a participação do setor primário na composição do PIB/MS foi de 22,31%, enquanto a sua taxa real de crescimento foi negativa (-5,15%). Dentro desse setor, a pecuária tem participação de 12,6%. Em relação ao setor secundário, a taxa de crescimento real foi de 7,82% e a participação do setor na composição do PIB estadual foi de 16,71%. Nesse setor, as atividades que tiveram melhor desempenho (maior participação) foram a Indústria de Transformação (7,79%) seguida da Construção Civil (6,57%).

No setor terciário, a taxa de crescimento foi de 5,24%, enquanto a sua participação na composição do PIB foi de 60,99%. As atividades que mais se destacam nessa participação são Administração Pública (16,69%), Comércio (12,08%) e a atividade de Aluguel e Administração Imobiliária (10,01%).

No ano de 2003, o PIB do estado foi fortemente influenciado pelo setor primário, que teve uma taxa de crescimento de 24,72%, impulsionado principalmente pelo crescimento da produção de grãos. Em termos da composição, o setor primário respondeu por 24,72%: a produção vegetal respondeu por 13,61% e a produção da pecuária, por 11,11%.

O setor secundário registrou uma taxa de crescimento de 6,68%. Na composição do PIB/MS, este setor foi responsável por 15,70%, sendo que a indústria de transformação participou com 8,79%. O setor terciário representou 59,58% na composição do PIB e as maiores participações neste setor estão associados às atividades de Administração Pública (15,71%) e do Comércio (14,53%)

No ano de 2004, o desempenho da economia do MS entra em um período de retração, o que se traduziu em uma taxa negativa de crescimento do PIB (-1,28%). Esse desempenho foi consequência da forte redução na produção das principais culturas no estado (Anexo2). A redução na produção agrícola foi provocada por insuficiência de chuvas no período de formação das culturas, principalmente nas regiões produtoras do sul do estado. Em consequência, o setor primário registrou uma taxa negativa de crescimento (-20,97%).

Quanto à composição, o setor primário registrou uma perda de participação em relação ao ano anterior, correspondendo a 20,93% do conjunto do valor agregado da economia estadual. No entanto, a retração no setor primário parece não ter afetado drasticamente os demais setores, já que eles apresentaram taxas de crescimento positivas no período: 5,13 e 3,73%, respectivamente. O setor secundário amplia sua participação contribuindo com 19,21%, registrando um aumento na participação de 5,13%. As atividades que mais contribuíram (maior participação) foram a Indústria de Transformação e a Indústria da Construção Civil: 9,9 e 5,9%, respectivamente. Já o setor terciário registrou uma taxa de crescimento real de 3,75%, representando 59,86% da formação do PIB estadual, com as maiores contribuições provenientes das atividades de Administração Pública (16,92%), Comércio (13,58%) e dos Serviços de Aluguel e Administração Imobiliária (8,9%).

O PIB em 2005 apresentou uma taxa de crescimento de 3,30%. Quanto aos setores, o setor primário apresentou uma taxa negativa de crescimento (-1,92%), influenciado ainda pelas dificuldades observadas na safra de grãos com a perda no volume colhido e com a redução nos preços, somadas aos impactos do aparecimento do foco da febre aftosa em municípios do sul do estado, que ocasionaram queda no valor da produção, e às dificuldades na comercialização de produtos da Pecuária.

A taxa de crescimento do setor secundário foi de 5,12%, em grande parte puxada pelo bom desempenho da Indústria de Transformação e da Construção Civil, que registraram participação na composição do produto de 8,52 e 5,21%, respectivamente. O setor terciário cresceu 4,14% e representou 67,31% no conjunto da economia estadual, representando um crescimento expressivo em termos de participação em relação ao ano anterior.

No ano de 2006, a economia do estado de Mato Grosso do Sul apresentou sinais de recuperações em relação às dificuldades enfrentadas nos anos anteriores. A recuperação na produção das principais culturas, como a soja e o milho, ajudou a melhorar o comportamento da economia, e o PIB obteve um crescimento de 5,16%. O setor primário registrou o melhor desempenho, com um aumento real de 7,92%. Esse crescimento foi resultado principalmente do desempenho da produção agrícola que cresceu 44,0%. A atividade foi impulsionada

principalmente pelo aumento do volume de produção das seguintes culturas: milho, 81,3%; soja, 12,0%; e cana-de-açúcar, 26,26%. Ocorreu uma redução na participação da Pecuária, notadamente na queda do rebanho verificada no período, quando o efetivo bovino caiu de 24.504.098 de cabeças em 2005 para 23.726.290 em 2006 (Anexo 3). A taxa de crescimento do setor secundário foi de 3,80%, enquanto a do terciário foi de 4,56%.

Após ter superado os anos de dificuldades atravessados principalmente entre 2004 e 2005, com a redução da produção agrícola e com os impactos negativos dos efeitos dos focos de febre aftosa, que provocaram perdas expressivas no setor com a eliminação de animais para atendimento das exigências sanitárias e com a impossibilidade de exportar carne e outros derivados da pecuária, o ano de 2007 foi marcado pela aceleração da retomada de crescimento da economia do estado (SEMAC, 2011).

Em 1997, a taxa de crescimento do PIB no estado foi de 6,97%, em grande parte reflexo dos grandes investimentos privados nos setores de papel e celulose, siderúrgico e sucroalcooleiro, cuja expansão resultou também no aumento da produção de florestamento de eucalipto e na produção preliminar de minérios de ferro, manganês e calcário. Neste ano, o setor primário apresentou o melhor desempenho, recuperando perdas ocorridas nos anos anteriores, com uma taxa de crescimento de 9,93%. A evolução deste setor em 2007 está atrelada ao aumento das principais culturas de grãos, incluindo o algodão e a cultura da cana-de-açúcar (Anexo 2).

O setor secundário registrou uma taxa de crescimento de 6,64% contra 3,80% ocorrido no ano anterior. Vale ressaltar que os melhores resultados vêm da Construção Civil, com 7,4%, e da Indústria de Transformação, com 8,17% em 2007 (Anexo 4).

O setor terciário experimentou um crescimento de 5,93% em 2007. As maiores taxas vieram da Administração Pública e do Comércio com 19,98% e 15,4%, respectivamente.

No ano de 2008, o PIB cresceu a uma taxa de 6,36%, mantendo uma relativa estabilidade em relação aos dois anos anteriores. A composição do PIB/MS estava distribuída dessa forma: setor primário representando 16,60%, setor secundário contribuindo com 17,64% e o setor terciário com 65,76%. O bom desempenho observado na economia sul-matogrossense em 2008 foi influenciado pelo crescimento do setor secundário, que registrou uma taxa de 12,41%, confirmando o avanço que vem sendo observado por este segmento nas diversas regiões do estado. O setor terciário registrou uma taxa de 4,65%.

O desempenho da economia no estado do Mato Grosso do Sul no ano de 2009 foi afetado pelos efeitos da crise financeira internacional que atingiu os grandes mercados consumidores (nacionais e internacionais), tendo forte reflexo nos setores produtivos, mesmo

nas atividades agrícolas e, principalmente, na Indústria de Transformação. A expectativa de redução na demanda por produtos primários gerou retração na produção de grãos, principalmente na soja, passando de 4.570.771 toneladas para 4.046.223 toneladas, e no milho, com redução 3.675.526 toneladas para 2.181.429 toneladas em relação ao ano de 2008 (Anexo 2). No setor industrial, os impactos atingiram principalmente as áreas ligadas à mineração, produção e exportação de ferro gusa e à indústria de alimentos, produção de carnes e derivados da soja destinados às exportações (Anexo 5).

No ano de 2009, a taxa de crescimento do estado (0,42%) foi levemente superior ao comportamento do PIB nacional (-0,33%). Os setores de atividades que contribuíram para o baixo desempenho do PIB estadual foram o primário e o terciário, que sofreram reduções nas suas taxas de crescimento de -13,47 e -2,69%, respectivamente. Na participação dos setores na composição do PIB/MS, o setor terciário apresentou a maior participação, representando 65,99% no conjunto da produção, o setor secundário, 18,48%, e o primário, 15,53%.

2.4.3.2 Dinâmica do Emprego

No que se refere ao comportamento do mercado de trabalho no MS, conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED, 2003), é possível observar que no período 1990-1994, em consequência do processo recessivo, perderam-se 7.440 empregos formais, em especial, nos setores do comércio, construção civil, serviços e indústria de transformação.

Mais especificamente, o saldo por setor de atividade para o período de 1990-2009 é apresentado na Tabela 6. No início do período, todos os setores apresentaram saldos negativos, exceto a atividade Extrativa- Mineral, que registrou saldo positivo de 245. Já a Indústria de Transformação inicia o período de análise com saldo negativo de (-1.558) e esse decréscimo continua até 1992, quando ela alcança seu pior resultado em termos de emprego com redução de 2.442 postos de trabalhos. No ano seguinte, esse setor tem uma recuperação que se traduz em um saldo positivo de 1.744, mas em 1994 esse saldo volta a diminuir em um montante igual a -430. A agropecuária no ano de 1994 registrou o maior saldo negativo (-566), enquanto o Comércio e os Serviços apresentaram saldos positivos de 2.670 e 1.667, respectivamente.

Entre 1995-1998, as demissões continuaram aceleradas, tendo sido desligados, nos primeiros dois anos, 16.858 trabalhadores a mais que as contratações do mesmo período, refletindo as dificuldades enfrentadas por alguns setores que tiveram de adotar políticas de ajustes diante de uma conjuntura globalizada e de estabilização da economia. Essa mesma

tendência é observada nos dois anos seguintes, já que os setores apresentaram saldos negativos, exceto o setor Extrativo-Mineral e o setor de Serviços.

A reversão da tendência, ou seja, um maior número de admitidos do que demitidos consolida-se nos anos de 2003 e 2004, quando todos os setores apresentam recuperação. No ano de 2005, o resultado positivo se repete, exceção feita à agropecuária, que apresentou saldo de -1.269. O ano de 2005 foi desfavorável para este setor em função das dificuldades nas atividades agrícolas decorrentes das perdas de safra e da redução dos preços dos produtos. Segundo dados da Semac (2009), em 2005 a produção agrícola sofreu com uma série de reflexos negativos, como, por exemplo, a queda de produtividade, a redução no volume produzido e a queda nos preços, principalmente na soja e na pecuária, que, somados aos problemas sanitários, afetaram o preço e o volume comercializado, ocasionando taxas de crescimento negativas para o setor.

Tabela 6 - Saldo do emprego no mercado de trabalho formal no estado de Mato Grosso do Sul, 1990-2009.

Anos	Extrativa-Mineral	Indústria de Transformação	Comércio	Serviços	Agropecuária
1990	245	-1.558	-433	-1.716	-254
1991	45	-511	-2.767	-2.070	59
1992	148	-2.442	-1.887	-893	-558
1993	-4	1.744	741	2.337	909
1994	-290	-430	2.670	1.667	-566
1995	-176	-1.004	-2.439	-3.189	-127
1996	-88	535	-804	-21.415	-2.105
1997	29	318	976	1.696	-410
1998	18	-231	-810	-2.020	-680
1999	-433	-214	-304	1.033	-2.166
2000	-26	1.795	2.383	2.021	267
2001	418	3.345	2.145	1.966	46
2002	-31	4.162	3.722	1.202	1.146
2003	263	613	4.342	3.885	2.253
2004	73	4.440	5.462	5.518	2.654
2005	150	692	2.516	1.734	-1.269
2006	85	3.626	1.591	2.664	1.597
2007	196	2.216	3.409	3.621	536
2008	106	661	4.540	5.637	-1.448
2009	-206	5.337	2.948	4.852	1.925
2010	152	7.596	7.436	10.177	340

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados do Caged.

Entre os anos de 2005 e 2009, a economia do MS passa por vários momentos de instabilidade. O setor primário, por exemplo, passa por dificuldades provocadas por escassez de chuva que já se prolongava desde 2004, o que resulta em uma redução expressiva da produção de grãos. Ademais, no ano de 2005, a pecuária foi surpreendida pelo aparecimento de um foco de febre aftosa na região de fronteira com o Paraguai, com impactos diretos sobre os municípios de Eldorado, Mundo Novo, Iguatemi e Japorã, que se estenderam para todos os demais municípios do MS, já que o estado ficou impedido de exportar carne para mais de 50 países. Por outro lado, o setor Industrial passa por um período de retomada da sua expansão, principalmente nos segmentos sucroalcooleiro, papel e celulose e siderurgia, provocando o avanço de atividades agrícolas fortemente mecanizadas como o cultivo da cana-de-açúcar e a silvicultura, com destaque para o eucalipto (SEMAC, 2011).

No ano de 2009, os setores da Indústria de Transformação, Serviços, Comércio e Agropecuária registraram desempenho favorável, com destaque para a indústria de transformação, que apresentou o maior saldo de empregos (5.337). Em 2010, todos os setores apresentaram saldos positivos, com destaque para o setor de Serviços, que registrou maior saldo para o período analisado, 10.177, seguido da Indústria de Transformação e do Comércio, com saldos de 7.596 e 7.436, respectivamente. O desempenho recente da economia sul-mato-grossense mostra que o potencial dessa região tem se fortalecido nos últimos anos, ampliando oportunidades de emprego e renda.

2.5 Considerações Finais

Argumentou-se ao longo deste capítulo que as mudanças na economia brasileira a partir da década de 1990, associadas principalmente ao processo de abertura comercial, produtiva e financeira e à política de “estado mínimo”, não foram capazes de garantir o dinamismo da economia nas últimas duas décadas. As elevadas disparidades regionais observadas até os 1990 se mantiveram, evidenciando a necessidade de serem definidas novas políticas para o desenvolvimento das regiões mais atrasadas.

Utilizando os indicadores PIB e emprego para mostrar a concentração/desconcentração nas grandes regiões geográficas (Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sudeste e Sul), verificou-se que no período de 1992 a 2009 houve um aumento na taxa de desemprego nas regiões Sudeste, Norte e Nordeste, que pode ser atribuído à queda do produto industrial intensivo em trabalho. Esses resultados sugerem a presença de uma pequena força no sentido da desconcentração regional, ainda que ela tenha provocado

mudanças pouco significativas ao longo das últimas duas décadas. Ademais, as razões que nos ajudam a entender essa situação do desemprego sobretudo na região Centro Oeste estão muito mais associadas aos incentivos fiscais e creditícios oferecido pelos governos locais, que buscam atrair empresas, do que a um movimento propriamente dito de desconcentração da produção e do emprego regional.

Posteriormente, realizamos uma contextualização histórica da formação do MS, na qual se evidenciou que as políticas direcionadas ao desenvolvimento da fronteira agrícola e outros programas de incentivo para a região Centro-Oeste beneficiaram o desenvolvimento do estado. Cabe destacar a evolução e a modernização agrícola que culminaram em ganhos de produção e de produtividade, bem como a implantação das agroindústrias e, mais recentemente, a expansão do setor sucroalcooleiro. Em outros termos, o estado ao longo do período analisado ampliou sua participação no emprego e no PIB, exceto nos anos de 2004 a 2005, caracterizados pela redução dos preços dos produtos agrícolas e pelos efeitos negativos em decorrência da febre aftosa.

Analisando a dinâmica dos setores de atividades na composição do PIB/MS nos anos de 1996 a 2009, observou-se que o setor primário registrou para o período um taxa média de crescimento de 1,63%, enquanto o setor secundário e o terciário cresceram, respectivamente, 5,39 e 3,57%. Sendo assim, dado que o setor primário tem crescido menos relativamente aos outros setores, ele vem perdendo participação relativa na composição do PIB, em especial, a partir de 2004.

Em termos do comportamento do PIB/MS, pode-se observar a presença de pequenos ciclos de crescimentos acompanhados de períodos de estagnação. Mais especificamente, foram identificados quatro períodos distintos: uma fase de crescimento entre 2002 e 2003, contrastando com um baixo desempenho dos anos de 2004 e 2005; e uma nova fase de prosperidade entre 2006-2008, em que a economia volta a acelerar o seu ritmo de crescimento, seguida novamente por um período de desaceleração ao longo do ano seguinte, com queda expressiva no setor primário. Vale lembrar que este último período foi influenciado principalmente pelos reflexos da crise internacional.

3 METODOLOGIA

3.1 Introdução

O objetivo deste capítulo é apresentar a metodologia a ser empregada na análise empírica. Mais especificamente, apresentar o cálculo das medidas de desenvolvimento regional e do modelo estrutural-diferencial.

O exercício empírico é constituído por duas etapas. Primeiramente, serão elaborados indicadores que permitam a identificação dos padrões de concentração e/ou dispersão espacial das atividades setoriais nas microrregiões do estado de Mato Grosso do Sul. Serão utilizadas medidas de localização e especialização como métodos de análise regional. Enquanto as medidas de localização são utilizadas com o objetivo de identificar padrões de concentração e/ou dispersão espaciais do emprego setorial, as medidas de especialização se concentram na análise da estrutura produtivas das microrregiões, investigando o grau de especialização das economias regionais. No entanto, essas medidas apresentam limitações, tanto técnicas quanto conceituais. As limitações técnicas são referentes aos processos de derivação das medidas e classificação das informações, entre as quais, podem-se destacar os níveis de desagregação regional e setorial das variáveis. Já as limitações conceituais referem-se ao poder de alcance teórico das medidas utilizadas.

Segundo Haddad (1989), embora as medidas de localização e especialização possam indicar algumas regularidades estatísticas entre os fatos empíricos relacionados com as economias regionais, elas são intrinsecamente incapazes de gerar relações explicativas para os fenômenos observados, pois não foram concebidas para tal. Sendo assim, estas medidas são importantes para estabelecer padrões de localização e perceber as mudanças ocorridas nestes padrões. Entretanto, essas medidas não são apropriadas para a identificação dos fatores e das variáveis que levam a mudanças nesses padrões.

Na segunda etapa, as microrregiões serão analisadas também em função da dinâmica de crescimento regional, numa perspectiva comparativa, pelo método estrutural-diferencial (*shift-share*). Com o método estrutura-diferencial é possível decompor o crescimento do emprego das regiões em três componentes: nacional, estrutural e diferencial. Toda a análise empírica é elaborada com base na variável emprego nos setores de atividades.

Para Haddad (1989), a análise estrutural-diferencial é uma forma analítica de gerar informações relevantes para a organização de pesquisas adicionais de natureza teórica sobre

problemas regionais específicos. Assim, o método ajuda a identificar distintos desempenhos diferenciais regionais/setoriais. Em outras palavras, essa metodologia procura desagregar componentes do crescimento, em uma análise descritiva da estrutura produtiva. Nesse caso, considera-se como dinâmico aquele setor que cresce a taxas maiores que a média.

Por fim, ressaltamos que a análise é realizada com base na variável emprego formal e que os dados são coletados na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Ademais, os dados do emprego estão desagregados inicialmente nos três grandes setores - Agropecuário, Serviços e Indústria. Posteriormente, os dados foram desagregados em doze setores de atividade econômica: Indústria, Construção Civil, Comércio Varejista, Comércio Atacadista, Instituições Financeiras, Administração Técnica e Profissional, Transportes e Comunicações, Alojamento, Médico, Odontológico e Veterinário, Outros Serviços, Administração Pública e Agropecuária. Por fim, para um estudo mais detalhado, os dados foram desagregados em 26 setores: Indústria de Transformação, Extrativo- Mineral, Minerais-não-Metálicos, Metalúrgica, Mecânica, Eletrônico e de Comunicação, Material de Transporte, Madeira e Mobiliário, Papel e Gráfico, Borracha, Fumo e Couro, Química, Têxtil, Calçados, Alimentos e Bebidas, Serviços de Utilidade Pública, Construção Civil, Comércio Varejista, Comércio Atacadista, Instituições Financeiras, Administração Técnica e Profissional, Transportes e Comunicações, Alojamento, Médico, Odontológico e Veterinário, Ensino, Administração Pública e Agropecuária.

3.2 Medidas de Análise Regional

Um conjunto de medidas descritivas e de natureza eminentemente exploratória são comumente utilizadas em diagnósticos do processo de mudança estrutural dos setores produtivos, definindo os padrões regionais da distribuição espacial das atividades econômicas. Tais medidas podem ser divididas entre *medidas de localização*, de natureza setorial, que procuram verificar padrões de concentração ou de dispersão espacial, e *medidas de especialização*, que concentram a análise na estrutura produtiva de cada região com o objetivo de analisar o grau de especialização regional, assim como sua mudança entre determinados períodos de tempo.

Para o cálculo das medidas de localização e especialização, foi desenvolvida uma matriz que relaciona a distribuição setor-microrregião de uma variável-base. No presente estudo, utiliza-se o emprego formal (E) distribuído por setor-microrregião. As colunas mostram a distribuição do emprego formal entre as microrregiões, e as linhas mostram a

distribuição do emprego formal por setores de atividade do IBGE, de cada uma das microrregiões (Figura 9).

Figura 9 - Matriz de Informações

	←----- Microrregiões j -----→			
↑ Setores i ↓		↑ ⋮ ↑		
	←-----	E_{ij}	-----→	$\sum_j E_{ij}$
		⋮ ↓		
		$\sum_i E_{ij}$		$\sum_i \sum_j E_{ij}$

Fonte: Haddad (1989).

em que:

E_{ij} = o nível de emprego formal do setor j na microrregião i ;

$\sum_j E_{ij}$ = o somatório do emprego formal do setor i em todas as microrregiões j ;

$\sum_i E_{ij}$ = o somatório do emprego formal da microrregião j em todos os setores i ; e

$\sum_i \sum_j E_{ij}$ = o somatório do emprego em todos os setores i de todas as microrregiões j .

Entre as medidas de localização, Haddad (1989) utiliza o quociente locacional (QL) para comparar a participação percentual de uma região em um setor particular com a participação percentual da mesma região no total do emprego da economia de referência. Formalmente,

$$QL_{ij} = \frac{E_{ij} / \sum_i E_{ij}}{\sum_j E_{ij} / \sum_i \sum_j E_{ij}} \quad (1)$$

Quando $QL_{ij} > 1$, a microrregião j está mais especializada no setor i do que o conjunto de todas as outras em análise. Supõe-se que esse setor atenda à demanda local e ainda gere um excedente para exportação para outras regiões do país ou do exterior.

Quando $QL_{ij} < 1$, a microrregião j está menos especializada no setor i do que o conjunto de todas as regiões em análise.

Neste ponto, visando a tornar mais seletiva a pesquisa, será utilizada a classificação dada por Suzigan *et al.* (2007), que utiliza o *QL* para o número de estabelecimentos da mesma classe na microrregião, a dimensão do *QL* e a participação da microrregião no total do emprego da respectiva classe de indústria na região de referência.

Além disso, pode-se utilizar o coeficiente de localização (*CL*) para relacionar a distribuição percentual da variável de análise em um dado setor entre as regiões com a distribuição percentual da variável de análise no Estado. Os valores obtidos situam-se entre 0 e 1. Se o valor do *CL* for igual a 0, o setor *i* estará distribuído regionalmente da mesma forma que o conjunto de todos os setores. Se o seu valor se aproximar de 1, ele demonstrará que o setor *i* apresenta um padrão de concentração regional mais intenso do que o conjunto de todos os setores. Formalmente,

$$CL_i = \frac{\sum_j \left| \left(\frac{E_{ij}}{\sum_j E_{ij}} \right) - \left(\frac{\sum_i E_{ij}}{\sum_i \sum_j E_{ij}} \right) \right|}{2} \quad (2)$$

Pelos padrões de concentração das atividades econômicas, pode-se traçar um parâmetro da tendência à concentração espacial de determinadas atividades em relação às demais que compõem a estrutura produtiva da região.

Para uma verificação das mudanças ocorridas no período de 1990 a 2010, será utilizado o coeficiente de redistribuição, que relaciona a distribuição percentual de emprego de um mesmo setor em dois ou mais períodos de tempo, com o objetivo de examinar se há algum padrão de concentração ou dispersão espacial ao longo do tempo (HADDAD, 1989). O coeficiente de redistribuição (*CRed_i*) pode ser definido como segue:

$$CRed_i = \frac{\sum_j \left| \left(\frac{E_{ij}^{t1}}{\sum_j E_{ij}^{t1}} \right) - \left(\frac{E_{ij}^{t0}}{\sum_j E_{ij}^{t0}} \right) \right|}{2} \quad (3)$$

em que *CRed_i* é o coeficiente de redistribuição do setor *i* entre os períodos 0 e 1. O valor obtido no coeficiente oscila entre 0 e 1. Quando o valor está próximo de zero, interpreta-se que não ocorreram mudanças significativas no padrão espacial de localização do setor. Caso contrário, interpreta-se que as referidas mudanças ocorreram.

Para mensurar o processo de diversificação ou especialização da estrutura produtiva regional em relação à estrutura produtiva do Estado, em termos relativos, utilizar-se-á o coeficiente de especialização (CE). Esse coeficiente compara a estrutura produtiva da microrregião j com a estrutura produtiva do Estado. O valor do coeficiente varia de 0 a 1, sendo que CE_j igual a zero significa que a microrregião tem uma composição setorial idêntica às demais. Se o valor do CE_j for igual a 1, a microrregião j está com elevado grau de especialização em atividades ligadas a um determinado setor, ou está com uma estrutura totalmente diversa da estrutura do Estado. O coeficiente de especialização é definido por:

$$CE_j = \frac{E_{ij} / \sum_j E_{ij}}{\sum_i E_{ij} / \sum_i \sum_j E_{ij}} \quad (4)$$

Para verificar se houve uma mudança ao longo do tempo na estrutura produtiva do Estado, utilizar-se-á o coeficiente de reestruturação (Cr_j), que relaciona a estrutura produtiva local em dois momentos do tempo. Com este indicador é possível verificar a mudança no sentido de uma maior especialização produtiva. O cálculo do coeficiente de reestruturação é dado por:

$$Cr_j = \frac{\left| \left(E_{ij} / \sum_i E_{ij} \right)^{t1} - \left(E_{ij} / \sum_i E_{ij} \right)^{t0} \right|}{2} \quad (5)$$

Quando o valor do Cr_j for igual a zero, não terá havido modificações na composição setorial. Se, por outro lado, o coeficiente for igual a 1, terá ocorrido uma reestruturação profunda na composição setorial.

Para atenuar algumas limitações conceituais ao uso das medidas de localização e de especialização pelo processo de cálculo e de natureza metodológica, utilizar-se-á o método de análise estrutural-diferencial. Segundo Simões (2005), o método de *shift-share* consiste, basicamente, na descrição do crescimento econômico de uma região nos termos de sua estrutura produtiva, identificando os componentes deste crescimento. Dessa forma, o método auxiliará nas análises do comportamento espacial e setorial do emprego nas microrregiões do MS que apresentam diferenças tanto locais como regionais na sua estrutura produtiva.

3.3 O Modelo Estrutural-Diferencial (Shift-Share)

O método estrutural-diferencial divide o crescimento regional em três componentes:

- (i) O componente nacional - refere-se à variação do emprego de uma região provocada pelo crescimento dessa mesma variável no país, no estado ou na economia de referência.
- (ii) O componente estrutural (ou proporcional) – representa a parcela do crescimento do emprego obtida por uma região devido à sua estrutura produtiva. O resultado será positivo para regiões que apresentam em sua estrutura produtiva setores considerados dinâmicos, ou seja, que mostram taxas de crescimento superiores às do conjunto dos setores na economia de referência. Já regiões compostas principalmente de setores estagnados, com baixas taxas de crescimento, apresentarão um resultado negativo. Em outras palavras, se o efeito estrutural apresentar sinal positivo, houve especialização em setores dinâmicos em nível estadual; caso contrário, parte da produção foi realizada por setores com baixa taxa de crescimento.
- (iii) O efeito diferencial ou competitivo - indica a parte do crescimento do emprego regional gerada por vantagens locais que fazem com que determinados setores possam crescer mais rapidamente em determinada região do que em nível estadual ou nacional. O sinal apresentado pode ser positivo (negativo) para um dado setor, indicando que a região apresenta vantagens (desvantagens) em relação ao estado na produção deste setor. Se for positivo, por exemplo, indica que naquela região o setor cresce a taxas superiores ao do país ou do Estado, em função de possíveis vantagens locais como mão de obra qualificada, incentivos fiscais, fonte de matérias-primas etc.

O efeito total é dado pela soma dos efeitos estrutural e diferencial, medindo a diferença entre o crescimento real ou efetivo apresentado pela região e o crescimento teórico (ou aquele que a região deveria apresentar, caso evoluísse à mesma taxa do país como um todo).

A partir da distribuição de dados em matrizes de informação para o ano base e o ano final, é possível aplicar o método, que, na sua formulação original, é descrito como se segue³:

a) A variação real é igual ao nível do emprego do fim do período (E_{ij}^t) menos o nível do emprego no início do período (E_{ij}^0):

$$\Delta E_{ij} = E_{ij}^t - E_{ij}^0 \quad (6)$$

b) O volume do emprego do ano terminal do setor i na região j pode ser expresso em termos do emprego do ano inicial, multiplicado por sua taxa de crescimento no período (e_{ij}):

$$E_{ij}^t = E_{ij}^0 \cdot E_{ij}^0 \div E_{ij}^0 = E_{ij}^0 e_{ij} \quad (7)$$

c) Substituindo (7) em (6), obtém-se a variação real do emprego do setor i na região em função da quantidade inicial desse emprego e de sua taxa de crescimento ($e_{ij} - 1$):

$$\Delta E_{ij} = E_{ij}^0 \cdot e_{ij} - E_{ij}^0 = E_{ij}^0 (e_{ij} - 1) \quad (8)$$

d) Sabendo-se que a taxa do crescimento do emprego total estadual entre o ano base e o ano final é $e = E^t \div E^0$ e a do crescimento do emprego do setor i do estado no mesmo período é $e_i = E_i^t \div E_i^0$, somando-se e subtraindo-se essas taxas em (8), obtém-se:

$$\Delta E_{ij} = E_{ij}^0 (e - 1) + E_{ij}^0 (e_i - e) + E_{ij}^0 (e_{ij} - e_i) \quad (9)$$

e) Da substituição de (9) em (6), tem-se, finalmente, que:

$$E E_{ij}^t - E_{ij}^0 = E_{ij}^0 (e - 1) + E_{ij}^0 (e_i - e) + E_{ij}^0 (e_{ij} - e_i) \quad (10)$$

f) Em (10) tem-se que a variação real do emprego do setor i na região j ($E_{ij}^t - E_{ij}^0$) é igual à variação teórica $E_{ij}^0 (e - 1)$ mais a variação estrutural $E_{ij}^0 (e_i - e)$ e a diferencial $E_{ij}^0 (e_{ij} - e_i)$.

³ As equações estão fundamentadas em Pereira e Campanile (1999).

Caso a variação real seja superior à teórica, $(E_{ij}^t - E_{ij}^0) > E_{ij}^0(e - 1)$, a região j cresce acima da média estadual e apresenta elementos dinâmicos internos e/ou externos atuando positivamente na região. Porém, se a variação real for inferior à teórica, a região j apresentará maior número de setores estagnados, uma vez que seu crescimento é inferior ao estadual. Logo, esta região estará perdendo participação na economia estadual.

O maior dinamismo implica que a região apresenta vantagens locacionais específicas para a atividade i , como incentivos fiscais, economias de transporte pelo fácil acesso aos mercados e/ou a fontes de matérias-primas, economias de aglomeração e vantagens comparativas na produção.

A variação líquida total (T_{ij}) poderá ser positiva ou negativa. Essa variação é encontrada pela diferença entre a variação real e a variação teórica setorial do emprego, que é a soma dos efeitos estrutural e diferencial:

$$T_{ij} = (E_{ij}^t - E_{ij}^0) - E_{ij}^0(e - 1) = E_{ij}^0(e_i - e) + E_{ij}^0(e_{ij} - e_i) \quad (11)$$

A aplicação do método estrutural-diferencial consiste em desagregar os componentes responsáveis pelo crescimento de uma região e setores de forma a verificar quais destes setores crescem (ou decrescem) mais rapidamente em comparação com os outros. Assim, podem-se definir quais regiões ou setores são mais dinâmicos na geração de crescimento.

3.3.1 Método Estrutural-Diferencial Ampliado

Entre as contribuições ao método estrutural-diferencial, destacam-se Stilwell (1969), Esteban-Marquillas (1972) e Herzog e Olsen (1977). Na formulação original do método, o crescimento de um setor em determinada região se decompõe em um componente estrutural e em outro diferencial. Assim, as diferenças de crescimento que possam ser verificadas, advindas desses dois componentes, irão refletir as variações entre o crescimento real apresentado na região e as variações teóricas, o que deveria ocorrer caso a região apresentasse as mesmas taxas de crescimento do estado ou país (PEREIRA, 1997).

Entretanto, a formulação original apresenta problemas, dado que a ponderação das taxas de crescimento não leva em consideração as mudanças ocorridas dentro da estrutura das variáveis durante o período de observação. Para superar essa dificuldade, utilizaremos as contribuições ao método de Esteban-Marquillas (1972) e as correções a esta versão efetuadas por Herzog e Olsen (1977).

Esteban-Marquillas (1972) acrescentaram aos efeitos estrutural e diferencial o efeito alocação. Além disso, criaram o chamado emprego homotético, que corresponde ao volume de pessoal ocupado que o setor i da região j teria se a estrutura de emprego fosse igual à do país. Assim, a identidade *shift-share* seria definida por:

$$\Delta E = EN_{ij} + ES_{ij} + EC_{ij}^* + EA_{ij} \quad (12)$$

em que,

$$EN_{ij} = E_{ij}r_{ij} \quad (\text{efeito nacional}) \quad (13)$$

$$ES_{ij} = E_{ij}(r_{in} - r_n) \quad (\text{efeito setorial ou estrutural}) \quad (14)$$

$$EC_{ij}^* = E_{ij}^*(r_{ij} - r_{in}) \quad (\text{efeito competitivo ou regional}) \quad (15)$$

$$EA = (E_{ij} - E_{ij}^*)(r_{ij} - r_{in}) \quad (\text{efeito alocação}) \quad (16)$$

Utilizando o emprego homotético para a obtenção do efeito competitivo (EC_{ij}^*), ele perderá a influência do efeito estrutural, conforme demonstrado em (9). Completando a análise do efeito competitivo, inseriu-se na análise do método o efeito alocação para absorver o resíduo entre EC_{ij} e EC_{ij}^* , demonstrado em (16).

Herzog e Olsen (1977) reformularam o efeito alocação, ao inserir a mudança no peso na composição do emprego no final. O novo *efeito alocação* tem como componentes explicativos a composição do emprego nos anos inicial e final e suas respectivas taxas de crescimento. A equação resultante é:

$$EA' = (E_{ij}^t - E_{ij}^{t*})(E_{ij}^0 - E_{ij}^{0*})(r_{ij} - r_{in}) \quad (17)$$

O *efeito alocação* indica se a região é especializada ($E_{ij}^0 > E_{ij}^{0*}$) e quais setores apresentam melhores vantagens competitivas ($r_{ij} > r_{in}$). Para melhor explicar os resultados, Herzog e Olsen (1977) resumem as possíveis definições que podem ser obtidas através da análise do *efeito alocação* (Tabela 4).

Tabela 4 - Sinais dos possíveis efeitos alocação

Definição	Efeito alocação A_{ij}	Especialização ($E_{ij}^0 > E_{ij}^{0*}$)	Vantagem competitiva ($r_{ij} > r_{in}$)
Desvantagem competitiva especializada	-	+	-
Desvantagem competitiva não especializada	+	-	-
Vantagem competitiva não especializada	-	-	+
Vantagem competitiva especializada	+	+	+

Fonte: Herzog e Olsen (1977) e Souza (2009).

As regiões mais dinâmicas são as que possuem vantagem competitiva especializada, isto é, o setor i encontra-se bem representado na microrregião e cresce mais na microrregião que no Estado. Um efeito alocação positivo pode indicar duas situações: (a) que a microrregião é especializada na produção do setor i (+) e que esse setor está crescendo mais na microrregião que no Estado (+); (b) o setor está crescendo menos do que a média do Estado (-) e a microrregião não é especializada nesse setor (-).

Herzog e Olsen (1977) introduziram ainda o componente t no efeito alocação proposto por Esteban-Marquillas (1972). Logo, o efeito competitivo terá de mudar para:

$$EC_{ij}^{**} = (2E_{ij}^0 - E_{ij}^t + E_{ij}^t * - E_{ij}^{0*})(r_{ij} - r_{in}) \quad (18)$$

Finalmente, tem-se a variação líquida total (VLT) do emprego do setor i da região j dada pelo resultado da soma entre o efeito estrutural ponderado pelo ano base, o efeito competitivo modificado (equação 18) e o efeito alocação. O resultado é representado por:

$$VLT = E_{ij}(r_{in} - r_n) + (2E_{ij}^0 - E_{ij}^t + E_{ij}^t * - E_{ij}^{0*})(r_{ij} - r_{in}) + (E_{ij}^t - E_{ij}^{t*})(E_{ij}^0 - E_{ij}^{0*})(r_{ij} - r_{in}) \quad (19)$$

Para o estudo das microrregiões do MS, considera-se o efeito nacional como o efeito regional, o efeito competitivo ou regional como o efeito microrregional. Assim, relaciona-se a estrutura de emprego formal de 1990 a 2010, considerando o Estadual em relação ao Microrregional. As reformulações, a partir da referência de Esteban-Marquillas (1972), passaram a ser consideradas em todas as versões posteriores do *shift-share*, incluindo o conceito de homoteticidade do emprego. As taxas r relacionam-se às taxas de crescimento do emprego formal comparativamente entre os dois períodos, enquanto E está relacionado aos valores do emprego formal em termos absolutos.

Assim, o modelo a ser aplicado na próxima seção irá apresentar os resultados obtidos pelo modelo de Esteban-Marquillas (1972) com as reformulações de Herzog e Olsen (1977). Esse modelo possibilita verificar o padrão de crescimento pelos principais fatores responsáveis pela variação líquida total do emprego formal nas microrregiões do MS, no período de análise.

3.3.2 Estudos e Aplicações

O método estrutural-diferencial é uma das técnicas que permitem identificar os componentes do crescimento de uma determinada região. Esse método permite identificar as razões que fazem com que uma região cresça mais rapidamente que outras em um mesmo período de tempo e se essa performance está condicionada ao desempenho da economia nacional em que esta região se encontra inserida, à estrutura produtiva local ou à presença de vantagens locacionais específicas que dão dinamismo à região (HERSEN; FERRERA DE LIMA, 2009).

A base lógica do método parte de uma constatação empírica bastante simples: o crescimento do emprego é maior em alguns setores e em algumas regiões. Dessa forma, uma determinada região poderá apresentar um ritmo de crescimento econômico maior do que a média porque na sua composição produtiva existe uma preponderância de setores mais dinâmicos ou porque ela tem participação crescente na distribuição regional do emprego, independentemente de esta expansão estar ocorrendo em setores mais dinâmicos ou não (HADDAD, 1989).

Proposto originalmente por Dun (1960), esse método foi utilizado principalmente para a análise regional. Entre as principais contribuições para o método, destacam-se as de Stilwell (1969), Esteban-Marquillas (1972) e Herzog e Olsen (1979).

No Brasil, o trabalho pioneiro que utilizou esta metodologia foi o de Lodder (1972). O autor decompôs o crescimento do emprego da economia brasileira por estados e por setores de atividades (trinta setores) entre os períodos de 1940-1950 e 1950-1960. Posteriormente, Carvalho (1979) utilizou o método para a região Centro-Oeste em um comparativo com as macrorregiões, utilizando vinte e nove setores, entre os períodos de 1950/1960 e 1970.

Recentemente, Santos (2000) analisou o dinamismo dos setores econômicos e subsetores econômicos na economia do Rio Grande do Sul em comparação com a região Sul, entre 1986 e 1995, buscando avaliar o comportamento do emprego. Os resultados mostraram que o Rio Grande do Sul apresenta maior dinamismo em determinados segmentos produtivos. Cabe destacar que o setor calçadista, a construção civil e a agricultura apresentaram vantagem competitiva especializada, o que demonstra certo grau de superioridade em relação aos demais estados integrantes da região.

Outros estudos recentes também aplicaram o método estrutural-diferencial modificado para avaliar o estado do RS e/ou algumas de suas regiões. Ilha e Wegner (2004) utilizaram o

método para analisar o emprego de mão de obra como medida de crescimento setorial nos municípios gaúchos de Caxias do Sul e Santana do Livramento, no período de 2000-2002. A variável utilizada foi o número de pessoas ocupadas em um determinado setor da economia para o período de 2000-2002. Os resultados mostram que a estrutura produtiva de Caxias do Sul apresentou um crescimento maior do emprego em relação a Santana do Livramento, o que indica maior competitividade caxiense em termos de crescimento. Além disso, os setores predominantes desse município, no caso, a indústria de transformação, apresentam uma taxa de crescimento do emprego superior à estadual. Por outro lado, Souza e Souza (2004) aplicaram o mesmo método para analisar a dinâmica de crescimento do emprego da região metropolitana de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul, entre 1990-2000, utilizando a variável emprego. Constatou-se que Porto Alegre (POA) está perdendo empregos industriais para a periferia da sua região metropolitana e para o interior do RS. Isso se deve às deseconomias externas da área central (falta de espaço, aluguéis e salários altos), principalmente no caso das indústrias de material elétrico/comunicações, material de transporte, madeira/mobiliário e têxteis/ calçados. Ademais, o crescimento do setor terciário não foi suficiente para contrabalançar a queda do emprego total na maioria dos municípios. Por fim, Lisboa e Bagolin (2009) estudaram o comportamento das atividades setoriais nos municípios gaúchos entre os anos de 1970 e 2000, utilizando indicadores de localização e especialização e o método estrutural-diferencial, com o objetivo de analisar as fontes do crescimento do emprego nos municípios gaúchos. Os resultados apontam para um significativo processo de reestruturação produtiva, com o crescimento do emprego em setores como a indústria de transformação e construção civil e prestação de serviços.

Outras regiões do Brasil também foram objeto de análises. Por exemplo, Galete (2008) analisou a estrutura produtiva da indústria de transformação da microrregião de Maringá (PR) frente à economia paranaense no período compreendido entre 1994 a 2008, utilizando o modelo estrutural-diferencial simples e o ampliado. Os resultados mostraram que a microrregião de Maringá ganhou empregos líquidos e que existem elementos dinâmicos internos e/ou externos atuando na região. Os resultados do método estrutura-diferencial modificado indicaram que em quatro setores da indústria de transformação a microrregião de Maringá apresentou efeito alocação positivo e vantagem competitiva no conjunto da indústria regional.

Junior *et al.* (2011) analisaram o dinamismo estrutural e diferencial do emprego nas microrregiões do estado do Paraná, no período de 2005 a 2009. Utilizaram como metodologia os métodos estrutural-diferencial para analisar o dinamismo do emprego e a análise

multivariada fatorial pelo método de componentes principais para identificar setores que possuem comportamento similar. Os resultados mostraram que 33,33% das microrregiões do Estado apresentaram crescimento do emprego total acima da média estadual no período analisado. A análise estrutural-diferencial mostrou que o comportamento do emprego microrregional foi distinto. Na maioria das microrregiões, os fatores locais/diferenciais foram os que mais explicaram os desempenhos diferenciados. A análise fatorial confirmou a diversificação do emprego nas microrregiões e ressaltou a importância da indústria tradicional na geração de emprego no estado do Paraná. Nesse contexto, Shikida e Alves (2001) utilizaram o método para verificar o panorama estrutural, a dinâmica de crescimento e as estratégias tecnológicas da agroindústria canavieira no Estado do Paraná, no período 1981 a 1998. Os resultados mostraram que agroindústria saiu de uma condição de pouca expressão nacional para uma condição de destaque. No âmbito estadual, a cana-de-açúcar foi a cultura que teve maior crescimento da produção em função do aumento da área cultivada, do seu alto rendimento e do impulso dado pelo Proálcool.

Lima e Simões (2011) utilizaram o método estrutural diferencial e medidas de localização para identificar as microrregiões que desempenharam papel central para o desenvolvimento do estado de Minas Gerais, no período de 1995 /2008. Os resultados demonstraram que as microrregiões mais dinâmicas em termos de emprego também são aquelas que possuem os mais elevados índices de centralidade. Ademais, constatou-se a presença de heterogeneidades intraestaduais, apesar das melhorias nos últimos anos.

Filgueiras (2002) analisou as fontes de crescimento de culturas selecionadas no Estado do Pará, no período compreendido entre 1979 e 2000, associando essas culturas às principais políticas agrícolas implementadas ao longo desse período pelos governos federal e estadual. As variáveis que explicam as fontes de crescimento da produção agrícola de uma determinada região são a área plantada ou colhida, toneladas, rendimento médio. Os resultados encontrados revelaram que este setor tem crescido basicamente à custa de expansão de novas áreas (efeito-área), tendo se destacado as culturas do abacaxi, banana, milho e arroz pelo efeito-rendimento nas duas décadas em análise (80 e 90). Este resultado é marcante para as duas décadas, e o crescimento da área foi significativo para quase todas as dezoito culturas, exceção feita para a cultura do arroz e do abacaxi, em 1980, e do café, da soja e da pimenta-do-reino, bem como as culturas produtoras de fibras, em 1990, que tiveram taxas de crescimento negativas.

Souza *et al.* (2006) analisaram a evolução da mão de obra familiar ocupada, dos empregados permanentes, dos empregados temporários e dos parceiros ocupados na

agricultura dos municípios das regiões norte e noroeste do estado do Rio de Janeiro, no período de 1970-1995, tendo concluído que o pessoal ocupado na agricultura Norte e Noroeste fluminense foi crescente no período de 1970 a 1975. Entretanto esse crescimento não foi uniforme entre os diversos tipos de mão de obra .

Felipe e Maximiano (2008) utilizaram o modelo para determinar as fontes de crescimento da produção agrícola no estado de São Paulo entre 1990 e 2005. Em termos de produção, os maiores acréscimos (média) ocorreram nas culturas da banana, mandioca, trigo, amendoim e cana. Salienta-se que os resultados favoráveis ao trigo não ocorreram de maneira uniforme ao longo do período, uma vez que a cultura apresentou significativas perdas nas variáveis analisadas. A cultura da cana, por sua vez, mostrou ao longo do período um crescimento uniforme da produção, evidenciando assim a “vocação” do setor sucroalcooleiro paulista.

Por fim, alguns trabalhos também aplicaram o método para as grandes regiões brasileiras e/ou para o conjunto de estados. Por exemplo, Fochezatto *et al.* (2004) fizeram uma análise comparativa da produtividade setorial do trabalho entre os estados brasileiros, utilizando o método estrutural-diferencial para o período de 1980-2000. Os resultados indicaram que as diferenças de produtividade decorrem especialmente do componente diferencial e que elas foram crescentes no período analisado.

No trabalho de Hersen e Ferrera de Lima (2009), o método foi utilizado para verificar as fontes de crescimento regional do produto e do emprego para os estados brasileiro no período de 1994 a 2004. Os resultados mostraram que existem acentuadas disparidades entre os estados. Com rela o ao crescimento do produto, verificou-se baixa rela o com sua estrutura produtiva. Em se tratando do crescimento do emprego formal, tanto o componente *estrutural* como componente *competitivo* apresentaram resultados positivos.

Da mesma forma, Silva e Monte (2009) apresentaram uma visão geral sobre a dinâmica setorial-regional da evolu o do emprego entre as regiões brasileiras, nos períodos 1997, 2002 e 2007. O principal resultado mostra os efeitos nacional e competitivo como importantes para a explica o da varia o do emprego.

Fernandez e Menéndez (2002) aplicaram o método para analisar a evolu o do emprego nos setores de atividades nas regiões da Espanha no período de 1994 a 2004. O resultado registrado para o emprego regional espanhol mostra que os efeitos mais competitivos são encontrados nos setores agrícolas e de constru o, enquanto a indústria e os serviços registram resultados mais baixos. Mudanças mais notáveis foram encontradas no

efeito de localização, cujos resultados podem ser afetados pela especificação proposta para as relações espaciais.

Por fim, cumpre ressaltar que os autores justificam a utilização do método estrutural-diferencial como uma forma mais precisa de verificar o comportamento das variáveis utilizadas. No entanto, ressalta-se que este método não constitui uma teoria explicativa do crescimento regional, mas sim, uma forma analítica de gerar informações relevantes para identificar os componentes deste crescimento.

3.4 Considerações Finais

Os métodos descritivos de medidas regionais e o método estrutural-diferencial (*shift-share*) descritos nesse capítulo serão aplicados no capítulo seguinte, quando analisarmos o comportamento do emprego nas microrregiões do MS. As medidas regionais têm o objetivo de mensurar padrões de concentração e/ou dispersão espaciais do emprego setorial e o grau de especialização da estrutura produtiva. No entanto, estas medidas possuem limitações técnicas e conceituais sendo, assim, importantes nas fases iniciais do estudo, quando se busca estabelecer padrões de localização das atividades produtivas.

Já a análise do método estrutural-diferencial (*shift-share*) identifica os componentes do crescimento regional e tem sido usado com êxito desde sua origem para análise da economia regional, devido à sua ampla variedade de possibilidades de aplicação. Sua popularidade reside fundamentalmente em três fatos: é simples de usar, fácil de entender e requer uma quantidade muito pequena de dados facilmente disponíveis. Apesar da existência de alguns problemas na utilização do modelo que foram discutidos na seção anterior, há um consenso geral de que a aplicação criteriosa dessa técnica pode produzir conhecimentos que, apesar de modestos, possuem qualidade suficiente para explicar o desenvolvimento regional.

Em síntese, neste trabalho, o método auxiliará nas análises do comportamento espacial e setorial do emprego no MS e nas suas microrregiões, considerando que elas apresentam diferenças tanto locacionais como estruturais na sua estrutura produtiva.

4 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS PARA MATO GROSSO DO SUL: medidas regionais e aplicação do modelo shiff-share para as microrregiões

4.1 Introdução

O objetivo desse capítulo é analisar a dinâmica do emprego por setores de atividade econômica nas onze microrregiões do estado de Mato Grosso do Sul, no período de 1990/2010, utilizando as medidas regionais e o método estrutural-diferencial.

Para tanto, inicialmente, são definidos o perfil de cada microrregião, bem como sua participação na composição do PIB/MS, e a evolução da participação dos setores de atividades nessa composição. Posteriormente, são apresentados os pólos de desenvolvimento do estado. Em seguida, é apresentada uma análise da evolução recente das principais culturas agrícolas no MS e nas suas microrregiões, com destaque para a produção de grãos e da cana-de-açúcar. O objetivo dessas seções iniciais é propiciar melhor entendimento do perfil econômico das unidades de análise, no intuito de dar suporte às análises das dinâmicas microrregionais dos setores produtivos apresentadas posteriormente.

Em seguida, é apresentada uma análise baseada nas medidas de localização e de desenvolvimento regional, as quais permitem identificar certas tendências em relação ao comportamento da estrutura produtiva. Em outras palavras, é possível identificar, por exemplo, se houve maior diversificação/especialização e/ou maior dispersão/concentração espacial da produção.

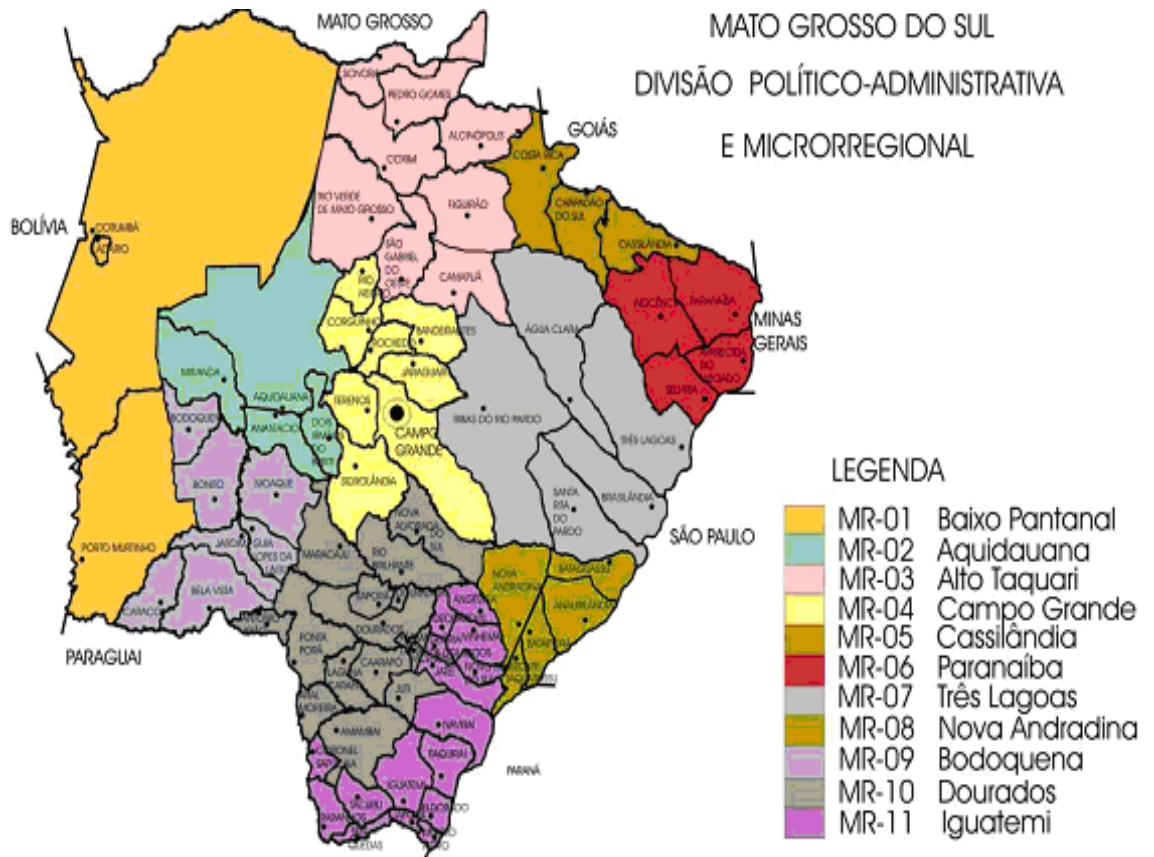
Por fim, é apresentada a análise com base no método estrutural-diferencial. Em primeiro lugar, analisamos o comportamento do emprego nos três grandes setores para o MS. Neste caso, usamos o método simplificado. Em segundo, utilizando o método ampliado, analisamos a dinâmica do emprego para doze setores nas diferentes microrregiões do estado. Por fim, aplicamos esta mesma metodologia para os subsetores da indústria de transformação.

4.2 Perfil das Microrregiões

O estado de Mato Grosso do Sul está dividido em 11 microrregiões (Figura 10). A microrregião Baixo Pantanal é uma região pantaneira, com a maior extensão territorial em relação às demais microrregiões, perfazendo o total de 83.039,80 km², que equivale a 23,25% da área total do estado. Ela é constituída pelos seguintes municípios: Porto Murtinho, Ladário e Corumbá. O município de Corumbá é o de maior extensão territorial do Estado, com 65.165 km², e faz fronteira com o Paraguai e a Bolívia. Ele se destaca no setor industrial, em especial,

na atividade de extração de ferro, pela mineradora Corumbaense Reunida; de manganês, pela Urucum Mineração; e pela extração de calcário, areia e fabricação de cimento, pela fábrica de cimento Itaú. Esses recursos são extraídos do maciço de Urucum²¹.

Figura 10 - Divisão Política Administrativa e microrregional do estado de Mato Grosso



Fonte: Semac-MS.

A microrregião de Três Lagoas é uma composta por cinco municípios: Três Lagoas, Águas Claras, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo e Brasilândia. Essa microrregião é a segunda maior do Estado, com uma área de 50.493,50 km².

A microrregião do Alto Taquari é composta pelos seguintes municípios: Alcinoópolis, Alto Taquari, Camapuã, Coxim, Pedro Gomes, Rio Verde de Mato Grosso, São Gabriel do Oeste, Figueirão e Sonora. Com uma área de 41.302,00 km² de extensão, é a terceira maior microrregião, respondendo por 11,56% da área total do Estado. O município que se destaca

²¹ Maciço do Urucum é um morro localizado na zona rural do município de Corumbá em Mato Grosso do Sul. Famoso por possuir a maior e a mais culminante formação rochosa do estado, com altitudes que superam os mil metros, este morro possui grandes reservas minerais, com destaque para manganês e ferro (Lamoso, 2001).

nessa microrregião é São Gabriel do Oeste por possuir uma grande variedade de solos onde predomina a agricultura. Sua economia é voltada à produção agrícola, principalmente soja, milho e sorgo. Além dos grãos, o referido município é o maior produtor de suínos e avestruzes do MS.

A microrregião de Campo Grande é composta pelos seguintes municípios: Bandeirantes, Corguinho, Jaraguari, Rio Negro, Rochedo, Terenos, Sidrolândia e Campo Grande. Com uma área total de 28.271,60 km² de extensão, ou seja, 7,92% do total da área do estado, esta microrregião produz o correspondente a 6,64% do total de grãos produzidos no MS, sendo a soja, o milho e o arroz as principais culturas produzidas de 1990 até 2003. A partir de 2004, a produção de arroz e de milho diminuiu, enquanto que a produção de trigo aumentou, em grande parte, pelo aumento da sua produtividade.

A microrregião de Aquidauana é constituída pelos municípios de Anastácio, Aquidauana, Dois Irmãos do Buriti e Miranda. Com uma área de 27.731,00 km², ela corresponde a 7,76% do total da área do estado.

A microrregião de Cassilândia, situada no Leste do estado, é constituída pelos municípios de Cassilândia, Chapadão do Sul e Costa Rica, compreendendo uma área de 13.223,40 km², o que representa uma área de 3,70% da área total do estado. Sua localização é bastante privilegiada, integrando as economias de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Goiás.

A microrregião do Paranaíba é composta pelos municípios de Aparecida do Taboado, Inocência, Selvíria e Paranaíba. Esses municípios correspondem a uma área de 17.191,80 km², ou seja, 4,81% de todo estado.

A microrregião de Nova Andradina é formada por Nova Andradina, Bataiporã, Bataguassu, Taquarussu e Anaurilândia, com uma área geográfica de 13.471,20 km², ela equivale a 3,77% da área total do estado.

A microrregião de Bodoquena é formada pelas cidades de Jardim, Bela Vista, Caracol, Bodoquena, Guia Lopes da Laguna, Bonito e Nioaque, com área de 22.611,50 km², correspondente a 6,33% da área total. A cidade de Bonito se destaca pelo turismo, mas também tem grande influência na pecuária, agricultura e mineração.

A microrregião de Dourados é composta pelos municípios de Dourados, Itaporã, Amambai, Aral Moreira, Caarapó, Douradina, Fatima do Sul, Juti, Maracajú, Rio Brillhante, Vicentina, Nova Alvorada do Sul, Laguna Caarapã, Antonio João e Ponta Porã. Essa microrregião tem uma área de 37.387,20 km², o que corresponde a 10,47% da área geográfica do estado.

Por fim, a microrregião de Iguatemi é composta pelos municípios de Iguatemi, Tacuru, Eldorado, Japorã, Mundo Novo, Angélica, Coronel Sapucaia, Glória de Dourados, Ivinhema, Jateí, Deodápolis, Paranhos, Naviraí, Sete Quedas, Itaquiraí e Novo Horizonte do Sul, com área de 22.416,90 km².

4.3 Contribuições das Microrregiões no PIB/MS

A Tabela 5 mostra a dinâmica das economias regionais na participação de cada microrregião (MRG) na composição do PIB estadual, no período de 1997 a 2009. As MRGs que tiveram maior participação foram Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Iguatemi, registrando uma média de 34,4%, 20,7%, 8,0% e 7,0%, respectivamente.

Tabela 5 - Contribuição das microrregiões geográficas no PIB/MS, 1997-2009 (em %)

Microrreg./ Ano	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Baixo Pantanal	4,29	4,24	4,27	4,99	5,28	6,43	6,77	6,82	7,75	8,95	8,18	9,51	8,42
Aquidauana	2,95	2,77	2,78	2,86	2,85	2,72	2,56	2,77	2,94	2,99	2,88	2,70	2,69
Alto Taquari	6,22	6,07	6,28	6,46	6,52	6,32	6,31	6,08	5,67	5,31	5,41	5,29	5,44
Campo Grande	35,5	35,75	33,53	34,7	32,39	34,87	31,93	33,59	35,19	35,36	34,95	34,82	35,18
Cassilândia	3,71	4,34	4,83	4,56	4,39	4,09	4,65	4,43	3,57	3,11	3,60	3,41	3,59
Paranaíba	3,51	3,83	3,77	3,64	3,61	2,98	2,78	3,07	3,16	3,23	3,08	3,11	3,04
Três Lagoas	8,10	7,85	8,06	8,21	8,92	7,10	7,20	7,99	8,14	8,17	7,54	7,62	8,52
Nova Andradina	3,80	3,74	3,82	3,85	4,13	3,44	3,64	4,27	4,18	4,34	3,91	3,58	3,55
Bodoquena	3,74	3,5	3,64	3,54	3,63	3,15	3,03	3,12	3,14	3,19	3,05	3,10	3,08
Dourados	20,82	20,35	21,18	19,5	20,87	22,29	24,27	20,57	19,63	18,81	20,79	20,24	19,78
Iguatemi	7,36	7,55	7,85	7,67	7,40	6,61	6,86	7,29	6,63	6,53	6,60	6,52	6,72
PIB do MS	100,00	10,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Semac/MS

Com base nos dados para 2009, último ano para os quais os valores da série estão disponíveis, é possível observar que a microrregião de Campo Grande é a principal em termos econômicos do estado, tendo contribuído com 35,18% do PIB. Dentro dessa região, o município de Campo Grande é o maior pólo econômico (centro industrial de serviços). A MRG de Dourados tem a segunda maior participação na composição do PIB (19,78%), em que se destacam os polos de Dourados (centro agroindustrial) e de Ponta Porã (centro de comércio e serviços).

A terceira MRG de destaque é Três Lagoas, contribuindo com 8,52% do PIB estadual (centro agroindustrial e centro de comércio e serviços). Nessa MRG apenas o município de Três Lagoas apresenta perfil voltado para os setores industriais e de serviços.

Analisando a participação da variação das microrregiões no PIB estadual no período entre 1997 a 2009, verificou-se que as microrregiões Baixo Pantanal e Três Lagoas foram às únicas que registraram variação positiva na composição do PIB estadual, 4,13 e 0,42%, respectivamente. Em termos da variação por setores de atividades entre os períodos de 2002 a 2009, observa-se que a primeira microrregião apresentou variação negativa no setor da agropecuária (-4,35%), compensada pela variação positiva nos setores da indústria e dos serviços (0,84 e 3,5%). Já a segunda apresentou variação negativa nos setores de serviços (-0,7%) e agropecuária (-12,7%), compensada pela variação positiva no setor da indústria (13,36%).

Verificou-se que na MRG do Baixo Pantanal, embora seja influenciada pelo crescimento da pecuária bovina, da extração mineral e do comércio, foram os setores da indústria e dos serviços que agregaram maiores valores na variação do PIB. O município de Corumbá concentra maior valor do PIB e se apresenta como polo de comércio e de serviços, voltado principalmente para o turismo, além de ser um centro de pecuária extensiva de corte.

Como mencionado, as demais regiões apresentaram variações negativas na participação do PIB. A seguir, com base nas Tabelas 5 e 6, detalhamos essa variação, bem como a variação na participação dos setores de atividade para cada uma das demais microrregiões.

A MRG de Iguatemi registrou uma variação na participação do PIB de -0,64%. Com predominância econômica na agropecuária e no setor de serviços, a microrregião apresentou uma queda acentuada na participação da primeira atividade (-10,94%), enquanto o setor de serviços e a indústria registraram taxas positivas de 10,54 e 0,41%, respectivamente. Essa variação positiva está ligada, principalmente, ao desempenho do município de Naviraí, que registrou uma acentuada participação no PIB, com destaque para o setor da indústria.

A Microrregião do Alto Taquari registrou taxa de variação na participação de -0,78% no PIB estadual. O setor que mais contribuiu para essa redução foi a agropecuária (-0,97%), enquanto a indústria e os serviços registraram 2,04 e 7,93%, respectivamente.

A MRG de Cassilândia é fronteira agrícola com elevado grau de mecanização. Não obstante, nos últimos anos, participação da agropecuária na composição do PIB foi reduzida em 15,31%, em grande parte como reflexo das dificuldades enfrentadas pelo setor. Essa foi a microrregião que apresentou maior variação em termos percentuais no que se refere à participação dos setores de atividade. O setor de serviços e da indústria apresentou variação de 15,68 e -0,37%, respectivamente.

Na Microrregião de Nova Andradina, a variação na participação do PIB foi de -0,25%. Esta MRG registrou uma forte variação positiva em termos da participação da indústria (5,93%), sendo este o segundo melhor desempenho desse setor em nível regional. As atividades industriais estão localizadas principalmente nos municípios de Bataguassu, Bayporã e Nova Andradina. Quanto à variação no setor de serviços, verificou-se que ocorreu um aumento de 1,72% da sua participação na composição do PIB, seguido de uma queda de -7,65% do setor da agropecuária.

Tabela 6 - Evolução da participação dos setores de atividades na composição do PIB/MS-2002 – 2009.

Microrregiões	2002			2009		
	Agropec.	Indústria	Com. e Serv.	Agropec.	Indústria	Com. e Serv.
MRG Baixo Pantanal	18,93	10,55	70,52	14,58	11,39	74,02
MRG Aquidauana	28,43	10,85	60,71	26,7	12,9	60,4
MRG Alto Taquari	43,28	9,91	46,81	33,31	11,95	54,74
MRG Campo Grande	5,71	19,86	74,44	4,23	18,63	77,14
MRG Cassilândia	44,1	12,63	43,27	28,79	12,26	58,95
MRG Paranaíba	32,96	13,48	53,56	26,91	16,19	56,9
MRG Três Lagoas	32,67	21,83	45,5	20,00	35,19	44,8
MRG Nova Andradina	26,25	22,97	50,78	18,6	28,9	52,5
MRG Bodoquena	32,41	11,57	56,02	28,5	14,22	57,28
MRG Dourados	27,89	15,87	56,24	16,95	16,28	66,78
MRG Iguatemi	30,87	15,9	53,22	24,17	19,04	56,79
Média no estado	22,31	16,71	60,99	15,53	18,48	65,99

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Semac.

A MRG Bodoquena apresentou uma variação na sua participação no PIB de -0,66%. Em termos médios, essa foi a microrregião que apresentou menor variação entre os setores de atividade. O setor da agropecuária teve uma variação negativa de -3,91%, enquanto para o setor da indústria e dos serviços, essa variação foi de 2,65 e 1,25%, respectivamente. Ademais, ressalta-se que nesta região a maior participação vem do setor terciário, que contribui com 57,28% do PIB, com destaque para os pólos turísticos de Bonito, Jardim e Nioaque. No setor primário, os municípios que se destacam são Caracol e Nioaque e na indústria, Bodoquena e Bela Vista.

A microrregião de Paranaíba teve uma variação de -0,47% na sua participação na composição do PIB. Do ponto de vista da participação dos setores de atividade, o setor primário teve uma variação de -5,05%, enquanto o setor secundário e terciário teve uma taxa de variação de 2,71 e 3,34%, respectivamente. Nessa MRG, o município de Paranaíba

destaca-se como pólo econômico, enquanto os municípios de Aparecida do Taboado e Paranaíba concentram a maior parte da indústria (agroindústria).

Por fim, a MRG de Aquidauana apresentou uma taxa de variação na composição do PIB de -0,26%. A taxa de variação dos setores foi de -1,73% para agropecuária, de 2,05% para a indústria e de -0,31% para o setor de serviços. Nesta MRG, destacam-se os municípios de Aquidauana e Miranda como os dois maiores pólos agropecuários regionais.

Com base nessa análise, é possível identificar três tendências no que se refere à dinâmica econômica das microrregiões: em primeiro lugar, observamos que a participação na composição do PIB de cada microrregião teve pouca variação, o que significa que ao longo do período a forma como a produção está distribuída entre as regiões não se modificou significativamente; em segundo, é possível observar no que se refere à variação entre os setores de atividade que houve mudanças significativas, uma vez que, em geral, o setor primário perdeu participação em todas as regiões enquanto aumentou a participação do setor secundário e, principalmente, do setor terciário; e, por fim, que as maiores taxas de variação entre setores ocorreram naquelas regiões onde inicialmente o setor primário tinha maior participação (MRGs de Cassilândia, Três Lagoas e Nova Andradina).

4.4 Polos de desenvolvimento no estado de Mato Grosso do Sul no contexto das microrregiões

No estado de Mato Grosso do Sul, podem-se identificar cinco pólos de desenvolvimento que se destacam pelo seu potencial produtivo, englobando as distintas microrregiões (Figura 11).

Figura 11 - Polos de Desenvolvimento



Fonte: Semac-MS

Polo Mínero-Siderúrgico

- Setor Sudoeste- Agroindústria frigorífica e laticínios; indústria de calcário dolomítico, de turismo e pesca; extração de rochas ornamentais; indústrias de cerâmica; indústria de artefatos de cimento. Na Região de Corumbá - agroindústria frigorífica e laticínios; indústria mínero-siderúrgica, cimento e calcário, de turismo ecológico e de pesca; indústrias de refrigerantes.
- MRGs (MRG Bodoquena e Baixo Pantanal).

Polo de Campo Grande

- Agroindústria frigorífica e láctea; indústrias de alimentos, têxtil e confecções, metalúrgicas, de material plástico, curtume, moagem de soja (farelo e óleo refinado), beneficiadora de arroz, gráfica, bens de capital, bebidas e refrigerantes, compensados e chapas de madeira, turismo de eventos, ração animal, sementes de pastagens e cereais, embalagens e indústria de café.
- MRG (Campo Grande).

Polo do Sul

- Agroindústria frigorífica e láctea, indústrias de alimentos, têxtil e confecções, curtumes, moagem de soja (farelo e óleo bruto), bebidas, ração animal, sementes de pastagens e cereais, erva-mate, fiação de algodão, açúcar e álcool, beneficiamento de trigo, gráfica e indústria de pescado, indústria de biodiesel.
- MRGs (Iguatemi, Campo Grande, Dourados, Nova Andradina).

Polo do Bolsão

- Agroindústria frigorífica e laticínios; indústria de alimentos, têxtil e confecções, curtumes, moagem de soja (farelo e óleo bruto), embalagem, indústria de açúcar e álcool, beneficiamento de algodão, gráfica, indústria de pescado, derivados de plástico, metalúrgica e siderurgia (ferro-gusa e alumínio), indústria de madeira, turismo; indústria de calçados e indústria de café; indústria de papel e celulose.
- MRGs (Três lagoas, Paranaíba).

Polo do Norte

- Agroindústria frigorífica e laticínios; indústria de cerâmica, indústria de alimentos, beneficiadora de algodão; indústria metalúrgica; indústria de açúcar e álcool.
- MRGs (Cassilândia, Alto Taquari).

4.5 Evolução Recente das Principais Culturas Agrícolas no MS e nas suas Microrregiões

Nesta seção inicialmente se analisa o desempenho das principais culturas no estado de Mato Grosso do Sul, tomando como referência os anos recentes (2002 – 2009). No primeiro biênio, pode-se observar uma significativa expansão na produção de grãos (Tabela 7). A taxa de crescimento foi de 52,17% e a safra superou em 2,7 milhões de toneladas a do ano anterior, com ganho de produtividade de 18,4%. O maior destaque foi a expansão da produção de soja (25,2%). No entanto, para os dois anos seguintes essa trajetória de expansão não se verificou. Ou seja, para o ano de 2004 e 2005, a taxa de crescimento da produção foi negativa, -17,8 e -17,07%, respectivamente. No biênio seguinte, ocorreu uma recuperação com taxas relativas altas, 22,25% em 2007 e 5,31% em 2008, seguida de uma queda brusca de -23,02% em 2009.

Tabela 7 - Evolução das principais culturas agrícolas no estado de Mato Grosso do Sul

Anos	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Produção (t)	5.210.106	7.954.121	6.541.760	5.752.317	7.031.961	8.459.260	8.908.101	6.857.368
Área Colhida (ha)	1.870.891	2.411.460	2.795.496	2.705.410	2.774.813	2.789.864	2.918.854	2.775.069
Produt. (kg/ha)	2.785	3.298	2.340	2.126	2.534	3.032	3.051	2.472

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PAM-IBGE. Nota: Inclui as culturas de soja, arroz, algodão, trigo, feijão e sorgo

Juntamente com as culturas da soja e do milho, atualmente tem ganhado destaque no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul a expansão da cultura da cana-de-açúcar. Durante a crise do petróleo nos anos 1970, o governo brasileiro criou o Programa Nacional de Álcool (Proálcool) com o objetivo de ampliar a oferta de álcool, combustíveis e reduzir as importações de petróleo. A partir desse programa, essa cultura ganhou destaque na produção agrícola nacional, sendo que nas últimas décadas esse processo se intensificou.

Nas tabelas que seguem, analisamos para as últimas duas décadas especificamente o desempenho das culturas de cana-de-açúcar, soja e milho no MS. A Tabela 8 apresenta os

dados para o período de 1990-1995. A soja é a cultura que se destaca no período, registrando uma taxa de crescimento da produção de 140,0%, enquanto as produções do milho e da cana-de-açúcar apresentaram taxas de crescimento bem mais modestas (12,01 e 17,39%).

Tabela 8 - Evolução das principais culturas agrícolas no estado de Mato Grosso do Sul no período de 1990-1995

Anos	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Cana-de-açúcar	4.193.288	3.932.461	4.045.144	4.085.004	3.840.391	4.922.386
Soja (em grãos)	595.718	933.281	855.291	920.610	1.093.233	1.435.151
Milho (em grãos)	2.038.614	2.017.935	1.871.188	2.289.171	2.392.506	2.283.546

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PAM-IBGE

A Tabela 9 apresenta a evolução dessas culturas para o período 1996 a 2000. Nesse período, a taxa de crescimento da produção de soja diminuiu sensivelmente quando comparada com o período anterior. Mais especificamente, a taxa de crescimento foi de 24,06%. A produção da cana-de-açúcar manteve-se praticamente estável, com uma taxa de crescimento ao longo do período de 4,93%. O destaque é a taxa negativa de crescimento da produção de milho (-27,3%). Evidentemente, uma análise mais detalhada mostra que essa queda não representa uma tendência, tendo em vista que nos anos anteriores a expansão dessa cultura aumentou significativamente. Não obstante, o volume produzido em 2000 diminuiu sensivelmente por questões específicas relacionada à produção dessa cultura. Ademais, como pode ser observada ao longo de todas as tabelas, a produção do milho é a que apresenta maior oscilação ao longo de todo o período analisado.

Tabela 9 - Evolução das principais culturas agrícolas no estado de Mato Grosso do Sul no período de 1996 a 2000

Anos	1996	1997	1998	1999	2000
Cana-de-açúcar	5.562.943	5.390.083	6.387.788	6.959.048	5.837.456
Soja (em grãos)	2.003.904	2.184.283	2.319.161	2.799.117	2.486.120
Milho (em grãos)	1.471.871	1.931.933	1.694.753	1.924.159	1.069.571

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PAM-IBGE

A Tabela 10 apresenta os dados para o primeiro período da década seguinte. Como observado, nesse período a produção de cana-de-açúcar começa a se destacar, com uma taxa de crescimento ao longo do período de 26%. A produção da soja segue a tendência e tem para o período uma taxa de crescimento de 19%. Novamente, o destaque negativo é a produção de milho que diminui em 41%. Não obstante, essa queda na produção é precedida de um aumento considerável nos anos de 2003 e 2004.

O que chama atenção nesse período é a expansão da produção mesmo diante de uma série de dificuldades, sobretudo no final do período, como aquelas advindas dos fatores climáticos que provocaram estiagem, bem como a retração de preços nos produtos agrícolas, principalmente no que se refere à soja²².

Tabela 10 - Evolução das principais culturas agrícolas no estado de Mato Grosso do Sul no período de 2001 a 2005

Anos	2001	2002	2003	2004	2005
Cana-de-açúcar	7.556.956	8.575.190	9.030.833	9.572.305	9.513.818
Soja (em grãos)	3.115.030	3.267.084	4.090.892	3.282.705	3.718.514
Milho (em grãos)	2.185.846	1.381.604	3.071.632	2.374.015	1.291.901

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do PAM-IBGE

Por fim, podemos observar que no último período (2005-2010) ocorreu um aumento significativo na produção das culturas em análise (Tabela 11). Ademais, é possível identificar que neste período ocorreu um “boom” na produção da cana-de-açúcar, que teve um aumento de 189% para o período. As outras culturas também tiveram um bom desempenho - a produção da soja cresceu a uma taxa de 28% e a do milho, a 61%.

²² De acordo com Coronel (2008), no ano 2004, o Brasil sofreu restrições por parte da China, que exigia a certificação do grão devido aos produtos geneticamente modificados e, posteriormente, devido à presença de grãos com ferrugem. Como resultado, os exportadores brasileiros, para não perderem os vários carregamentos, tiveram que se ajustar às exigências chinesas e ainda baixaram os preços.

Tabela 11 - Evolução das principais culturas agrícolas no estado de Mato Grosso do Sul no período de 2006 a 2010

Anos	2006	2007	2008	2009	2010
Cana-de-açúcar	12.011.538	15.839.993	21.362.034	25.228.392	34.795.664
Soja (em grãos)	4.153.542	4.846.031	4.570.771	4.046.223	5.340.462
Milho (em grãos)	2.342.619	2.972.221	3.675.526	2.181.429	3.782.946

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do PAM-IBGE

Tendo em vista o crescimento expressivo da produção de cana-de-açúcar e, portanto, do setor sucroalcooleiro, a seguir analisa-se com mais detalhes o desempenho desse setor no estado de Mato Grosso do Sul comparativamente ao Brasil. A Tabela 12 apresenta a variação percentual deste setor, sendo possível observar que no MS sua magnitude em relação à produção, à produtividade ou à produção do açúcar e do etanol é bastante superior ao ocorrido em âmbito nacional, mostrando a importância crescente desse setor no estado.

Tabela 12 - Variação percentual do setor MS e Brasil-2000-2010

Discriminação	Mato Grosso do Sul	Brasil
Produção de cana-de-açúcar	496,08	120,0%
Produtividade média da cana (kg/ha)	49,15	16,45
Produção de etanol	486,0	162,46
Produção de açúcar	473,45	109,51

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PAM-IBGE

Por fim, ressalta-se que o Brasil é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, cerca de 717 milhões de toneladas, considerando o ano de 2010. Nesse contexto, o estado de Mato Grosso do Sul ocupa o 5º lugar no ranking dos estados produtores dessa cultura, com aproximadamente 35 milhões de toneladas e produtividade de 87 kg/ha.

Tabela 13 - Participação da cultura da cana-de-açúcar no Brasil e no Estado de Mato Grosso do Sul-2010

Ano	Brasil	MS
Produção (t)	717.462.101	34.795.664
Área colhida (ha)	9.076.706	399.408
Produtividade (kg/ha)	79,04	87,12

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PAM-IBGE

No que se refere à dinâmica regional, é possível observar que a produção de grãos e da própria cana-de-açúcar está distribuída de forma bastante concentrada. Analisando a dinâmica regional das principais culturas no Estado de 1980 a 2010, observa-se que a microrregião de Dourados, em 1980, era responsável por 65,63% do volume de soja produzida e pela produção de 49% do total de grãos, sendo que esta região se manteve ao longo do período responsável pela maior parte da produção estadual de grãos, contribuindo atualmente com um percentual de 45,70% para a soja e de 58,3% para o milho.

Em termos da variação média, as microrregiões que ganharam participação na produção de grãos, Tabela 14, foram as MRG Cassilândia (11,7%), MRG Alto Taquari (7,86%) e MRG Dourados (6,52%). A microrregião que mais perdeu participação foi a MRG Campo Grande (-10,11%), seguida da MRG Paranaíba (- 4,99%) e MRG Nova Andradina (- 2,57%). A microrregião que apresenta a menor participação no final do período analisado é MRG Paranaíba, registrando uma média de 0,07% para a produção das principais culturas.

Tabela 14 - Produção agrícola dos principais grãos, segundo as MRGs-1980-2010

Anos	Soja				Milho				Outros (1)			
	1980	1990	2000	2010	1980	1990	2000	2010	1980	1990	2000	2010
Bodoquena	1,05	2,58	1,51	1,55	4,62	0,74	2,65	1,67	3,37	3,56	3,1	1,79
C. Grande	19,88	4,71	8,43	8,75	12,72	17,6	4,60	11,6	25,50	9,02	5,21	7,41
Cassilândia	4,12	17,1	15,69	9,44	4,50	16,4	25,14	10,1	2,90	0,65	29,03	27,1
Aquidauana	0,62	0,21	0,01	0,01	6,05	1,87	0,16	0,08	4,94	2,95	6,58	4,32
Iguatemi	2,37	2,44	1,87	8,3	18,37	9,95	6,52	10,3	7,10	16,21	4,05	2,52
Três Lagoas	1,10	4,85	3,72	0,91	2,74	1,9	0,67	0,16	3,45	2,14	0,28	0,74
Alto Taquari	7,66	20,2	20,11	11,8	2,23	6,58	12,48	10,9	9,92	3,74	6,88	20,7
Paranaíba	1,09	0,41	0,01	0,04	8,76	1,73	1,50	0,14	5,34	0,89	0,18	0,03
B. Pantanal	0,11	0,12	0,01	0	1,33	1,09	0,20	0,01	0,57	0,29	0,22	0,24
Dourados	61,63	46,2	47,61	58,3	30,79	35,1	45,34	54,2	35,42	55,37	43,60	34,9
Nova Andradina	0,36	1,25	1,04	0,92	7,88	2,01	0,74	0,79	1,51	5,16	0,87	0,31

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PAM-IBGE. (1) Refere-se às culturas de arroz, algodão, trigo, feijão e sorgo

A distribuição da produção de cana-de-açúcar entre as microrregiões é apresentada na Tabela 15. Como observado, a produção está concentrada em três microrregiões: MRG de Dourados, MRG de Iguatemi e MRG de Paranaíba que, juntas no ano de 2008, contribuíram com 80,0% para produção estadual, com destaque para a MRG de Dourados, que registrou uma participação de 49,10%, respondendo por quase metade da produção de cana-de-açúcar do estado de Mato Grosso do Sul, seguida da MRG de Iguatemi, que registrou uma participação de 19,84%, e de Paranaíba, com 10,28%.

Tabela 15 - Produção de cana-de-açúcar no estado de MS, segundo as MRGs -2008 e 2010

Anos	2008		2010	
	Quant. Produzida (t)	Participação (%)	Quant. Produzida (t)	Participação (%)
MRG				
MRG Dourados	10.487.928	49,10	18.133.630	52,11
MRG Iguatemi	4.237.892	19,84	6.616.493	19,02
MRG Paranaíba	2.195.400	10,28	2.268.559	6,52
MRG Alto Taquari	1.091.430	5,11	2.206.628	6,34
MRG Três Lagoas	1.020.435	4,78	2.077.152	5,97
MRG Nova Andradina	1.033.889	4,84	1.970.307	5,66
MRG Campo Grande	1.210.795	5,67	853.370	2,45
MRG Aquidauana	73.745	0,35	622.627	1,79
MRG Bodoquena	7.720	0,04	29.328	0,08
MRG Baixo Pantanal	2.800	0,01	14.770	0,04
MRG Cassilândia	0,00	0,00	2.800	0,01
TOTAL MS	21.362.034	100,00	34.795.664	100,00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do PAM/IBGE

No ano de 2010, a produção de cana-de-açúcar concentrou-se em quatro microrregiões - Dourados, Iguatemi, Paranaíba e Alto Taquari - que responderam por 84,0% da produção do estado. Na microrregião de Paranaíba, verificou-se queda em relação a 2008, passando de 10,28% para 6,52%, enquanto a microrregião do Alto do Alto Taquari teve um crescimento significativo, passando de 5,11% em 2008 para 6,34% em 2010.

4.6 Aplicações do Modelo

4.6.1 Coeficientes de Localização e Medidas Regionais

O primeiro indicador de localização a ser analisado será o quociente locacional (QL_{ij}) do emprego formal por subsetor de atividade e por microrregião, o que permite uma avaliação do grau relativo de concentração dos setores nas microrregiões em relação à estrutura do estado, verificando a possibilidade de especialização/diversificação da estrutura produtiva no período de análise. Mais especificamente, essa análise permite demonstrar a importância que cada setor de atividade tem na geração de emprego formal para a microrregião. Na Tabela 16 são apresentados os resultados obtidos a partir dos dados do emprego formal para o ano de 1990.

Tabela 16 - Quociente de localização do emprego formal por microrregiões e setores de atividade de Mato Grosso do Sul de 1990

Microrregião	Extrativa Mineral	Indústria Transfor.	SIUP	Constr Civil	Comércio	Serviços	Adm Pública	Agropec
Baixo Pantanal	10,89	0,88	0,13	0,44	0,92	1,04	0,99	0,34

Aquidauana	0,78	1,51	0,00	0,15	0,80	0,93	0,86	3,78
Alto Taquari	0,00	1,38	0,16	0,15	1,51	0,78	0,86	2,04
Campo Grande	0,25	0,55	1,65	1,39	0,84	1,00	1,25	0,27
Cassilândia	0,00	0,70	0,09	0,23	1,51	0,68	0,55	6,48
Paranaíba	0,10	1,15	0,06	0,06	2,09	0,75	0,64	1,89
Três Lagoas	0,00	1,62	0,09	0,21	0,74	1,58	0,47	1,99
Nova Andradina	0,14	3,33	0,19	0,10	1,12	0,79	0,44	2,46
Bodoquena	1,88	1,69	0,00	0,09	1,04	0,76	1,15	1,24
Dourados	1,69	1,54	0,03	0,82	1,46	0,97	0,55	1,82
Iguatemi	0,18	2,92	0,06	0,25	1,18	0,74	0,52	2,84

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da RAIS.

A microrregião que apresenta um QL_{ij} superior a 1 mostra que ela está mais especializada em determinado setor em relação aos demais setores do Estado. Nesse contexto, os resultados encontrados apontam para uma especialização no setor Indústria Extrativo-Mineral na Microrregião do Baixo Pantanal, seguidas das MRGs de Bodoquena e Dourados.

Na Indústria de Transformação, somente as Microrregiões do Baixo Pantanal, Campo Grande e Cassilândia mostraram não estar especializadas nesse setor. Nos setores de Serviços Industriais e de Utilidade Pública (SIUP) e na Construção Civil, a Microrregião de Campo Grande foi a única que apresentou especialização.

O comércio é o setor de atividade no qual um maior número de microrregiões é especializado, enquanto no setor de serviços as microrregiões que apresentaram maior especialização foram a do Baixo Pantanal, Três Lagoas e Campo Grande. Por fim, com relação ao setor agropecuário, a maioria das microrregiões apresentou especialização, exceto as de Campo Grande e Baixo Pantanal.

Analisando o quociente de localização em 2010, Tabela 17, os resultados apontam para uma redução no número de microrregiões especializadas nos setores da Indústria de Transformação e de Comércio. Por outro lado, um maior número de microrregiões passou a ser especializada no setor de Administração Pública. O setor da Construção Civil continua sendo especializado na microrregião de Campo Grande, com o acréscimo agora da microrregião de Cassilândia. Na Agropecuária, com exceção de Campo Grande, as demais microrregiões são especializadas nesse setor, com uma intensificação da presença do emprego formal comparativamente com 1990. Os resultados sugerem baixa capacidade de mudança no perfil do estado, mais voltado para o setor da Agropecuária, e reduzida diversificação da sua matriz produtiva.

Tabela 17 - Quociente de localização do emprego formal por microrregiões e setores de atividade de Mato Grosso do Sul de 2010

MRGs/Setores	Extrativa Mineral	Indústria Transfor.	SIUP	Constr civil	Comércio	Serviços	Adm.Pública	Agropec
Baixo Pantanal	16,39	0,34	0,25	0,80	0,93	0,89	1,22	1,42
Aquidauana	1,19	0,46	2,52	0,18	1,12	0,56	1,22	2,33
Alto Taquari	0,45	0,74	0,68	0,64	1,11	0,53	0,78	2,89
Campo Grande	0,20	0,59	1,50	1,40	0,96	1,29	1,21	0,31
Cassilândia	0,66	0,92	0,52	1,84	1,18	0,54	0,60	2,38
Paranaíba	0,14	1,99	0,38	0,64	0,91	0,59	0,66	1,75
Tres Lagoas	0,51	1,78	0,45	0,77	0,73	0,86	0,53	1,94
Nova Andradina	0,02	2,01	0,22	0,61	0,94	0,50	0,85	1,53
Bodoquena	5,04	0,44	1,08	0,42	0,99	0,71	1,23	2,07
Dourados	0,37	1,50	0,47	0,54	1,23	0,93	0,69	1,02
Iguatemi	0,52	1,79	0,33	0,37	0,94	0,38	1,07	1,68

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da RAIS.

Não obstante, a análise do QL_{ij} separadamente não fornece uma dimensão de todas as mudanças ocorridas na dinâmica do crescimento de Mato Grosso do Sul. Seria necessário incorporar outros indicadores, relacionando a estrutura dos setores com as diferenças de crescimento nas microrregiões do Estado. Entre estes indicadores, tem-se o coeficiente de localização (CL_i), que mostra o grau de dispersão relativa dos setores produtivos de Mato Grosso do Sul. Assim, é possível dividir o comportamento em dois grupos: setores com maior tendência à concentração espacial (CL_i próximo de 1) e setores com menor tendência à concentração espacial.

Os resultados obtidos pelo CL_i mostram que determinados setores, como a Indústria de Transformação, estavam concentrados em determinadas microrregiões em 1990. Entretanto, em 2010, aumentou a dispersão desse setor pelo estado (Tabela 18).

Tabela 18 - Coeficiente de localização do emprego formal por setores para o estado de Mato Grosso do Sul de 1990 a 2010

Setores	1990	2010
Extrativo-Mineral	0,2756	0,6480
Indústria de Transformação	0,6015	0,2583
Minerais Não Metálicos	0,3955	0,2339
Metalúrgica	0,2589	0,2696
Mecânica	0,4067	0,3708
Eletrônico e de Comunicação	0,3460	0,7414
Material de Transporte	0,1985	0,2973
Madeira e Mobiliário	0,4482	0,3633
Papel e Gráfico	0,0538	0,4072
Borracha, Fumo e Couro	0,2224	0,1612
Química	0,6450	0,4748
Têxtil	0,1452	0,3023
Calçados	0,4191	0,8816
Alimentos e Bebidas	0,3049	0,2732
Serviços Industriais e de Utilidade Pública	0,3831	0,2728
Construção Civil	0,2273	0,2132
Comércio Varejista	0,1239	0,0486
Comércio Atacadista	0,1547	0,1178
Instituições Financeiras	0,1319	0,1043
Administração Técnica e Profissional	0,0639	0,2376
Transportes e Comunicações	0,0983	0,0842
Alojamento	0,1183	0,1354
Médico, Odontológico e Veterinário	0,3146	0,1725
Ensino	0,1047	0,2062
Administração Pública	0,1487	0,1239
Agropecuária	0,4626	0,3324

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da RAIS.

Dentro da Indústria de Transformação, os subsetores com maior tendência à concentração espacial, em 1990, foram Química, Calçados, Madeira e Mobiliário, Mecânica e Minerais não-Metálicos, enquanto os subsetores com maior dispersão relativa foram Papel e Gráfico, Têxtil e Material de Transporte.

Em 2010, observa-se maior dispersão na maioria dos setores, como o de Serviços Industriais e de Utilidade Pública, Comércio (varejista e atacadista), Médico, Odontológico e Veterinário e Agropecuária. Um número reduzido de setores apresentou maior tendência à concentração, como os setores Extrativo-Mineral, de Administração Técnica e Profissional e de Ensino.

Uma forma alternativa de desagregar os dados em nível setorial é utilizar o coeficiente de redistribuição ($CRed_i$) (Tabela 19). Esse coeficiente, que apresenta a vantagem de fornecer uma comparação ao longo do tempo, analisa a ocorrência de um padrão de concentração ou dispersão espacial dos setores analisados em que valores próximos a zero significam que não ocorreram mudanças significativas.

Tabela 19 - Coeficiente de redistribuição do emprego formal por setores para o estado de Mato Grosso do Sul de 1990/2010.

Setores	1990/2000	2000/2010	1990/2010
Extrativo-Mineral	0,0828	0,0810	0,1265
Indústria de Transformação	0,3366	0,2124	0,2490
Minerais Não Metálicos	0,2031	0,1295	0,2254
Metalúrgica	0,2725	0,1635	0,3560
Mecânica	0,5133	0,4666	0,5070
Eletrônico e de Comunicação	0,4302	0,8731	0,5241
Material de Transporte	0,4956	0,3795	0,4842
Madeira e Mobiliário	0,4067	0,1829	0,4500
Papel e Gráfico	0,0637	0,4246	0,4601
Borracha, Fumo e Couro	0,1832	0,1460	0,2176
Química	0,6828	0,4714	0,6822
Têxtil	0,4310	0,1680	0,3873
Calçados	0,7353	0,3572	0,8230
Alimentos e Bebidas	0,1378	0,1070	0,1396
Serviços Industriais e de Utilidade Pública	0,1863	0,0887	0,2535
Construção Civil	0,1055	0,1067	0,1765
Comércio Varejista	0,0477	0,0250	0,0597
Comércio Atacadista	0,0986	0,0695	0,1043
Instituições Financeiras	0,1054	0,0435	0,0716
Administração Técnica e Profissional	0,1333	0,1154	0,1082
Transportes e Comunicações	0,0544	0,1412	0,1431
Alojamento	0,1071	0,0685	0,1701
Médico, Odontológico e Veterinário	0,3010	0,1085	0,3479
Ensino	0,2064	0,1270	0,1055
Administração Pública	0,0859	0,0860	0,1587
Agropecuária	0,1632	0,0491	0,1822
Total	0,0743	0,0550	0,1262

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da RAIS.

Para o período de 1990/2000, os setores que apresentaram maiores $CRed_i$, ou seja, maiores mudanças significativas foram os setores da Indústria de Transformação (principalmente os subsetores de Calçados, Química e Mecânica), Médico, Odontológico e Veterinário e Ensino. Já os setores que tiveram menores $CRed_i$, nesse subperíodo foram Comércio, Transportes e Comunicações, Administração Pública e Extrativo-Mineral. No subperíodo de 2000/2010, a maioria dos setores apresentou redução nesse coeficiente. Isso implica que a tendência de maior redistribuição espacial se desacelera nesse período, comparativamente ao período anterior. As exceções estão nos subsetores da indústria de transformação (como de Papel e Gráfico, Eletrônico e Comunicação) e no setor de Transporte e Comunicações.

Em síntese, para o período total de análise, 1990/2010, observa-se uma redistribuição dos setores produtivos, reduzindo as disparidades de sua distribuição em relação ao estado.

Para a verificação do comportamento do emprego formal pelas microrregiões, foram utilizadas medidas regionais, como o coeficiente de especialização (CE_j) e o de reestruturação (Cr_j). Assim, é possível medir a relação entre o grau de especialização das economias regionais em determinado setor e as semelhanças (ou diferenças) entre as microrregiões. Os resultados obtidos para o CE_j são apresentados na Tabela 20.

Tabela 20 - Coeficiente de especialização do emprego formal, por microrregiões do estado de Mato Grosso do Sul de 1990 a 2010

Microrregiões	1990	2000	2010
Baixo Pantanal	0,2100	0,1703	0,1914
Aquidauana	0,2156	0,2390	0,2609
Alto Taquari	0,2341	0,3162	0,2427
Campo Grande	0,1215	0,1616	0,1477
Cassilândia	0,3747	0,2426	0,2679
Paranaíba	0,2950	0,2725	0,2353
Três Lagoas	0,3143	0,2628	0,2792
Nova Andradina	0,3758	0,2366	0,2226
Bodoquena	0,2509	0,2180	0,2212
Dourados	0,2192	0,1931	0,1560
Iguatemi	0,3418	0,2381	0,2270

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da RAIS.

A maioria das microrregiões apresentou uma discrepância entre sua estrutura produtiva microrregional e a estrutura produtiva do estado. Estas discrepâncias são verificadas por valores elevados do CE_j em 1990, com destaque para as microrregiões de Nova Andradina, Cassilândia, Três Lagoas e Paranaíba. Para o mesmo ano, as microrregiões com menores valores do CE_j foram as de Campo Grande, Baixo Pantanal e Dourados.

As microrregiões que tiveram queda no CE_j , de 1990 a 2000 foram Baixo Pantanal, Cassilândia, Paranaíba, Três Lagoas, Nova Andradina, Bodoquena e Dourados. Já as que tiveram aumento no CE_j para os mesmos anos foram Aquidauana, Alto Taquari e Campo Grande.

Em geral, a tendência verificada de 1990 a 2010 foi de redução no CE_j , o que significa menores discrepâncias entre as microrregiões, embora permaneçam diferenças significativas entre as estruturas das economias regionais e a estrutura do estado.

Para avaliar o grau de mudança na especialização das microrregiões do estado, ao longo do tempo, foi utilizado o Cr_j com o objetivo de verificar as modificações estruturais ocorridas no período 1990/2010 (Tabela 21).

Tabela 21 - Coeficiente de reestruturação do emprego formal por microrregiões do estado de Mato Grosso do Sul de 1990/2010

Microrregião	1990/2000	2000/2010	1990/2010
Baixo Pantanal	0,2751	0,1297	0,2528
Aquidauana	0,2836	0,1875	0,2508
Alto Taquari	0,4180	0,1548	0,3103
Campo Grande	0,1737	0,0901	0,1980
Cassilândia	0,2158	0,1361	0,2325
Paranaíba	0,3373	0,1883	0,3841
Três Lagoas	0,3617	0,2374	0,3823
Nova Andradina	0,3276	0,1307	0,3209
Bodoquena	0,3028	0,0957	0,2763
Dourados	0,1923	0,1241	0,1646
Iguatemi	0,3168	0,1122	0,3290

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da RAIS.

Para todas as microrregiões, o Cr_j apresentou uma queda se comparado 1990/2000 com 2000/2010. Isso aponta, novamente, para uma redução das disparidades entre as microrregiões e o Estado. Há uma maior homogeneidade na estrutura das microrregiões na década de 2000/2010, atenuando as discrepâncias em termos de estrutura verificadas no primeiro subperíodo de 1990/2000.

4.6.2 A análise estrutural-diferencial no estado e nas microrregiões de Mato Grosso do Sul 1990-2010

4.6.2.1 Método Estrutural-Diferencial Simples

As taxas de crescimento do emprego formal nas microrregiões do estado de Mato Grosso do Sul são mostradas na Tabela 22. A análise mostra que no período analisado o setor com melhor desempenho é o da Agropecuária, com uma taxa de crescimento de 7,69%, seguido dos setores da Indústria e de Serviços, respectivamente. Cabe destacar que as maiores taxas de crescimento do emprego formal ocorreram no setor da Agropecuária nas microrregiões de Baixo Pantanal (23,28%), Bodoquena (19,72%) e Alto taquari (19,03%), enquanto na indústria as maiores taxas de crescimento estiveram associadas às microrregiões de Cassilândia (19,44%), Paranaíba (14,15%) e Três Lagoas (7,35%). A taxa estadual de crescimento do emprego formal total para as microrregiões do estado foi de 2,91%.

Uma possível explicação para o bom desempenho da agropecuária pode ser encontrado analisando-se as transformações da agricultura sul-mato-grossense. A análise das últimas décadas do século XX sugere que o crescimento das atividades produtivas comerciais ocorreram a partir da produção em grande escala, visando o mercado internacional e a agroindústria. Assim, Mato Grosso do Sul se configurou como uma economia regional produtora e exportadora de produtos primários, sendo que a cultura de grãos (especialmente a

soja) e os derivados de animais (principalmente bovinos) têm grande peso na pauta, juntamente com os produtos minerais. Ou seja,

[...] nem todos os setores e nem todas as economias regionais seguiram a tendência da “década perdida”, pois a agricultura e o agribusiness, através da atração de capitais pela fronteira agrícola possibilitou a agroindustrialização de novas economias regionais no Brasil. Neste contexto, Mato Grosso do Sul segue a dinâmica econômica da nova fronteira agrícola e do agronegócios (PAVÃO, 2005, p. 199).

Com relação à estrutura industrial, observa-se que em meados da década de 1990 o estado tinha nas áreas tradicional e de *commodities* os principais setores industriais, indicando assim a insipiência da indústria de transformação local.²³ Apesar do desenvolvimento industrial recente, a dinâmica econômica sul-mato-grossense permanece em grande parte determinada pelas flutuações do comércio internacional, por políticas protecionistas dos países consumidores, pela política econômica nacional, por questões de câmbio e das intempéries climáticas. Esse conjunto de fatores interfere na produção e na produtividade dos distintos setores.

Os resultados positivos da primeira década do século corrente estão associados ao *boom* das *commodities*, impulsionado principalmente pelo aquecimento da demanda internacional, sobretudo por parte do mercado chinês.

²³ Do total das grandes agroindústrias instaladas em Mato Grosso do Sul, 47% estavam no setor de carne e couro, 33% no de soja e 20% nos demais setores, enquanto que a distribuição das empresas por tipo apresenta a seguinte distribuição: 51% de empresas nacionais, 36% de empresas regionais, 7% de cooperativas, 4% de empresas internacionais e 2% de empresas nordestinas (CASTRO; FONSECA, 1994).

Tabela 22 - Matriz das taxas de crescimento do emprego formal por setores de atividades econômicas nas microrregiões do MS, 1990 /2010

Microrregiões	Indústria	Serviços	Agricultura	Total dos Setores
Baixo Pantanal	1,55	1,89	23,28	2,13
Aquidauana	1,25	2,33	3,95	2,42
Alto Taquari	5,37	3,51	19,03	5,07
Campo Grande	3,14	2,20	7,17	2,37
Cassilândia	19,44	5,02	6,26	6,43
Paranaíba	14,15	2,88	11,76	4,80
Tres Lagoas	7,35	2,53	10,07	3,91
Nova Andradina	4,84	4,10	7,71	4,70
Bodoquena	2,58	3,87	19,72	4,46
Dourados	4,20	2,94	4,94	3,33
Iguatemi	4,42	3,98	7,01	4,46
Total do estado	3,91	2,48	7,69	2,91

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da RAIS.

Para identificar as diferentes forças que atuam no crescimento do emprego regional, utilizou-se o método diferencial-estrutural. Essa metodologia permite ressaltar algumas características regionais bem como as diferenças em termos da taxa de crescimento, por setores de atividades econômicas, entre as regiões (Tabela 23).

Tabela 23 - Decomposição setorial da variação diferencial do emprego formal por setores de atividade nas microrregiões do MS, 1990/2010

Microrregião	Indústria	Serviços	Agropecuária	Total dos Setores
Baixo Pantanal	-4354,19	-4374,16	2087,96	-6640,40
Aquidauana	-1998,42	-519,64	-2919,90	-5437,96
Alto Taquari	813,88	3364,28	4022,51	8200,66
Campo Grande	-10195,74	-27339,42	-661,05	-38196,21
Cassilândia	2594,85	3714,08	-863,30	5445,63
Paranaíba	3880,98	1122,72	1112,75	6116,44
Três Lagoas	6003,65	383,93	2171,97	8559,56
Nova Andradina	1174,85	3822,10	6,93	5003,88
Bodoquena	-691,64	3189,06	1839,76	4337,19
Dourados	1682,19	9860,12	-6188,43	5353,88
Iguatemi	1089,59	6776,93	-609,19	7257,32

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da RAIS.

As microrregiões que apresentaram variação negativa de emprego para todos os setores foram Aquidauana (-5.437,96), Baixo Pantanal (-6640,40) e Campo Grande (-38.196,21). Essa última registrou o pior resultado na decomposição da variação diferencial no período analisado. Por outro lado, as microrregiões que apresentaram maior variação positiva de emprego para todos os setores foram Três Lagoas, Alto Taquari e Iguatemi. Estas microrregiões cresceram acima da média do estado e possuem vantagem locais em

termos diferenciais, com destaque para a microrregião de Três Lagoas. No caso específico dessa última microrregião, cumpre destacar que a variação positiva se explica em função de o município de Três Lagoas apresentar perfil agroindustrial, destacando-se por ser um pólo de crescimento em expansão.

A Tabela 24 apresenta o efeito estrutural que mostra os setores que cresceram mais rapidamente que os demais em termos de emprego formal.

Tabela 24 - Decomposição setorial da variação estrutural do emprego formal por setores nas microrregiões do MS, 1990/2010

Microrregião	Indústria	Serviços	Agropecuária	Total dos Setores
Baixo Pantanal	1.851,22	-3158,25	641,71	-665,32
Aquidauana	753,68	-1458,77	3.730,52	3025,44
Alto Taquari	556,76	-1394,86	1.700,04	861,95
Campo Grande	13.259,39	-42201,99	6.062,70	-22879,90
Cassilândia	166,93	-623,73	2.878,10	2421,31
Paranaíba	378,84	-1206,98	1.312,15	484,01
Três Lagoas	1.744,26	-3574,92	4.386,59	2555,94
Nova Andradina	1251,47	-1007,59	1.973,01	2216,89
Bodoquena	519,78	-975,64	732,70	276,84
Dourados	5.740,57	-9207,61	10.741,41	7274,37
Iguatemi	2.112,11	-1926,56	4.242,93	4428,48

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da RAIS.

Analisando os resultados, é possível observar que as microrregiões que registraram variação negativa para o total dos setores foram novamente Baixo Pantanal (-665) e Campo Grande (-22.879). Para ambas as regiões, esse resultado decorre do baixo desempenho do setor de serviços, sendo que, para a última região mencionada, este setor apresentou o pior resultado entre os setores e entre as regiões, registrando uma queda de 42.201 de empregos formais. Outras regiões apresentaram desempenho negativo nesse setor, ou seja, diminuição do número de empregos, ainda que ele não tenha sido suficientemente capaz de reverter os efeitos positivos sobre o emprego advindo dos demais setores. Cumpre observar, também, que, no setor da indústria e da agropecuária, todas as microrregiões apresentaram efeito estrutural positivo.

A variação líquida total negativa pode ser explicada pelo efeito combinado de uma variação diferencial com uma variação estrutural também desfavorável. Dessa forma, como observado para as microrregiões de Campo Grande e Baixo Pantanal, ambas apresentam variação negativa, com destaque para esta última. Isso indica que essas microrregiões não apresentam vantagens locais.

As microrregiões que apresentaram variação diferencial e estrutural positiva, ou seja, ganhos no número de emprego, foram Alto Taquari, Cassilândia, Paranaíba, Três Lagoas,

Nova Andradina, Bodoquena Dourados e Iguatemi. A região que registrou variação estrutural positiva, com variação diferencial negativa superior, foi Aquidauana, de tal forma que houve perda no número de empregos (Tabela 25).

Tabela 25 - Padrões regionais de crescimento do emprego formal nas microrregiões do MS, 1990/2010

Microrregiões	Varição Líquida Total	Varição Diferencial	Varição Estrutural
Baixo Pantanal	-7.306	-6640,40	-665,32
Aquidauana	-2.413	-5437,96	3025,44
Alto Taquari	9.063	8200,66	861,95
Campo Grande	-61.076	-38196,21	-22879,90
Cassilândia	7.867	5445,63	2421,31
Paranaíba	6.600	6116,44	484,01
Três Lagoas	11.116	8559,56	2555,94
Nova Andradina	7.221	5003,88	2216,89
Bodoquena	4.614	4337,19	276,84
Dourados	12.628	5353,88	7274,37
Iguatemi	11.686	7257,32	4428,48

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da RAIS.

4.6.2.2 Método Estrutural-Diferencial Ampliado

A seguir apresenta-se para as microrregiões uma análise setorial baseada na desagregação de doze subsetores (Tabela 26). Como pode ser observado, para o total dos setores analisados, observa-se que Agropecuária (6,69%), Médico, Odontológico e Veterinário (5,89%) e Indústria (3,28%) foram os que obtiveram as maiores taxas de crescimento no emprego. Por outro lado, o subsetor Instituições Financeiras foi o que mais desempregou, apresentando taxas negativas para todas as microrregiões.

Do ponto de vista das microrregiões, é possível observar que todas tiveram taxas de crescimento positivas ao longo do período analisado. Nesse contexto, as que apresentaram as maiores taxas de crescimento do emprego foram Cassilândia (5,24%), Alto Taquari (3,97%) e Paranaíba (3,73%).

Ademais, os resultados mostram que praticamente todas as microrregiões apresentaram taxas de crescimento do emprego para o total dos setores acima da taxa registrada pelo estado (1,83%), exceto as microrregiões do Baixo Pantanal (1,13%), Campo Grande (1,27%) e Aquidauana (1,46%). Isso implica que a maioria das MRGs teve taxa de crescimento expressivo, ou seja, apresentou setores com dinamismo superior à média do estado.

Tabela 26 – Taxas de crescimento do emprego formal de 1990 a 2010 por setores de atividades e microrregiões de Mato Grosso do Sul

Setores/MRG's	Baixo Pantanal	Aquidauana	Alto Taquari	Campo Grande	Cassilândia	Paranaíba	Três Lagoas	Nova Andradina	Bodoquena	Dourados	Iguatemi	Total MS
Indústria	0,26	0,17	3,39	2,87	12,58	12,10	5,84	3,45	1,10	3,66	3,31	3,28
Construção Civil	3,09	2,06	22,21	1,54	53,38	51,80	13,89	29,11	20,23	1,31	5,89	2,09
Comércio Varejista	1,96	2,81	2,81	2,06	6,37	1,65	3,50	2,99	3,32	2,14	2,75	2,31
Comércio Atacadista	-0,36	-0,07	2,94	0,61	0,27	-0,60	0,58	3,32	4,18	0,91	1,94	0,65
Instituições Financeiras	-0,40	-0,45	-0,34	-0,13	-0,27	-0,46	-0,17	-0,39	-0,37	-0,28	-0,48	-0,24
Admin. téc. e Profissional	0,60	0,10	1,14	1,91	3,46	9,09	4,67	0,66	0,32	0,98	-0,15	1,82
Transportes e Comunicações	0,76	0,49	3,00	1,24	64,00	1,36	3,08	5,21	3,69	2,29	8,16	1,66
Alojamento e Comunicações	-0,03	0,01	2,53	0,62	3,62	1,33	-0,53	2,41	11,36	2,35	1,76	0,69
Médico Odont. e Veterinário	7,37	3,94	5,08	13,09	3,20	6,35	7,42	0,45	1,08	2,06	0,46	5,89
Outros serviços	2,63	4,45	3,29	-0,33	3,33	3,28	3,29	2,83	3,76	4,25	3,31	-0,14
Administração Pública	1,06	1,71	2,62	0,81	4,52	2,92	2,43	6,13	2,76	2,33	6,22	1,29
Agropecuária	22,28	2,95	18,03	6,17	5,26	10,76	9,07	6,71	18,72	3,94	6,01	6,69
Total	1,13	1,46	3,97	1,27	5,24	3,73	2,87	3,63	3,37	2,25	3,43	1,83

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da RAIS.

A Tabela 27 apresenta o efeito setorial. De modo geral, este efeito indica que as microrregiões que apresentaram resultados positivos possuem uma estrutura produtiva composta por setores considerados dinâmicos ou líderes em nível estadual, enquanto as que apresentaram resultados negativos possuem setores pouco dinâmicos. Com base na Tabela 27, observa-se, em primeiro lugar, que os setores que mais empregaram foram a Indústria (7.527), a Agropecuária (6.570) e o Comércio Varejista (5.331). Em segundo, é possível observar que para o total de setores analisados a maioria das microrregiões obteve ganhos na composição setorial, exceto as MRGs do Baixo Pantanal e de Aquidauana.

As MRGs com maior expansão no total do emprego foram: i) Dourados, com 12.688, com destaque para os subsectores do Comércio Varejista (2.727), Indústria (1.977) e Administração Pública (2.100); ii) Iguatemi, com 12.042, com destaque para a Indústria (3.241), Comércio Varejista (2.347), Administração Pública (1.902) e agropecuária (1.419); iii) Três Lagoas, com 11.571, com destaque para Alojamento e Comunicação (3.777), Indústria (1.712), Administração pública (1.662) e Comércio varejista (1.295).

Tabela 27 - Efeito setorial nas microrregiões do estado de Mato Grosso do Sul por setores de atividade

Setores/MRGs	Baixo Pantanal	Aquidauana	Alto Taquari	Campo Grande	Cassilândia	Paranaíba	Três Lagoas	Nova Andradina	Bodoquena	Dourados	Iguatemi	Total MS
Indústria	-1.159	-266	1.134	-3.311	488	704	1.712	2.223	784	1.977	3.241	7.527
Construção Civil	-134	-13	62	-4.071	82	19	115	34	20	485	142	-3.257
Comércio Varejista	-755	-242	2.245	-7.930	1.366	2.003	1.295	1.417	858	2.727	2.347	5.331
Comércio Atacadista	-369	-34	299	-2.012	785	599	312	106	34	732	306	758
Instituições Financeiras	-195	-80	636	-2.355	649	441	302	413	388	754	889	1.840
Adm tec prof	-303	-59	417	-4.544	290	185	829	375	173	826	714	-1.097
Transportes e Comum	-601	-38	286	-3.066	27	258	430	182	168	505	179	-1.670
Alojamento e Comunic	-819	-290	586	-8.147	389	538	3.777	391	136	1.086	621	-1.732
Med odon vet	-47	-24	159	-476	157	82	109	350	185	417	224	1.136
Outros Serviços	-105	-46	299	-2.222	440	246	152	254	193	63	215	-511
Administração Pública	-1.980	-477	2.350	-23.946	1.280	1.288	1.662	977	1.597	2.100	1.902	-13.248
Agropecuária	-94	-288	763	-705	2.052	523	959	743	236	962	1.419	6.570
Total	-6.561	-1.831	8.992	-63.209	7.620	6.651	11.571	7.266	4.579	12.688	12.042	1.647

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da RAIS.

Quanto ao efeito competitivo, Tabela 28, verificou-se que somente cinco setores registraram competitividade a nível estadual Comércio Atacadista, Administração Técnica e Profissional, Transporte e Comunicação, Alojamento e Comunicação e Administração Pública.

Os setores que registraram efeito competitivo negativo mostram que a região apresenta características que prejudicaram o seu desempenho, não existindo vantagens locais, como, por exemplo, estímulos fiscais, custos diferenciados de transportes, recursos naturais, entre outros. Notadamente, os setores da Agropecuária e de Instituições Financeiras foram os setores que apresentaram efeito competitivo negativo para todas as MRGs e para o total do estado.

Os setores que apresentaram efeito competitivo negativo e cresceram abaixo da média estadual foram: Comércio Atacadista (Alto Taquari, Cassilândia, Três Lagoas, Nova Andradina, Dourados, Iguatemi); Transporte e Comunicação (Baixo Pantanal, Aquidauana, Alto Taquari, Campo Grande, Paranaíba); Alojamento e Comunicação (Alto Taquari, Cassilândia, Paranaíba, Nova Andradina, Iguatemi); e Administração Pública (Baixo Pantanal, Alto Taquari, Campo Grande, Cassilândia, Paranaíba, Três Lagoas, Bodoquena).

Os setores que tiveram desempenho positivo no maior número de microrregiões foram Administração Técnica e Profissional, seguido dos setores de Administração Pública, Indústria e Comércio Atacadista. Por outro lado, o setor da Construção Civil somente apresentou efeito competitivo positivo na MRG de Dourados.

Para a indústria, as microrregiões que apresentaram efeito competitivo positivo foram: Baixo Pantanal, Aquidauana, Alto Taquari, Nova Andradina, Bodoquena e Iguatemi. Para as demais, houve perda de competitividade.

Tabela 28 - Efeito competitivo nas microrregiões do estado de Mato Grosso do Sul por setores de atividade, 1990-2010.

Setores/MRGs	Baixo Pantanal	Aquidauana	Alto Taquari	Campo Grande	Cassilândia	Paranaíba	Três Lagoas	Nova Andradina	Bodoquena	Dourados	Iguatemi	Total MS
Indústria	774	1.025	2.420	-62.151	-26.963	-53.208	-39.737	975	4.139	-33.766	1.046	-157.017
Construção Civil	-1.942	-263	-27.606	-3.218	-91.534	-58.630	-34.255	-33.811	-13.533	3.674	-4.455	-7.518
Comércio Varejista	-2.647	-3.562	5.872	-33.916	-4.977	6.614	-5.653	2.777	182	2.255	5.006	-50.158
Comércio Atacadista	-935	-18	605	-11	347	-1.109	936	125	-207	1.139	952	2.561
Instituições Financeiras	-869	-734	-1.396	-9.406	-908	-1.197	-934	-1.066	-1.165	-6.107	-2.920	-25.871
Adm tec prof	279	465	3.286	-10.860	1.826	-9.003	-9.026	2.750	1.884	5.522	4.336	158
Transportes e Comum	82	242	964	244	-60.347	1.471	-454	-1.674	-232	-151	-8.998	3.275
Alojamento e Comunic	-1.007	-682	2.170	-338	1.815	2.272	-12.495	1.516	-12.458	-671	3.158	10.553
Med odon vet	-6.114	-1.357	-1.078	-206.889	1.164	-1.999	-9.035	1.564	983	756	2.879	-117.738
Outros serviços	-265	-1.216	253	-9.620	667	151	-158	238	-144	-946	42	-10.246
Administração Pública	160	-635	7.834	9.506	3.078	3.622	4.206	-15.740	2.604	-1.598	-34.242	49.681
Agropecuária	-100.209	-4.046	-116.699	-151.940	-74	-31.412	-73.305	-13.463	-63.312	-27.354	-20.545	-483.623

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da RAIS.

A Tabela 29 apresenta o Efeito Alocação (EA). Este efeito foi negativo para o total da microrregião de Campo Grande (-52.073). Contudo, para as demais microrregiões este efeito foi positivo, com destaque para as MRGs do Alto Taquari (59.420), Três Lagoas (49.116), Cassilândia (32.764) e Bodoquena (25.918). Em linhas gerais, isso significa que as estruturas produtivas dessas microrregiões estão especializadas em setores dinâmicos. O que se percebe com relação à MRG de Campo Grande (onde está localizada a capital do estado) é que ela tem enfrentado um processo de desaglomeração das atividades produtivas que tendem a se deslocar para outras MRGs. Uma possível explicação para essa tendência é o fato de alguns

setores não encontrarem mais vantagens para se localizar nesta MRG em consequência do preço dos aluguéis e da falta de mão de obra especializada, por exemplo²⁴.

Tabela 29 - Efeito Alocação nas microrregiões do estado de Mato Grosso do Sul por setores de atividade

Setores/MRGss	Baixo Pantanal	Aquidauana	Alto Taquari	Campo Grande	Cassilândia	Paranaíba	Três Lagoas	Nova Andradina	Bodoquena	Dourados	Iguatemi
Indústria	1.465	1.638	628	-17190	-1602	18373	12012	-303	2763	7269	-264
Construção Civil	15	-200	-4651	946	30632	-9315	-1797	-6119	-4884	1942	-2095
Comércio Varejista	5	550	245	892	343	1582	-1012	273	5	-130	536
Comércio Atacadista	412	140	-99	-548	874	1870	830	23	-76	-744	134
Instituições Financeiras	-94	53	743	-1943	713	660	241	569	462	865	1326
Adm tec prof	234	640	2583	4006	930	-70	2858	2554	2006	3164	6428
Transportes e Comum	-82	244	316	-34	-647	918	-15	-173	-13	-2	-876
Alojamento e Comunic	420	446	570	-2558	664	1150	12928	506	2822	234	1527
Med odon vet	-363	-230	-327	47737	657	-684	-2483	1621	663	167	2909
Outros serviços	698	1737	-279	893	-729	-175	179	-287	173	1244	-44
Administração Pública	-64	170	1554	-2743	901	968	1511	-487	-252	-250	3723
Agropecuária	23211	1.629	58137	-81531	28	8047	23864	2309	22249	-1456	4625
Total	25857	6817	59420	-52073	32764	23324	49116	486	25918	12303	17929

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da RAIS.

A análise do efeito alocação se completa com estudos dos sinais, indicando a existência de vantagem/desvantagem competitivas, bem como especialização/não especialização²⁵. As Tabelas 30, 31, 32 e 33 mostram as possíveis alternativas para o efeito alocação, para as microrregiões e setores²⁶.

Tabela 30 - Vantagem competitiva especializada (alternativa 1)

Setores	Microrregiões
Indústria	Paranaíba, Três Lagoas, Dourados.
Construção civil	Baixo Pantanal, Campo Grande, Cassilândia
Comércio varejista	Baixo Pantanal.
Adm tec prof	Campo Grande, Três Lagoas.
Alojamento e comunic	Bodoquena, Dourados
Med odon vet	Baixo Pantanal, Campo Grande

²⁴ Cabe destacar que essa justificativa é corroborada por Souza e Souza (2004) e Lima e Simões (2011), entre outros, que mostram que fatores desaglomerativos à densidade urbana presente na região/microrregião podem “expulsar” atividades menos lucrativas para áreas circunvizinhas e/ou para seu entorno, indicando um processo de interiorização.

²⁵ Ver metodologia capítulo 2.

²⁶ Possíveis alternativas quanto ao efeito alocação nos anexos 8 e 9.

Outros serviços	Baixo Pantanal, Aquidauana, Três Lagoas
Administração Pública	Aquidauana, Bodoquena, Dourados, Iguatemi.
Agropecuária	Baixo Pantanal, Aquidauana, Alto Taquari, Cassilândia, Paranaíba, Três Lagoas, Nova Andradina, Bodoquena, Iguatemi

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da RAIS.

A agropecuária foi o setor com vantagem competitiva com a maior frequência, estando presente em nove das onze microrregiões. Isso implica que este setor vem crescendo acima da média do estado nessas MRGs. Cumpre destacar que o perfil dessas MRGs está voltado para a pecuária bovina e para a agricultura, em especial, no que se refere ao cultivo da soja, milho e cana-de-açúcar.

Destaca-se, também, o fato de a indústria apresentar vantagens competitivas especializadas nas microrregiões de Paranaíba, Três Lagoas e Dourados. Essas regiões têm se destacado como centros agroindustriais e fazem parte dos pólos econômicos salientes principalmente nas agroindústrias frigoríficas e laticínios, alimentos e têxteis.

Tabela 31 - Vantagem competitiva não especializada (alternativa 2)

Setores	Microrregiões
Indústria	Campo Grande, Cassilândia.
Construção civil	Aquidauana Alto Taquari, Paranaíba, Três Lagoas, Nova Andradina, Bodoquena, Iguatemi.
Comércio varejista	Aquidauana, Campo Grande, Três Lagoas
Comércio atacadista	Campo Grande, Bodoquena
Adm tec prof	Paranaíba.
Transportes e comum	Cassilândia, Três Lagoas, Nova Andradina, Bodoquena, Dourados, Iguatemi.
Med odon vet	Aquidauana, Alto Taquari Paranaíba, Três Lagoas,
Administração Pública	Nova Andradina, Dourados.
Agropecuária	Campo Grande, Dourados.

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da RAIS.

A alternativa 2 mostra que, de um modo geral, as MRGs não são especializadas em setores nos quais têm competitividade, destacando entre eles os setores da Construção Civil, Transportes e Comunicação e Médico, Odontológico e Veterinário como os que possuem maior frequência entre as microrregiões. Ressaltam-se a Indústria e o Comércio Atacadista na MRG de Campo Grande, bem como Transportes e Comunicação nas microrregiões, que se destacam como pólos econômicos (Três Lagoas, Nova Andradina e Dourados). Entende-se que essas regiões deveriam mudar suas estruturas produtivas, aumentando os incentivos naqueles setores em que elas possuem competitividade.

Tabela 32 - Desvantagem competitiva especializada (alternativa 3)

Setores	Microrregiões
Indústria	Nova Andradina, Iguatemi.
Comércio varejista	Dourados,
Comércio atacadista	Alto Taquari, Dourados,
Instituições financeiras	Baixo Pantanal, Campo Grande, Dourados,
Transportes e comum	Baixo Pantanal, Campo Grande.
Alojamento e comunic	Campo Grande.
Outros serviços	Alto Taquari, Cassilândia, Paranaíba, Nova Andradina
Administração Pública	Baixo Pantanal, Campo Grande, Bodoquena,

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da RAIS.

De modo geral, um pequeno número de MRGs apresenta desvantagem competitiva especializada. Isso significa que essas MRGs são especializadas em setores que apresentam desvantagens competitivas, como se observa nos setores Instituições Financeiras, Outros Serviços e Administração Pública.

Tabela 33 - Desvantagem competitiva não especializada (alternativa 4)

Setores	Microrregiões
Indústria	Baixo Pantanal, Aquidauana, Alto Taquari Bodoquena.
Comércio varejista	Alto Taquari Cassilândia, Paranaíba, Nova Andradina Bodoquena, Dourados, Iguatemi.
Comércio atacadista	Baixo Pantanal, Aquidauana, Cassilândia, Paranaíba, Três Lagoas, Nova Andradina ,Iguatemi.
Instituições financeiras	Aquidauana, Alto Taquari ,Cassilândia, Paranaíba, Três Lagoas, Nova Andradina Bodoquena, Iguatemi.
Adm. Tec. Prof	Baixo Pantanal, Aquidauana Alto Taquari, Cassilândia, Nova Andradina, Bodoquena, Dourados, Iguatemi.
Transportes e comum	Aquidauana, Alto Taquari, Paranaíba.
Alojamento e comunic	Baixo Pantanal, Aquidauana, Alto Taquari, Cassilândia, Paranaíba, Três Lagoas, Nova Andradina, Iguatemi.
Med odon vet	Baixo Pantanal, Cassilândia, Nova Andradina, Dourados, Iguatemi.
Outros serviços	Campo Grande, Bodoquena, Iguatemi.
Administração Pública	Alto Taquari Cassilândia, Paranaíba, Três Lagoas.

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da RAIS.

A alternativa 4 mostra que em grande parte das microrregiões existem desvantagens competitivas não especializadas principalmente nos seguintes setores: Administração Pública, Comércio Varejista, Comércio Atacadista, Instituições Financeiras, Administração Técnica e Profissionalizante, Transportes e Comunicações, Alojamento e Comunicações, Médico Odontológico e Veterinário. Esses setores apresentam baixo dinamismo.

Ademais, observa-se que a desvantagem competitiva não especializada está relacionada principalmente ao setor (subsetores) de Serviço(s). Ou seja, ainda que este setor apresente maior participação na composição do PIB, é marcante seu baixo dinamismo. Isso pode ser explicado pelo reduzido número de estabelecimentos em algumas microrregiões, bem como pela impossibilidade de produção de grande escala dado o reduzido tamanho do mercado, o que impede os ganhos crescentes de escala e de produtividade associados a um maior nível de produção (oferta de serviços). Ademais, em muitas dessas microrregiões a concorrência é quase nula, o que desestimula os investimentos e a busca por competitividade.

4.6.2.2 Método Estrutural-Diferencial para os Setores e Subsetores da Indústria de transformação

Nesta seção, utiliza-se o estrutural-diferencial modificado para os setores e subsectores da indústria de transformação do Mato Grosso do Sul, entre 1990 e 2010 (Tabela 34). Como observado, no conjunto do Estado o efeito setorial foi positivo, indicando que ele se especializou em setores mais dinâmicos. E entre estes setores, destacam-se: Indústria de Transformação (7.818), Agropecuária (6.473), Comércio Varejista (5.347), Instituições Financeiras (1.853) e Médico, Odontológico e Veterinário (1.131). Na Indústria de Transformação, os subsectores que se sobressaíram foram Alimentos e Bebidas (3.085), Madeira e Mobiliário (2.032) e Química (1.915).

O efeito competitivo foi negativo para a maioria dos setores, indicando que há setores que cresceram a taxas inferiores ao crescimento do estado, seja ele dinâmico ou não. Os setores com maior efeito competitivo negativo foram Agropecuária (-475.749), Ensino (-372.652), Indústria de Transformação (-183.560), Médico, Odontológico e Veterinário (-115.444) e Comércio Varejista (-41.884). Ademais, destaca-se o efeito negativo setor da Indústria de Transformação (-183.560), provocado principalmente pelos subsectores têxteis, química, alimentos e bebidas e calçados.

Alguns setores tiveram um efeito competitivo positivo, entre eles, a Administração Pública (56.990), Alojamento (11.291) e Transportes e Comunicações (4.873). Como pode ser

observado, este efeito positivo é restrito a um número reduzido de setores e tem menor intensidade.

Tabela 34 - Aplicação do método estrutural-diferencial para o estado de Mato Grosso do Sul decomposto nos efeitos setorial, competitivo e alocação de 1990/2010

Atividade	Setorial	Competitivo	Alocação
Extrativo-Mineral	-556	-2.357	1.166
Indústria de Transformação	7.818	-183.560	28.957
Minerais Não Metálicos	550	1.279	92
Metalúrgica	-49	-1.668	18.922
Mecânica	138	-12.820	121.837
Eletrônico e de Comunicação	73	-446	2.573
Material de Transporte	-42	-551	1.008
Madeira e Mobiliário	2.032	-5.076	9.995
Papel e Gráfico	9	-10.974	47.359
Borracha, Fumo e Couro	35	-9.767	4.318
Química	1.915	-92.721	619.782
Têxtil	-1	-270.313	424.080
Calçados	72	-21.395	85.956
Alimentos e Bebidas	3.085	-89.813	13.238
Serviços Industriais e de Utilidade Pública	-1.976	-12.615	4.238
Construção Civil	-3.147	-5.258	11.953
Comércio Varejista	5.347	-41.884	2.480
Comércio Atacadista	771	2.734	2.459
Instituições Financeiras	1.853	-26.866	3.253
Administração Tec. e Profissional	-1.044	2.802	24.484
Transportes e Comunicações	-1.670	4.873	1.706
Alojamento	-1.803	11.291	17.966
Médico, Odontológico e Veterinário	1.131	-115.444	48.223
Ensino	-306	-372.652	-14.649
Administração Pública	-12.892	56.990	6.247
Agropecuária	6.473	-475.749	66.522

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da RAIS.

Com relação ao efeito alocação, praticamente todos os setores apresentaram valores positivos. Decompondo esses valores, obteve-se a seguinte classificação:

- i) Setores com desvantagens competitivas não especializados - Administração Pública, Administração Técnica e Profissional, Alojamento e Comunicações, Comércio Atacadista, Extrativo- Mineral, Instituições Financeiras, Serviços Industriais e de Utilidade Pública, Transportes e Comunicação. Dentro da Indústria de Transformação, os subsetores também assim classificados foram Madeira e Mobiliário e Minerais Não Metálicos.
- ii) Setores com vantagens competitivas especializadas - Agropecuária, Comércio Varejista, Construção Civil e Indústria de Transformação. Dentro da Indústria

de Transformação, os subsetores responsáveis pelas vantagens foram Alimentos e Bebidas, Borracha, Fumo e Couro, Eletrônico e de Comunicação, Calçados, Mecânica, Metalúrgica, Química, Têxtil, Material de Transporte e Papel e Gráfico.

- iii) Setores com vantagens competitivas não especializadas - Ensino e Médico, Odontológico e Veterinário.
- iv) Não houve setores ou subsetores classificados com desvantagens competitivas especializadas.

Em síntese, os resultados apontam para uma vantagem competitiva especializada, em geral, para os setores de Agropecuária, Comércio Varejista, Construção Civil e Indústria de Transformação.

4.7 Considerações Finais

Os resultados mostram que existem disparidades entre as microrregiões e entre os setores de atividades no estado do Mato Grosso do Sul. Analisando as taxas de crescimento no emprego formal por setores de atividades nas microrregiões, verificou-se que Agropecuária registrou uma taxa de crescimento de 7,69%, enquanto Indústria e Serviços registraram 3,91 e 2,48%, respectivamente.

Ademais, com base nos coeficientes de localização e medidas regionais, observou-se que o emprego formal, comparando 1990 com 2010, tem um comportamento semelhante ao longo desse período, em que se destaca certa dispersão dos setores em determinadas microrregiões. Há uma pequena mudança no período no sentido de uma maior dispersão em alguns setores, entre os quais se destacam os setores de Serviços Industriais e de Utilidade Pública, Comércio, Médico Odontológico e Veterinário e Agropecuário. Não obstante, alguns setores tiveram uma tendência à concentração, como o Extrativo-Mineral, Administração Técnica e Profissional e Ensino. Em geral, observa-se para o período uma redistribuição dos setores produtivos, reduzindo as disparidades de sua distribuição em relação ao estado.

Com relação a CE_j , observa-se uma queda de 1990 a 2010, reduzindo as discrepâncias entre as microrregiões, embora permaneçam diferenças significativas entre as estruturas das economias regionais e o estado. O mesmo comportamento foi verificado pelo Cr_j , que apresentou uma queda se comparado 1990/2000 com 2000/2010. Isso aponta, novamente,

para uma redução das disparidades entre as microrregiões e o estado. Em síntese, há uma maior homogeneidade na estrutura das microrregiões no período de 2000/2010, atenuando as discrepâncias em termos de estrutura verificadas no primeiro subperíodo de 1990/2000. De modo geral, os indicadores de localização e especialização mostram que há baixa capacidade de mudar o perfil do estado, que é voltado para o setor agropecuário.

No que se refere ao método estrutural-diferencial, para os grandes setores - Agropecuária, Indústria e Serviços - verificou-se que todas as MRGs registraram efeito estrutural positivo para os setores da Indústria e da Agropecuária. No setor de Serviços, todas as microrregiões apresentaram variação estrutural negativa, sendo que a MRG de Campo Grande registrou o pior resultado no comparativo entre os setores e MRGs. Quanto à variação diferencial, as microrregiões que apresentaram variação positiva de emprego para todos os setores foram Alto Taquari, Paranaíba, Três Lagoas e Nova Andradina. Estas microrregiões cresceram acima da média do estado e possuem vantagem locais em termos diferenciais, com destaque para a microrregião de Três Lagoas, com variação diferencial positiva de 8.559 empregos formais.

Quando analisados os subsetores nas microrregiões e no MS, verificou-se que a maioria das microrregiões teve bom desempenho, exceto as MRGs Baixo Pantanal e Aquidauana. Por outro lado, o efeito competitivo mostra que somente cinco setores registraram competitividade a nível estadual - Comércio Atacadista, Administração Técnica e Profissional, Transporte e Comunicação, Alojamento e Comunicação e Administração Pública. Os demais setores apresentaram efeito competitivo negativo para todas as MRGs, com destaque para Agropecuária e Instituições Financeiras.

O efeito alocação foi negativo para o total da microrregião de Campo Grande. Nas demais microrregiões, este efeito foi positivo, com destaque para as MRGs Alto Taquari (59.420), Três Lagoas (49.116), Cassilândia (32.764) e Bodoquena (25.918). Agropecuária foi o setor de destaque na maioria das microrregiões, crescendo acima da média do estado, constituindo vantagem competitiva especializada.

Ademais, observa-se que de um modo geral as MRGs não são especializadas em setores nas quais têm competitividade. Por outro lado, grande parte das MRGs apresentou desvantagens competitivas não especializadas, mostrando seu baixo dinamismo relacionado principalmente com Serviços.

Utilizando o método estrutural-diferencial ampliando para os setores e subsetores da Indústria de Transformação, verificou-se que o efeito setorial foi positivo, indicando que o estado se especializou em setores mais dinâmicos, os quais tendem a crescer acima da média.

Os subsetores que se destacaram foram Alimentos e Bebidas, Madeira e Mobiliário e Química. Quanto à indústria de transformação, vale destacar que se desenvolveu a partir das agroindústrias e de segmentos ligados ao setor primário. O efeito competitivo apresentou para a maioria dos setores valor negativo, indicando que há setores que cresceram a taxas inferiores ao crescimento em nível estadual. Por outro lado, o efeito alocação mostrou que uma maior quantidade de setores apresenta vantagens competitivas especializadas, com destaque para Agropecuária.

De modo geral, os resultados apontam para uma melhor distribuição das atividades no estado, destacando-se a Agropecuária entre os setores que apresentaram maior capacidade de crescimento do emprego formal.

5 CONCLUSÃO

O objetivo central deste trabalho foi o de adicionar elementos empíricos ao estudo do mercado de trabalho formal do estado de Mato Grosso do Sul ao analisar a dinâmica do emprego por setores de atividades nas microrregiões, no período de 1990 a 2010. Para tanto, foram utilizadas como instrumento de análise as medidas de localização e de desenvolvimento regionais e, principalmente, a metodologia estrutural-diferencial. Com base nessa análise, foi possível observar que a dinâmica setorial tem se caracterizado ao longo do período por um movimento de desconcentração da produção e de homogeneização das estruturas produtivas microrregionais.

Nesse contexto, para cumprir com os objetivos, inicialmente resgata-se o contexto histórico da economia brasileira e do MS nas últimas duas décadas. Do ponto de vista teórico, cumpre observar que ainda que o estado do MS não seja fortemente industrializado, o que pode sugerir que as mudanças ocorridas com a reconfiguração produtiva aprofundada na década de 1990 não tiveram impactos sobre a estrutura produtiva e, por conseguinte, sobre a dinâmica do emprego no estado, que não só a lógica dessas mudanças passaram a permear as atividades produtivas do MS, como também efetivamente propiciaram mudanças, sobretudo, ao reorganizar as técnicas de produção. Em outras palavras, a reestruturação produtiva inseriu na lógica produtiva sul-matogrossense a busca pela competitividade, em especial, no setor agropecuário, que compete com o mercado de *commodities* internacional, bem como aprofundou o processo de mecanização da produção e a própria orientação da produção com o processo de seleção de novas culturas nesse setor, assim como intensificou o processo recente de industrialização e de desenvolvimento do setor de Serviços. .

Evidentemente, como a matriz produtiva do estado é diferente dos principais centros produtivo-econômicos do Brasil, as mudanças sobre o mercado de trabalho oriundas desse processo de reestruturação produtiva têm componentes específicos atrelados à produção e à organização da produção local.

Essa análise sugere, portanto, que o mercado de trabalho no MS tem uma dimensão estrutural, associada a este recente processo de mudança, baseado nos novos paradigmas da produção, que impõem um movimento de rápida e profunda modernização das forças produtivas. Por outro lado, o desempenho do mercado de trabalho também é caracterizado por questões conjunturais associadas às modificações na política econômica brasileira ao longo das últimas duas décadas. Em relação a este ponto, destacam-se as políticas de incentivos que

têm modificado substancialmente o mercado de trabalho do estado, como, por exemplo, os incentivos dados ao setor sucroalcooleiro, de uma forma geral, e ao setor industrial, de forma particular, sobretudo no município de Três Lagoas. Em ambos os casos, os fatores conjunturais associados ao bom desempenho da economia brasileira permitem a adoção dessas e de outras políticas que interferem substancialmente na formação e na evolução desse mercado. Ademais, o grau de abertura da economia sul-matogrossense e a dependência das políticas macroeconômicas são substanciais na adoção de estratégias capazes de alavancar o crescimento do emprego diante de um cenário de instabilidade internacional. Essa dependência fica evidente ao ressaltarmos que o MS faz fronteira com outros países e que, portanto, a dinâmica dessas regiões fronteiriças depende diretamente das relações comerciais com os países vizinhos, o que é fortemente influenciado pelas políticas anteriormente referidas, em especial, as que influenciam o comportamento da taxa de câmbio, por exemplo.

Observa-se, ainda, que, embora a reconfiguração produtiva tenha determinado uma nova dinâmica produtiva no estado, permanecem os problemas associados à forma desequilibrada e concentradora da produção. Ou seja, atualmente, quatro municípios são responsáveis por mais de 50% do PIB (SEMAC, 2009). Estes são os municípios de destaque dentro dos seus respectivos “pólos de desenvolvimento”. Não obstante, mesmo com a formação desses polos, o que se observa é que historicamente não se tem conseguido estabelecer contrapesos aos efeitos espacialmente concentradores da atividade produtiva no estado. É verdade que as medidas de especialização e de desenvolvimento regional calculadas nesta tese indicam a existência de uma tendência recente de diminuição das disparidades regionais, o que se atribui a mudanças na composição setorial do produto e a políticas de diversificação da estrutura produtiva.

Contudo, como evidenciado na aplicação do método diferencial -estrutural, o setor que apresenta vantagens competitivas especializadas na maioria das regiões é a Agropecuária. A questão é saber se este setor é capaz de atuar como um “setor motriz” com capacidade para estabelecer encadeamentos “para frente e para trás” e, assim, fomentar a formação e/ou aprofundar as relações intra e entre os polos de crescimento existentes. Do ponto de vista do emprego, os resultados recentes sugerem que este setor tem um importante papel na absorção da força de trabalho, com taxas de crescimento do emprego expressivas em grande parte das microrregiões. Com efeito, esse movimento pode ser de curto prazo, associado a mudanças intrassetoriais como a substituição de culturas que são ligeiramente mais intensivas em trabalho dos que as tradicionalmente encontradas no estado, por exemplo.

Por outro lado, ainda que tenha ganhado participação na composição do PIB, o setor Industrial – identificado como o setor capaz de gerar movimentos propulsores de expansão e de encadeamento entre os pólos desenvolvidos e as regiões menos dinâmicas – tem desenvolvimento precoce no estado. Ou seja, faltam investimentos e incentivos para a ampliação desse setor.

O desenvolvimento do setor Industrial e de Serviços no MS está associado a três movimentos mais gerais: i) o primeiro se refere a um movimento presente na economia brasileira de desconcentração regional dos setores de atividades econômicas intensivos em trabalho; ii) o segundo se refere ao próprio processo de expansão deste segmento como consequência do grau de diversificação e modernização por que vem passando a economia do MS pelo avanço quantitativo e qualitativo do setor primário e ampliação de plantas indústrias e agroindustriais, que no seu conjunto estão voltadas principalmente para o mercado externo e que estão associadas às exigências de serviços que venham auxiliar no ganho de competitividade dos produtos exportados pelos empresários locais; e iii) uma política de incentivos governamentais, em especial, no que se refere ao setor industrial. Esses movimentos determinam a perda de participação da agropecuária, seguindo um movimento presente na economia nacional - ainda que em nível este setor tenha participação maior no MS - em contraposição ao crescimento da indústria e dos serviços

Em termos empíricos, este trabalho contribui porque avança na construção de uma análise quantitativa que permite mensurar algumas das mudanças recentes da economia sul-matogrossense. Nesse contexto, destacam-se algumas considerações a respeito dos coeficientes de localização e medidas regionais utilizadas. Em primeiro lugar, observou-se que, comparativamente 1990/2010, ocorreu redução do número de microrregiões especializadas. Ou seja, nesse período, houve maior diversificação da estrutura produtiva no sentido de que agora outros setores passam a se destacar. Esses setores estão mais dispersos entre as microrregiões, ao passo que o setor de agropecuária tende a se concentrar, destacando-se em todas as microrregiões, exceto na MRG de Campo Grande. Ademais, é possível identificar uma redução nas diferenças entre as regiões, o que implica uma menor heterogeneidade produtiva.

No início do período de análise, o coeficiente de especialização do emprego formal mostra que a maioria das microrregiões apresentava uma discrepância entre sua estrutura produtiva e a estrutura produtiva do estado, a exemplo de Nova Andradina, Cassilândia, Três Lagoas e Paranaíba. Nessas MRGs e nas demais, começaram a se instalar partir de então agroindústrias, indústrias frigoríficas, de laticínios e de alimentos, entre outras, o que fez

com que esse coeficiente, de uma maneira geral, se reduzisse em 2010. Isso implica que ao longo dessas duas décadas houve redução nas disparidades entre as estruturas produtivas, embora as diferenças continuem significativas. Comportamento semelhante foi identificado utilizando-se o coeficiente de reestruturação. Calculado para dois subperíodos, 1990/2000 e 2000/2010, esse coeficiente apresentou retração, indicando, novamente, redução das disparidades entre as microrregiões. Em outras palavras, há uma maior homogeneidade na estrutura das microrregiões na década de 2000/2010, atenuando as discrepâncias em termos de estrutura verificadas no primeiro subperíodo de 1990/2000. Dessa forma, conclui-se que, apesar da baixa capacidade de mudança no perfil da matriz produtiva do estado, que apresenta reduzida diversificação e especialização no setor agropecuário, existe um movimento de desagregação da produção em direção a outras microrregiões e a outros setores.

Por fim, para identificar as principais fontes de desigualdades em termos de crescimento do emprego formal, utilizou-se o método estrutural-diferencial. Com base nesses resultados, foi possível ter uma melhor caracterização das microrregiões e dos setores produtivos. Os principais resultados mostram que o efeito estrutural no total dos setores foi positivo, exceto para as MRGs de Campo Grande e Baixo Pantanal. Quanto à variação diferencial, as microrregiões que apresentaram variação positiva de emprego para todos os setores e possuem vantagens locais em termos diferenciais foram Alto Taquari, Paranaíba, Três Lagoas, Nova Andradina e Dourados. Ressalta-se que estas MRGs estão localizadas nos polos de desenvolvimento do estado e por isso possuem vantagens locais, como a facilidade de acesso a mercados e aos fatores de produção, bem como a incentivos fiscais.

Quando analisados os subsetores nas microrregiões, verificou-se que a maioria delas obtiveram ganhos na composição setorial, exceto as MRGs Baixo Pantanal e Aquidauana. Pela análise do efeito competitivo, somente cinco setores registraram competitividade a nível estadual. Os demais setores apresentaram efeito competitivo negativo para todas as MRGs, com destaque para Agropecuária e Instituições Financeiras, evidenciando que para estes setores não existem vantagens locais capazes de torná-los competitivos.

O efeito alocação foi negativo para o total de setores na MRG de Campo Grande. Nas demais microrregiões, este efeito foi positivo, com destaque para as MRGs Alto Taquari, Três Lagoas, Cassilândia e Bodoquena. A Agropecuária foi o setor de destaque na maioria das microrregiões, crescendo acima da média do estado. Em outras palavras, este setor possui vantagem competitiva especializada.

A análise ampliada para os setores e subsetores da indústria de transformação, mostrou que o efeito setorial foi positivo, indicando que o estado se especializou em setores mais dinâmicos. Os subsetores que se destacaram foram Alimentos e Bebidas, Madeira e Mobiliário e Química. Ressalta-se que a indústria de transformação tem se desenvolvido a partir das agroindústrias e de segmentos ligados ao setor primário, ou seja, naqueles segmentos que compõem a “etapa fácil de industrialização”.

Em síntese, do ponto de vista empírico, tanto a análise baseada na utilização do método estrutural–diferencial quanto nas medidas de localização e especialização mostrou convergência de resultados em relação à redução das desigualdades microrregionais, em termos do crescimento do emprego e da dinâmica dos setores. Cabe destacar que do ponto de vista da literatura parece haver consenso entre os autores de que tem ocorrido um processo de interiorização das atividades econômicas com a migração delas para as regiões circunvizinhas. Os resultados obtidos vão ao encontro dos trabalhos de Lima e Simões (2011) e Souza e Souza (2004), que realizaram análise semelhantes.

Uma das principais conclusões desta tese é de que a estrutura produtiva do estado do MS tem se modificado, ainda que lentamente, ao longo do período analisado, com uma maior participação dos setores de serviços e industrial em detrimento do setor agropecuária. Duas observações devem ser feitas: i) a primeira é que esse movimento ocorre em direção a setores que são, em geral, mais intensivos em trabalho, o que justifica os resultados quanto à dinâmica positiva do emprego para a maioria das microrregiões (metodologia *shif-share*); e ii) embora a agropecuária tenha perdido participação na composição do PIB ao longo do período analisado, cumpre ressaltar um movimento de substituição intras-setorial na produção desse setor, ou seja, houve significativa mudança em direção ao cultivo de culturas mais intensivas em mão de obra, como a cana-de-açúcar, por exemplo, em relação à pecuária extensiva de corte. Esse último movimento pode explicar as taxas positivas de crescimento no emprego deste setor, em alguns casos, superiores ao crescimento dos demais setores.

Como indicação para trabalhos futuros, recomenda-se analisar com mais detalhe a composição dos setores, visando definir políticas de incentivos e investimentos capazes de minimizar as disparidades e aproveitar as potencialidades das microrregiões.

REFERÊNCIAS

- ABREU, S.. **O Mato Grosso do Sul no contexto das políticas de regionais de desenvolvimento**. Dourados: UFMS, 2001.
- ALVES, L. R. A. **Fontes de crescimento das principais culturas no Estado do Paraná (1981 – 1999)**. 2000. 77 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2000.
- ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE BIONERGIA DE MATO GROSSO DO SUL– BIOSUL. Disponível em: <<http://www.biosulms.com.br>>. Acesso em: fev.2012.
- AZZONI, C. R.; FERREIRA, D. A. Competitividade Regional e Reconcentração Industrial: O Futuro das Desigualdades Regionais No Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**. v. 28, n. ESP, p. 55-86, 1997.
- BAER, W. **A economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 2002.
- BACHA, E. L. O Plano Real: uma avaliação. In: MERCADANTE, A. (org). **O Brasil pós-Real: a política econômica em debate**. Campinas: UNICAMP, 1998.
- BALTAR, P. Desigualdades de rendimentos do trabalho e salário mínimo na década de 1990. In: FAGNANI, E.; POCHMANN, M. (Org.). **Debates Contemporâneos: economia social e do trabalho**. São Paulo: LTr, 2007, n.1
- _____. DEDECCA, C. S.. HENRIQUE, W. Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**. n. 2, p. 9-28,1996.
- _____. Crise contemporânea e mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, M. A. (Org.). **Economia e Trabalho**. Campinas: UNICAMP, 1998.
- CADASTRO GERAL DE EMPREGADO E DESEMPREGADOS – CAGED. Disponível em: <<http://www.caged.gov.br>>. Acesso em: out.2011.
- CARDOSO JR., J. C.; GONZALEZ, R.; MATOS, F. Políticas públicas de trabalho e renda em contexto de baixo crescimento econômico: A experiência brasileira recente. In: **Emprego, trabalho e políticas públicas. Instituto de Desenvolvimento do trabalho**. Fortaleza: Banco do nordeste do Brasil, 2009.
- CARLEIAL, L. Quem tem medo do desemprego no Brasil? **Indicadores FEE**, Porto Alegre, v.26, n.2, p.170-193, 1998.
- CARVALHO, L.W. Uma aplicação do método estrutural-diferencial para a análise do desenvolvimento do Centro-Oeste. **Revista Brasileira de Economia**, v.33, n.3, p.413-440, 1979.
- CASTRO, A. C.; FONSECA, M. G. O potencial do agribusiness na fronteira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 14, n. 53, p. 63-84, 1994.

CHAHAD, J. P. Z. Estabilização em tempo de mudança: realidade e desafios no caso brasileiro. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 2, 1998.

CORONEL, D. A.; MACHADO, J. A. D.; CARVALHO, F. M. A. Competitividade das exportações do complexo soja brasileiro. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.114, p.133-52, 2008.

DATHEIN, R. Estado e desenvolvimento no Brasil: o novo padrão de ação estatal como determinante da mudança estrutural da economia no último quarto de século. In: DATHEIN, R. (org). **Desenvolvimento Econômico Brasileiro: Contribuições Sobre o Período pós-1990**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

DEDECCA, C. S. **Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado**. p.259. Tese (Livre Docência em Ciências Econômicas) – Universidade de Campinas, UNICAMP. Campinas, 2005.

_____. O desemprego e seu diagnóstico hoje no Brasil. **Revista de Economia Política**, v.18, n.1, p.99-109, 1998.

_____; ROSANDISKI, E. N. Enfim, esperança de réquiem para a tese da “inempregabilidade”. In: FAGNANI, E.; POCHMANN, M. (org.). **Debates Contemporâneos: economia social e do trabalho**. São Paulo: LTr, 2007, n.1.

DINIZ, C. C.. **A questão regional e as políticas governamentais no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2001. (Texto para discussão, n.159)

EDWARDS, J.A.; HARNIMAN, K.F.; MORGAN, J.S. Regional growth and structural adaptation: a correction to the Stilwell modification. **Urban Studies**, v.15, p.97-100, 1978.

ESTEBAN-MARQUILLAS, J.M. Shift-share analysis revisited. **Regional and Urban Economics**, v.2, n.3, p.249-261, 1972.

FALCÃO SILVA M. L. Plano real e âncora cambial. **Revista de Economia Política**, v. 22, n.87, 2002.

FARIA, A. E. Além da estabilização e aquém da estagnação: o Brasil depois do Plano Real. In: DATHEIN, R. (org). **Desenvolvimento Econômico Brasileiro: Contribuições Sobre o Período pós-1990**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

FELIPE, F. I.; MAXIMIANO; M. L.. Dinâmica da agricultura no estado de São Paulo entre 1990-2005: uma análise através do modelo “shift share”. In: CONGRESSO NACIONAL DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2008, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: SOBER. 2008. CD-ROM.

FERNANDEZ, M. M.; MENÉDEZ, A. J. L. **Spatial shift-share analysis**: new developments and some findings for the Spanish case. 45th Congress of the European Regional Science Association, 2005. Disponível em: <<http://www.sre.wu-wien.ac.at/ersa/ersaconfs/ersa05/papers/659.pdf>>. Acesso em: out.2012.

FERRARI FILHO, F. **Da tríade mobilidade de capital, flexibilidade cambial e metas de inflação à proposição de uma agenda econômica alternativa: uma estratégia de desenvolvimento para a economia à luz da teoria pós-keynesiana.** Porto Alegre: UFRGS, 2002. (Textos para discussão, nº 14).

FILGUEIRAS, G. C.. Crescimento Agrícola no Estado do Pará e a Ação de Políticas Públicas: Avaliação pelo Método shift-share. 2002. 156 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade da Amazônia, Belém do Pará, 2002.

FOCHEZATTO, A.; SOUZA, F. L.; OLIVEIRA, F. A. L. Crescimento regional no Rio Grande do Sul; uma análise estrutural-diferencial, 1999/2000. Estudos do CEPE, Santa Cruz do Sul, n.21, p.07-30, jan/jun, 2005.

GALETE, R. A . Uma aplicação do método estrutural-diferencial modificado para a microrregião de Maringá(PR) frente à economia paranaense no período de 1994 a 2008. **Revista Ciências Empresariais**, UNIPAR, Umuarama, v.9, n.1-2, p.35-68, 2008.

GIAMBIAGI, F. RIGOLON, F. J. Z. **Economia brasileira: panorama geral.** Mimeo, 1999. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: mai.2005.

HADDAD, P. R. **Método de Análise diferencial-estrutural.** Economia regional (Teorias e métodos de análise). Fortaleza: Banco Nordeste do Brasil, 1989.

HALMERS, J.A. Measuring changes in regional industrial structure: a comment on Stilwell and Ashby. **Urban Studies**, v.8, n.3, p.289-292, 1971.

HASENCLEVER, L.; FAURÉ, Y. **Caleidoscópio do desenvolvimento local no Brasil.** Rio de Janeiro: E-Papars, 2007.

HIRSCHMAN, A. D. **The strategy of economic development.** New Haven: Yale University Press, 1958.

HERSEN, A.; FERRARA DE LIMA, J. Crescimento Estrutural-diferencial nas unidades federativas brasileiras no período de 1994-2004. **Voos Revista Polidisciplinar Eletrônica da Faculdade Guairacá, Cadernos de Ciências Humanas**, v.1, 2009.

HERZOG, H.W.; OLSEN, R.J. Shift-share analysis revisited: the allocation effect and the stability of regional structure, a reply. **Journal of Regional Science**, v.17, n.3, p.441-454, 1977.

ILHA, A.; WEGNER, R. Emprego de mão de obra como medida de crescimento setorial nos municípios de Caxias do Sul e Santana do Livramento no período de 2000-2002: aplicação do método estrutural-diferencial modificado. In: Encontro de Economia Gaúcha, 2., Porto Alegre. **Anais... Porto Alegre:** 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Indicadores. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: mar.2012.

_____. Pesquisa Mensal de Empregos, Principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa-2003-2008, Rio de Janeiro, 2009

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. IPEA. Indicadores. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: mai.2012.

JUNIOR, C. A. G.; ALVES, L. R.; FERRERA DE LIMA, J.; PARRÉ, J. L. Análise diferencial/estrutural e fatorial do emprego nas microrregiões paranaenses entre 2005 a 2009. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2011, 9., Natal. **Anais...** Natal: ENABER, 2011. CD-ROM.

PESQUISA AGRÍCOLA MUNICIPAL. . Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/bda/acervo>>. Acesso em: Nov.2011.

JORNADA, M. I. H.. O Mercado de Trabalho no Rio Grande do Sul e o Plano Real: principais evidências. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 32, n 2, p. 223-247, 2004.

LACERDA, A. C.. **O impacto da Globalização na Economia Brasileira**. São Paulo: Contexto, 1998.

LANZANA, A. E. T. **Economia brasileira: fundamentos e atualidade**. São Paulo: Atlas, 2001.

LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. F. **Centralidade e emprego no estado de Minas Gerais no período 1995/2008**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2011. (Texto para discussão, n.428).

LISBOA, M. C.; BAGOLIN, I. P.. Comportamento das atividades setoriais nos Municípios gaúchos entre 1970 e 2000. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 30, p.483-516, n. esp., 2009.

LODDER, C.A. Crescimento da ocupação regional e seus componentes. In: HADDAD, P. R. **Planejamento Regional: métodos e aplicações ao caso brasileiro**, Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1972.

MERCADANTE, A. **O Brasil pós Real: a política econômica em debate**. Campinas, São Paulo: UNICAMP. IE, 1998.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - Relação Anual de Informações Sociais (RAIS.) Disponível em: <<http://www.rais.gov.br>>. Acesso em: mar.2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MIDIC). Secretária de Comércio Exterior (SECEX). Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: mar.2012.

MYRDAL, G. **Economic theory and under-developed regions**. Gerald Duckworth & CO. LTD:London, 1957.

NETO, A. M.. **Intervenção estatal e desigualdades regionais no Brasil**: contribuições ao debate contemporâneo. Brasília: IPEA, 2006. (Texto para discussão, n.1229)

OLIVEIRA, T. C. M.: Agroindústria e reprodução do espaço. **Coleção Centro-Oeste de Estudo e Pesquisa**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003.

OREIRO J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 30, n.118, 2010.

PAVÃO, E. S. **Formação, Estrutura e Dinâmica da Economia de Mato Grosso do Sul no Contexto das Transformações da Economia Brasileira**. 239 f. 2005. Dissertação (Mestrado em Economia Industrial) – Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2005.

PEREIRA, A. S. O método estrutural-diferencial e suas reformulações. **Teoria e evidência econômica**, v.5, n.9, p.91-103, maio/1997.

PEREIRA, S.; CAMPANILE, N. O método estrutural modificado: uma aplicação para o estado do Rio de Janeiro entre 1986 e 1995. **Teoria e Evidência Econômica**, V.7, n.13, p.121-140, Passo Fundo, nov. 1999.

POCHMANN, M. Velhos e novos problemas do mercado de trabalho no Brasil. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre: FEE, v. 26, n. 2, 1998.

_____. **A década dos Mitos**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **O Emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PERROUX, F.. **A Economia do século XX**. Porto: Herder, 1955.

RAMOS, L.; BRITTO, M. **O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2002**: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais. Brasília: IPEA, 2004. (Textos para discussão, n.1011).

RAMOS, C. A.. Auge e decadência das políticas de emprego no Brasil. In: (org.) MACAMBIRA, J.; CARLEIAL, L.M. **Emprego, trabalho e políticas públicas**. Instituto de Desenvolvimento do trabalho. Fortaleza: Banco do nordeste do Brasil, 2009.

REIS NETO, J. F. **Plano de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso do Sul: Investigação dos Seus Atributos Relevantes**. Porto Alegre: UFGRS/PPGA, 2000.

ROWTHORN, R. Korea at the cross-roads. **Working Paper**, ESRC, Centre for Business Research, Cambridge University, n.11, 1994.

SECRETARIA DO ESTADO DO MEIO AMBIENTE, DAS CIDADES, PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEMAC. **Diagnóstico Socioeconômico de Mato Grosso do Sul**. 2011.

_____. **Diagnóstico Socioeconômico de Mato Grosso do Sul**. 2009.

_____. **Produto Interno Bruto-MS, 2002-2009.** 2009.

SEPLANCT MS. **Diagnóstico Sócio Econômico de Mato Grosso do Sul.** 2004 CD-ROM.

SANTOS, S. R. O método estrutural-diferencial ampliado: uma aplicação para a região sul frente à economia do Rio Grande do Sul entre 1986-1995. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, v. 8, n.15, 2000.

SANTOS, T. **A economia mundial: Integração regional e desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

SHIKIDA, P. F. A.; ALVES, L. R. A. A.. Panorama estrutural, dinâmica de crescimento e estratégias tecnológicas da agroindústria canavieira paranaense. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 11, n.2, dez. 2001.

SIMÕES, R. **Métodos de Análise Regional e Urbana: Diagnóstico Aplicado ao Planejamento.** Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2005. (Texto de discussão, n. 259)

SILVA, A. R.; MONTE, P. A. Dinâmica regional e setorial do Emprego no Brasil:1997,2002 e 2007. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABET, 11., Campinas. **Anais...**Campinas: UNICAMP, 2009.

SIQUEIRA, T. V.; FILHO, N. Desenvolvimento Regional no Brasil: tendências e novas Perspectivas. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v.8, n.16, p.79-118, 2001.

SOUZA, N. J.; SOUZA L. R. Dinâmica estrutural-diferencial da Região Metropolitana de Porto Alegre, 1990/2000, **Economia**, Curitiba: Editora da UFPR, V.30, n.28, p.121-144, jul/dez.2004.

_____. Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Regional.**São Paulo:Atlas,2009.

SOUZA, S. S. S.; LAMERA, J. A.; BONJOUR, S. C. M.; FIGUEIREDO, A M. R. Mudanças cambiais e efeito dos fatores de crescimento das receitas de exportações brasileiras de soja. **Revista de Economia e Agronegócio.** Viçosa, v.5, n.1, 2007.

SUZIGAN, W. et.al. Sistemas locais de produção: indicadores, estudos de caso e políticas. In: STILWELL, F.J.B. Regional growth and structural adaptation. **Urban Studies.** v.6, p.162-178, 1971.

TAVARES, M.C. A economia política do Real. In: MERCADANTE, A. (org). **O Brasil pós-Real: a política econômica em debate.** Campinas: UNICAMP, 1998.

UDERMAN, S. **Padrões de Organização Industrial e Políticas de Desenvolvimento Regional: uma análise das estratégias de industrialização na Bahia.** 2006. 221 f. Tese (Doutorado em administração) - Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006.

VIEIRA, R. M. As mudanças no mercado de trabalho e as políticas macroeconômicas: considerações sobre o estado do Mato Grosso do Sul, In: ENCONTRO NACIONAL DA ABET, 11., Campinas. **Anais...** Campinas: UNICAMP, 2009.

TEIXEIRA, J. C.; HESPANHOL, A. N. Centro-Oeste no contexto das mudanças agrícolas ocorridas no pós-1960. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas**, v. 1, p. 52-66, 2006.

ANEXOS

Anexo A - Usinas produtoras de álcool e açúcar instaladas em operação - Safra 2010/2011

Quantidade	Razão Social	Município	Produtos
1	Adecoagro Angélica	Angélica	Açúcar e álcool
2	Alcoolvale	Aparecida do Taboado	Açúcar e álcool
3	CBAA Debrasa	Brasilândia	Somente Etanol
4	CBAA Sidrolândia	Sidrolândia	Açúcar e álcool
5	Dcoil	Iguatemi	Somente Etanol
6	Energética Santa Helena	Nova Andradina	Somente Etanol
7	Energética Vicentina	Vicentina	Somente Etanol
8	ETH Bioenergia - Eldorado	Rio Brillhante	Açúcar e álcool
9	LDC Bioenergia - Maracaju	Maracaju	Açúcar e álcool
10	LDC Bioenergia – Passa Tempo	Rio Brillhante	Açúcar e álcool
11	LDC Bioenergia – Rio Brillhante	Rio Brillhante	Açúcar e álcool
13	Usina Sonora	Sonora	Açúcar e álcool
14	Usinavi S/A-IBE	Naviraí	Açúcar e álcool
15	Vista Alegre Açúcar e Álcool	Maracaju	Açúcar e álcool
16	Iaco Agrícola S/A	Chapadão do Sul	Somente Etanol
17	Usina Laguna	Batayporã	Somente Etanol
18	São Fernando Açúcar e Álcool	Dourados	Açúcar e álcool
19	Bunge - Monteverde	Ponta Porã	Somente Etanol
20	ETH Bioenergia – Santa Luzia	Nova Alvorada do Sul	Somente Etanol
21	Cosan Caarapó	Caarapó	Açúcar e álcool

Fonte: Biosul (2011).

Anexo B – Evolução da produção agrícola das principais culturas no estado do MS – 1980-2010.

DISCRIMINAÇÃO	1980	1985	1990	1995	2000
Soja	1.322.082	2.558.720	2.038.614	2.283.546	2.486.120
Milho	188.396	327.334	595.718	1.435.151	1.069.571
Arroz	504.212	323.993	182.458	239.269	226.649
Algodão	69.346	106.317	73.559	105.791	127.839
Trigo	110.000	317.644	204.035	19.786	34.712
Feijão	23.507	29.882	33.966	23.590	10.019
Sorgo	1.256	16.522	5.241	5.136	83.527
Total de grãos	2.218.799	3.680.412	3.133.591	4.112.269	4.038.437
Cana-de-Açúcar	606.743	3.170.806	4.193.288	4.922.386	5.837.456
Mandioca	340.090	451.869	436.653	555.808	591.231

(continuação)

DISCRIMINAÇÃO	2001	2002	2003	2004	2005
Soja	3.115.030	3.267.084	4.090.892	3.282.705	3.718.514
Milho	2.185.846	1.381.604	3.071.632	2.374.015	1.291.901
Arroz	220.534	213.260	238.588	241.177	224.831
Algodão	169.425	154.105	159.060	187.296	176.131
Trigo	107.006	75.462	167.684	197.325	136.410
Feijão	30.935	17.421	33.706	32.237	23.595
Sorgo	135.906	97.924	190.734	222.297	178.715
TOTALDEGRÃOS	5.964.682	5.206.860	7.952.296	6.537.052	5.750.097
Cana-de-Açúcar	7.556.956	8.575.190	9.030.833	9.572.305	9.513.818
Mandioca	620.692	731.644	485.289	491.195	538.754

(conclusão)

DISCRIMINAÇÃO	2001	2002	2003	2004	2005
Soja	3.115.030	3.267.084	4.090.892	3.282.705	3.718.514
Milho	2.185.846	1.381.604	3.071.632	2.374.015	1.291.901
Arroz	220.534	213.260	238.588	241.177	224.831
Algodão	169.425	154.105	159.060	187.296	176.131
Trigo	107.006	75.462	167.684	197.325	136.410
Feijão	30.935	17.421	33.706	32.237	23.595
Sorgo	135.906	97.924	190.734	222.297	178.715
TOTALDEGRÃOS	5.964.682	5.206.860	7.952.296	6.537.052	5.750.097
Cana-de-Açúcar	7.556.956	8.575.190	9.030.833	9.572.305	9.513.818
Mandioca	620.692	731.644	485.289	491.195	538.754

Fonte: PAM/IBGE

Anexo C - Quantitativo do rebanho bovino e taxa de variação – 1990/2010

Anos	Rebanho Bovino	Taxa de Variação
1990	19.163.736	8,07
1991	19.542.644	1,98
1992	20.394.609	4,36
1993	21.800.445	6,89
1994	22.244.427	2,04
1995	22.292.330	0,22
1996	20.755.727	-6,89
1997	20.982.933	1,09
1998	21.421.567	2,09
1999	21.421.567	0,00
2000	22.205.408	3,66
2001	22.619.950	1,87
2002	23.168.235	2,42
2003	24.983.821	7,84
2004	24.715.372	-1,07
2005	24.504.098	-0,85
2006	23.726.290	-3,17
2007	21.832.001	-7,98
2008	22.365.219	2,44
2009	22.325.663	-0,18
2010	22.354.077	0,13

Fonte: PAM/IBGE

Anexo D - Composição do valor adicionado do PIB bruto por setores 2002-2009

SETORES DE ATIVIDADE	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
PRIMÁRIO	22,31	24,72	20,93	15,45	14,53	15,8	16,6	15,53
Agricultura, Silvicultura e Extrativismo Vegetal	9,73	13,61	8,52	3,67	3,71	6,05	5,63	5,17
Pecuária e Pesca	12,58	11,11	12,4	11,78	10,82	9,75	10,97	10,36
SECUNDÁRIO	16,71	15,7	19,21	17,24	18,46	16,68	17,64	18,48
Extrativo-Mineral	0,47	0,41	0,24	0,45	0,6	0,36	1,17	0,44
Transformação	7,79	8,72	9,96	8,52	9,12	8,16	8,36	9,02
Construção Civil	6,57	4,29	5,94	5,21	5,66	5,89	5,93	6,2
Serviços Industriais de Utilidade Pública -SIUP	1,88	2,27	3,07	3,06	3,07	2,28	2,18	2,82
TERCIÁRIO	60,99	59,58	59,86	67,31	67,01	67,52	65,76	65,99
Comércio e Serviços de Reparação	12,08	14,53	13,58	15,16	13,57	15,4	16,35	15,85
Alojamento e Alimentação	2	1,28	1,56	1,45	1,76	1,59	1,43	1,86
Transportes	4,17	3,81	3,93	4,66	5,3	5,24	5,1	5,69
Informação	2,86	2,84	2,9	3,25	2,89	2,59	2,51	2,49
Instituições Financeiras e Seguros	5,54	4,36	4,08	5,32	5,31	5,27	4,61	4,57
Serviços Prestados às Famílias e Associativas	1,98	1,96	1,99	2,3	2,45	2,25	1,92	1,96
Serviços Prestados às Empresas	2,09	2,67	2,64	2,9	3,02	2,4	2,47	2,22
Aluguel e Administração de Imobiliários	10,01	9,15	8,86	9,96	9,03	9,09	8,17	8,14
Administração Pública - APU	16,69	15,71	16,92	18,63	19,98	19,97	19,78	19,48
Saúde e Educação Mercantil	2,06	1,81	1,93	1,94	1,91	1,82	1,68	1,71
Serviços Domésticos	1,49	1,46	1,47	1,75	1,8	1,9	1,76	2,02

Fonte: PAM/IBGE

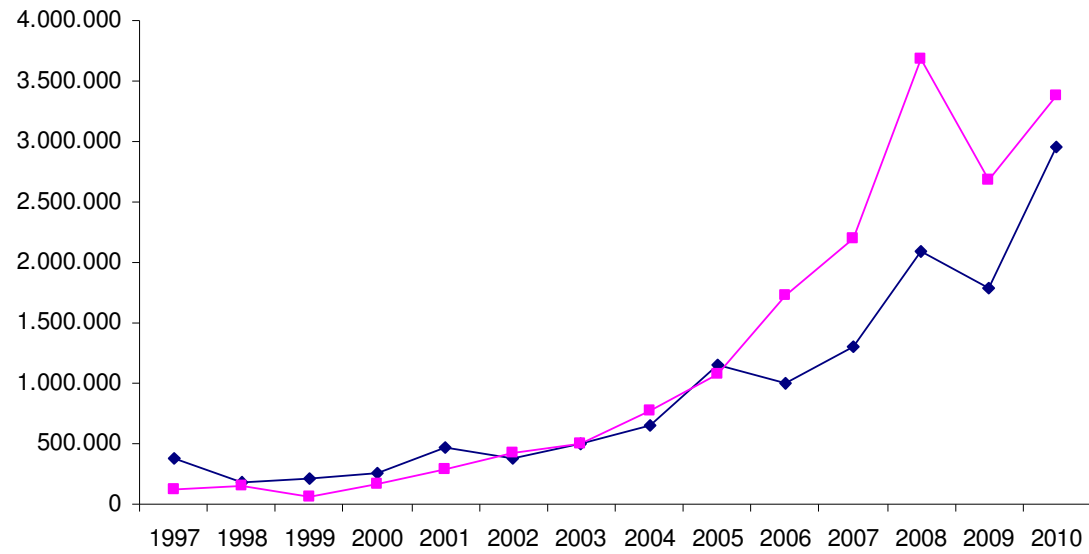
Anexo E – Produtos exportados, 2008 – 2010

Anos	2008	2009	2010
Outros grãos de soja, mesmo triturados	457.675.958	311.151.573	509.148.267
Pasta quím. Madeira de n/conif. a soda/sulfato,	-	227.177.453	401.318.495
Carnes desossadas de bovino, congeladas	343.239.791	326.925.777	371.945.518
Açúcar de cana, em bruto	41.537.547	154.596.888	331.060.866
Minérios de ferro não aglomerados e seus conc.	232.516.246	98.921.729	276.180.530
Pedaços e miudezas, comest. de galos/galinhas.	171.777.582	169.107.743	194.720.388
Bagaços e outros. resíduos sólidos, da extr. do óleo	204.017.475	184.018.760	171.712.583
Milho em grão, exceto para semeadura	50.983.029	42.344.572	134.373.321
Óleo de soja, em bruto, mesmo degomado	60.246.246	37.922.056	53.335.246
Carnes de galos/galinhas, n/cortadas em pedaço	69.619.701	47.506.210	51.212.902
Carnes desossadas de bovino, frescas ou refrig.	13.268.721	38.523.078	49.474.622
Outros. açúcares de cana, beterraba, sacarose quim.		176.383	46.655.610
Outras carnes de suíno, congeladas	23.337.194	17.645.244	44.122.129
Papel fibra mec<=10%,40<=p<=150g/m2,fls.lado<	-	1.937.688	25.351.412
Outros couros bovinos, incl. búfalos, divid. umid.	24.222.030	13.279.063	24.940.689
Outros minérios de manganês	-	7.312.416	21.164.467
Algodão simplesmente debulhado, não cardado NE	22.199.453	19.745.635	16.948.930
Outras sementes forrageiras, para semeadura	-	11.343.693	13.014.781
Carnes de outros animais, salgadas, secas, etc.	28.323.321	11.492.469	12.852.466
Outras miudezas comestíveis de bovino, congela	10.345.023	12.498.551	11.800.152
Ferro fundido bruto não ligado, peso<=0,5%	75.973.107	16.729.484	-
Demais Produtos	231.574.418	204.007.458	200.724.543

Fonte: Mdic/Secex/Semac

Anexo F- Comércio exterior -balança comercial, MS-1997-2009

Comércio Exterior, 1997-2009.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Mdic/Secex

Anexo G – Evolução do setor sucroalcooleiro no estado do MS, 1996-2010

Ano	Área colhida de Cana-de-açúcar(ha)	Quant. Produzida de cana-de-açúcar(t)	Produção de álcool	Produção de açúcar(t)
1996	80.885	5.562.943	288.618	191.832
1997	82.007	5.390.083	393.445	170.222
1998	86.921	6.387.788	474.118	239.094
1999	93.672	6.959.048	390.884	345.915
2000	98.938	5.837.456	329.639	232.560
2001	99.673	7.556.956	400.809	344.093
2002	112.100	8.575.190	374.731	392.993
2003	120.534	9.030.833	480.571	414.071
2004	130.970	9.572.305	533.600	422.386
2005	136.803	9.513.818	495.591	402.009
2006	152.747	12.011.538	640.843	575.536
2007	191.577	15.839.993	876.774	616.170
2008	252.544	21.362.034	1.082.882	657.078
2009	285.993	25.228.392	1.190.733	715.637
2010	399.408	34.795.664	1.846.197	1.328.546

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados do PAM

Anexo I – Vantagem competitiva das MRGs do MS, 1990/2010

Setores/Microrregiões	Baixo Pantanal	Aquidauana	Alto Taquari	Campo Grande	Cassilândia	Paranaíba	Três Lagoas	Nova Andradina	Bodoquena	Dourados	Iguatemi	Total MS
INDÚSTRIA	-0,87	-1,29	-0,59	1,60	7,34	8,36	2,96	-0,18	-2,28	1,41	-0,12	1,46
CONSTR CIVIL	1,97	0,60	18,23	0,27	48,13	48,07	11,02	25,48	16,86	-0,95	2,46	0,26
COM VAREJ	0,84	1,36	-1,17	0,79	1,13	-2,08	0,63	-0,64	-0,06	-0,11	-0,68	0,48
COM ATACAD	-1,49	-1,52	-1,04	-0,66	-4,97	-4,33	-2,30	-0,31	0,81	-1,35	-1,49	-1,17
INST FINANC	-1,53	-1,91	-4,31	-1,40	-5,51	-4,19	-3,04	-4,02	-3,74	-2,54	-3,91	-2,06
ADM TEC PROF	-0,53	-1,36	-2,84	0,64	-1,78	5,36	1,80	-2,97	-3,05	-1,28	-3,58	0,00
TRAN E COMUM	-0,37	-0,97	-0,97	-0,03	58,76	-2,37	0,21	1,58	0,32	0,04	4,73	-0,16
ALOJ COMUNIC	-1,15	-1,45	-1,44	-0,65	-1,62	-2,41	-3,41	-1,21	7,99	0,10	-1,66	-1,13
MED ODON VET	6,24	2,48	1,11	11,82	-2,04	2,61	4,55	-3,18	-2,29	-0,19	-2,96	4,07
OUTROS SERV	1,51	2,99	-0,69	-1,60	-1,91	-0,46	0,42	-0,80	0,39	2,00	-0,11	-1,96
ADM PUBLICA	-0,07	0,26	-1,35	-0,46	-0,72	-0,81	-0,44	2,50	-0,61	0,08	2,79	-0,54
AGROPECUARIA	21,15	1,49	14,05	4,90	0,02	7,02	6,19	3,08	15,35	1,68	2,58	4,87

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS/MTE

Anexo J - Efeito alocação das microrregiões do MS, por setores de atividades, 1990-2010.

Efeito Alocação	Baixo Pantanal	Aquidauana	Alto Taquari	Campo Grande	Cassilândia	Paranaíba	Três Lagoas	Nova Andradina	Bodoquena	Dourados	Iguatemi
Indústria	DC-NE	DC-E	DC-NE	VC-NE	VC-NE	VC-E	VC-E	DC-E	DC-NE	VC-E	DC-E
Construção civil	VC-E	VC-NE	VC-NE	VC-E	VC-E	VC-NE	VC-NE	VC-NE	VC-NE	DC-NE	VC-NE
Comércio varejista	DC-NE	VC-NE	DC-E	VC-NE	DC-NE	DC-NE	VC-NE	DC-NE	DC-NE	DC-E	DC-NE
Comércio atacadista	DC-NE	DC-NE	DC-E	VC-NE	DC-NE	DC-NE	DC-NE	DC-NE	VC-NE	DC-E	DC-NE
Instituições financeiras	DC-E	DC-NE	DC-NE	DC-E	DC-NE	DC-NE	DC-NE	DC-NE	DC-NE	DC-E	DC-NE
Adm tec prof	DC-E	DC-NE	DC-NE	VC-E	DC-NE	VC-NE	VC-E	DC-NE	DC-NE	DC-NE	DC-NE
Transportes e comum	DC-NE	DC-NE	DC-NE	DC-E	VC-NE	DC-NE	VC-NE	VC-NE	VC-NE	VC-NE	VC-NE
Alojamento e comunic	DC-NE	DC-E	DC-NE	DC-E	DC-NE	DC-NE	DC-NE	DC-NE	VC-E	VC-E	DC-NE
Med odon vet	VC-E	VC-NE	VC-NE	VC-E	DC-NE	VC-NE	VC-NE	DC-NE	DC-NE	DC-NE	DC-NE
Outros serviços	VC-E	VC-E	DC-E	DC-NE	DC-E	DC-E	VC-E	DC-E	VC-E	VC-E	DC-NE
Administração Pública	DC-E	VC-E	DC-NE	DC-E	DC-NE	DC-NE	DC-NE	VC-NE	DC-E	VC-NE	VC-E
Agropecuária	VC-E	VC-E	VC-E	VC-NE	VC-E	VC-E	VC-E	VC-E	VC-E	VC-NE	VC-E

Fonte: Elaboração própria a partir da RAIS/MTE.

OBS: Vantagem Competitiva, especializado (VC-E).

Vantagem Competitiva, não-especializado (VC-NE).

Desvantagem Competitiva, especializado (DC-E).

Desvantagem Competitiva, não-especializado (DC-NE).

Anexo L – Microrregiões e seus respectivos municípios.

MRG BAIXO PANTANAL	MRG TRÊS LAGOAS	MRG IGUATEMI
Corumbá	Água Clara	Angélica
Ladário	Brasilândia	Coronel
Porto Murtinho	Ribasdo Rio Pardo	Deodópolis
MRG AQUIDAUANA	Santa Rita do Pardo	Eldorado
Anastácio	Três Lagoas	Glória
Aquidauana	MRG NOVA ANDRADINA	Iguatemi
Dois Irmãos do Buriti	Anaurilândia	Itaquiraí
Miranda	Bataguassu	Ivinhema
MRG ALTO TAQUARI	Bataiporã	Japorã
Alcinópolis	Nova	Jateí
Camapuã	Taquarussu	Mundo
Coxim	MRG BODOQUENA	Naviraí
Pedro Gomes	Bela	Novo
Rio verde de Mato Grosso	Bodoquena	Paranhos
São Gabriel do Oeste	Bonito	Sete
Sonora	Caracol	Tacuru
MRG CAMPO GRANDE	Guia	
Bandeirantes	Jardim	
Campo Grande	Nioaque	
Corguinho	MRG DOURADOS	
Jaraguari	Amambaí	
Rio Negro	Antonio	
Rochedo	Aral	
Sidrolândia	Caarapó	
Terenos	Douradina	
MRG CASSILÂNDIA	Dourados	
Cassilândia	Fátima	
Chapadão do Sul	Itaporã	
Costa Rica	Juti	
MRG PARANAÍBA	Laguna	
Aparecida do Taboado	Maracaju	
Inocência	Nova	
Paranaíba	Ponta	
Selvéria	Rio	
	Vicentina	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Semac/MS